

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

ELENITA ALVES BARBOSA

**ELIPSE: DA TRANSPARÊNCIA À OPACIDADE, UMA GRADIÊNCIA NO
PAREAMENTO DE FORMA ↔ SIGNIFICADO**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

ELENITA ALVES BARBOSA

**ELIPSE: DA TRANSPARÊNCIA À OPACIDADE, UMA GRADIÊNCIA NO
PAREAMENTO DE FORMA ↔ SIGNIFICADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Viana Sousa

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

- B197e Barbosa, Elenita Alves.
 Eclipse: da transparência à opacidade, uma gradiência no pareamento de forma ↔ significado. / Elenita Alves Barbosa; orientadora: Valéria Viana Sousa. – Vitória da Conquista, 2024.
 172f.
- Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024.
 Inclui referência F. 167 – 172.
1. Construção. 2. Eclipse. 3. Pareamento forma↔significado. 4. Contexto. I. Sousa, Valéria Viana (orientadora). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III
- CDD: 469.5

Catálogo na fonte: *Karolyne Alcântara Profeta* — CRB 5/2134
 UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Ellipsis: Ellipse: from transparency to opacity, a radiance in the form ↔ meaning pairing.

Palavras-chave em inglês: Construction; Ellipsis; Form-Meaning Pairing; Context.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora: Prof^a Dr^a Valéria Viana Sousa (UESB); Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário (UFF); Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (UESB); Prof^a Dr^a Márcia Helena de Melo Pereira (UESB); Prof. Dr. Marcos Luiz Wiedemer (UERJ).

Data da defesa: 20/12/2024

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2398-4199>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2879556408607137>

ELENITA ALVES BARBOSA

**ELIPSE: DA TRANSPARÊNCIA À OPACIDADE, UMA GRADIÊNCIA NO
PAREAMENTO DE FORMA ↔ SIGNIFICADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Data da aprovação: 20 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Valéria Viana Sousa
Instituição: UESB – Presidente-Orientadora

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva
Instituição: UESB – Membro Titular

Profa. Dra. Márcia Helena de Melo Pereira
Instituição: UESB – Membro Titular

Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário
Instituição: UFF – Membro Titular

Prof. Dr. Marcos Luiz Wiedemer
Instituição: UERJ – Membro Titular

Documento assinado digitalmente
 VALERIA VIANA SOUSA
Data: 13/03/2025 15:00:26-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>
Ass.: _____


Ass.: _____

Documento assinado digitalmente
 MARCIA HELENA DE MELO PEREIRA
Data: 13/03/2025 17:40:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>
Ass.: _____

Documento assinado digitalmente
 IVO DA COSTA DO ROSÁRIO
Data: 13/03/2025 16:34:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>
Ass.: _____

Documento assinado digitalmente
 MARCOS LUIZ WIEDEMER
Data: 13/03/2025 16:42:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>
Ass.: _____

Dedico aos meus primeiros amores, meu pai (Vitalino), *in memória*, e minha mãe (Almira), por me permitirem dar a eles um pouco do ser filha que eles me ensinaram; a meu filho, Guilherme (meu Pequeno Príncipe I), por ter acreditado na minha capacidade; a meu neto, Matias (meu Pequeno príncipe II), que me alegra com o sorriso de poucos

dentes e com uma babinha que lhe escorre; a meu Kleber, por suprir-me de amor.

AGRADECIMENTOS

Manifesto minha profunda gratidão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de doutorado; por ser porta para toda a minha vida acadêmica; por me apresentar o mundo da pesquisa e proporcionar que eu participasse dos melhores programas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento das atividades da minha pesquisa e do PPGLin da UESB.

À minha orientadora, Professora Doutora Valéria Viana, pelos ensinamentos, prontidão, desprendimento, dedicação e amor, a quem reverencio mais adiante.

Aos membros da banca de qualificação (Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário; Prof. Dr. Marcos Luís Windermeyer; Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva), por aceitarem avaliar o trabalho, e pelas mais que valiosas contribuições.

Aos membros da Banca de Defesa (Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário; Prof. Dr. Marcos Luís Windermeyer; Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva; Prof^ª Dr^ª Márcia Helena de M. Pereira), por aceitarem participar da banca e por toda a avaliação e contribuição ao trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, por compartilharem saberes, por estarem sempre dispostos a nos guiar pelos caminhos do saber.

Aos funcionários do PPGLin pela gentileza e presteza de sempre.

Prossigo com meus agradecimentos tentando fugir do óbvio, fazendo deste espaço um ambiente para brincar com as palavras que trago em meu coração, unindo-as ao enredo mais lindo que conheço “O pequeno Príncipe”, de Saint-Exupéry. É com base nessa narrativa de grande poder filosófico e poético que transformei meu filho, minha primeira grande poesia, no Pequeno Príncipe I e, anos depois, o meu neto em Pequeno Príncipe II, uma obra que não é minha, mas que possui um pouco de meu ser que vê nas palavras ditas e não ditas a essência dos dizeres. No entanto, nesse momento, peço licença aos dois para que eu assumo por este instante o papel principal desta história e me posicione como “O Pequeno Príncipe” para que, nesse clima de literatura, de manifestação de gratidão, peça a quem vier a ler este texto que se permita perceber a essência dos meus sentimentos ao concluir este doutorado e, se o nome ou algo que remeta a qualquer um estiver aqui, é porque esteve comigo, direta ou indiretamente, no meu asteroide EAB55.

Eu, o Pequeno Príncipe, rendo graças ao universo pelo dom da vida, pelos sóis que me iluminam a cada amanhecer, pelas estrelas que brilham, pelas rosas que florescem e pelas jornadas vencidas. Minha caminhada não foi fácil, mas encontrei amigos como o Piloto, que representa todos que me estenderam a mão, que me ouviram e me entenderam.

A caminhada não foi fácil, houve momentos de lágrimas; sonos perdidos; madrugadas reflexivas; angústias; dores; decepções... houve sonhos compartilhados; *insights* surpreendentes; momentos de leveza; de risos... de ganhos em todos os aspectos. Encontrei a Raposa, que me ensinou sobre a importância dos laços humanos. Ela disse: "Você se torna eternamente responsável por aquilo que cativa". Essas palavras ecoam em mim para sempre, pois nesse percurso vieram também as perdas, grandes, dolorosas, significativas, entre as quais destaco a partida de meu pai (meu primeiro amor) e da minha amiga-irmã Iêda (um presente de Deus). Tenho certeza da presença espiritual de ambos neste momento. Embora as inconstâncias da vida se façam presentes, quero manifestar minha gratidão por tudo que vivi até aqui.

Agradeço aos meus colegas, nas pessoas de Milca, Vânia e Joe, cuja parceria foi imensurável; aos membros do grupo Janus com quem dividi tantas coisas, com quem ri tantas vezes, com quem queimei tantos neurônios, quero dizer que nossa caminhada valeu e vale a pena. Vocês representam a Caixa e o Carneiro que o Pequeno Príncipe ganhou do Piloto.

Às minhas representações da rosa, o amor que cultivo e cuido a cada passo que dou: Guilherme, meu filho, que com encanto e amor me presenteou com o mais lindo da vida, meu neto, Matias, que me dá motivos para permanecer na caminhada quando abre o lindo sorriso de poucos dentes e faz meu dia mais feliz; Vanessa, minha nora, minha gratidão, você também me ajuda a escrever muitos capítulos de minha história.

Meus irmãos: Alzira (e Marcone), Valmique, Tom (e Dinho); meus sobrinhos: Venício, Lázaro e Jamilly; Neusa, gratidão pela presteza e dedicação imensuráveis. Carol, que tantas vezes me ouviu, me aconselhou e me acolheu, quero dizer a vocês que o tempo que dedicamos a nossa rosa é que a faz tão importante. Vivemos dias difíceis, mas vencemos porque atravessamos de mãos dadas... Deus esteve e está conosco sempre.

Minha mãe, minha rosa maior, minha “veinha”, todo meu amor de filha é seu... por tudo que a senhora me ensinou e me permite ser... Por ser a mãe que afaga, que ama e se faz vencedora a cada amanhecer.

Meu companheiro, minha rosa de todos os dias, meu parceiro de vida, de angústias, de alegrias, meu amante, meu namorado, meu marido, aquele que me segurou pela mão tantas vezes, que suportou meu *stress*, mas não desistiu de mim... Você me faz mais forte a cada beijo

de bom dia. A você, meu parceiro, minha mais profunda admiração e gratidão. “Só se vê bem com o coração”.

Minha sogra, d. Deusélia, por me acolher com imenso amor; e a Dada pelo amor de irmãs que nutrimos uma pela outra. Aos meus alunos, com quem meu dividi cansaço.

Agradeço, ainda à Professora Eny Lopes Cruz, por ter me apresentado as palavras “graduação, pós-graduação” (referia-se ao mestrado) e “doutorado” ainda na minha tenra adolescência e que me deixou encantada e ciente de que eu queria chegar até aqui. Cheguei, Eny, hoje sou doutora Elenita porque você me deixou curiosa por esse mundo do saber. À Joana, na pessoa de quem estendo meus agradecimentos a todos os professores de minha vida, minha primeira professora, a professora do Jardim de Infância, aquela que acolheu a menina da roça, da merendeira rosa, que queria levar para a escola beiju e café, da fardinha xadrez e blusa amarelinha, a menina que sempre sonhou com o mundo do conhecimento, que quebrou barreiras, pulou obstáculos, enfrentou o mundo e hoje está aqui, defendendo sua tese de doutoramento. Vocês não sabem quantos desafios enfrentei, quantas lágrimas derramei, quantos “leões” eu matei.

Ao Professor Doutor Ivo da Costa do Rosário por me fazer encantada pela elipse; por me permitir descobrir os encantos e os segredos escondidos no que não é falado, mas é dito. Que me fez conhecer e me permitiu conhecer por meio de seus escritos a Gramática de Construções e a LFCU, meu eterno carinho, meu reconhecimento e minha gratidão. Como o Pequeno Príncipe, eu entendi que "O essencial é invisível aos olhos".

À, sempre doce, amiga, companheira, minha orientadora, Valéria Viana, a minha Raposa, representa a sabedoria, pois me ensinou valiosas lições, sendo as mais importantes: só o coração consegue ver corretamente; o tempo que o Pequeno Príncipe passou longe do seu planeta fez com que valorizasse mais a Rosa; o amor implica uma responsabilidade. Nenhuma palavra consegue atingir o quanto lhe sou grata, o quanto me encanto com seu jeito de orientar. É na pessoa de Valéria que estendo meu reconhecimento ao valoroso trabalho de todos os professores que transmitiram seu conhecimento nessa etapa de meus estudos.

A todos que me motivaram, agradeço. Vocês são as estrelas que brilham em meu céu. Como disse a Raposa: "Você é responsável por sua própria rosa". Eu sou grata por minhas rosas, por minha família, meus amigos e por toda a jornada vivida até aqui. “Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante”. Todos vocês são parte desta vitória.

Gratidão!

A ELIPSE E O PEQUENO PRÍNCIPE

Em um planeta distante, o Pequeno Príncipe encontrou uma criatura por quem se sentiu curioso: a Elipse. Ela era uma palavra que tinha forma invisível, era um pensamento suspenso, um significado oculto.

"Quem és tu?" perguntou o Pequeno Príncipe.

"Sou a Elipse," respondeu a criatura, "a arte de dizer sem dizer, de significar sem significar explicitamente".

O Pequeno Príncipe ficou intrigado. "Como pode uma palavra ser invisível?"

"A linguagem é um jardim," explicou a Elipse. "As palavras são flores que se abrem e se fecham. Eu sou a arte de sugerir, não de explicitar".

Juntos, eles voaram sobre o planeta, observando como as pessoas usavam a Elipse para comunicar-se. "Veja," disse a Elipse, "quando você diz 'Ele não entende', não precisa dizer 'Ele não entende meu amor pela rosa'. A elipse completa o sentido desde que a outra pessoa saiba do que ele está falando".

O Pequeno Príncipe sorriu. "É como quando eu dizia 'É minha rosa'. Não precisava dizer mais nada".

A Elipse sorriu. "Exatamente. A elipse é um convite para completar o pensamento. É uma dança entre quem fala e quem ouve".

O Pequeno Príncipe e a Elipse despediram-se, mas ele nunca esqueceu a lição. A linguagem não é apenas palavras, mas também silêncios, sugestões e significados ocultos.

E assim, o Pequeno Príncipe voltou para o seu planeta, carregando consigo a magia da Elipse, pronta para florescer em suas palavras.

Elenita Alves Barbosa

RESUMO

Neste estudo, guiados pelos questionamentos: (i) Existem regularidades no delineamento do pareamento de forma-significado nas construções elípticas em posição de sujeito, de verbo e de complemento verbal? ii) Em caso afirmativo, de que maneira se caracterizam tais regularidades e como elas podem ser categorizadas?, investigamos as estruturas elípticas de sujeito, de verbo e de complemento verbal no português popular e culto de Vitória da Conquista/BA em uma perspectiva da Gramática de Construções (GC), por meio de Bybee (2016 [2010]); Hopper (1991); Goldberg (1995, 2006); Traugott, Trousdale (2013), entre outros; da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) em que nos apoiamos em: Furtado da Cunha (2013); Oliveira (2022); Rosário (2022). A análise das elipses especificadas foi ancorada em estudos desenvolvidos por Heine (2011), Hilpert (2014) e Goldberg e Perek (2019), que nos direcionam à observação desse fenômeno da língua que, além de não ser apenas um elemento de coesão textual, ganha significado no contexto de uso e se constitui como construção, considerando o pareamento forma↔significado, no modelo de construção proposto por Croft (2001). O elemento elidido agrega significado do cotexto linguístico e do contexto, a depender da relação (inter)subjativa que se constitui entre os interlocutores. Nossos dados, analisados qualitativa e quantitativamente, foram retirados de 8 (oito) entrevistas do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC) e de 8 (oito) entrevistas do *Corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (PCVC), coletadas pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em (Sócio)Funcionalismo – CNPq, e apontam uma frequência *token* de 4.723 (quatro mil, setecentas e vinte e três) ocorrências de elipses, distribuídas em: 3.222 (três mil, duzentas e vinte e duas) elipses de sujeito; 437 (quatrocentas e trinta e sete) elipses de verbo; e 1.064 (um mil e sessenta e quatro) elipses de complemento verbal, que foram resgatadas de cotextos linguísticos e de contextos extralinguísticos. Todas as elipses foram categorizadas, consoante proximidade do termo elidido, em: transparentes, semitransparentes ou opacas, observando também a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade. Com a pesquisa constatamos que as construções realizadas com elipses compartilham aspectos formais e funcionais, advindos de outras construções no mesmo contexto, quer seja linguístico ou extralinguístico. Com a análise que fizemos, foi possível notar que a elipse ultrapassa a fronteira da coesão textual, pois, se fosse apenas isso, não justificaria os diversos usos que o falante faz dela nos mais diversos contextos, além de que a retomada do elemento elíptico só seria possível dentro do contexto linguístico. Desse modo, conferimos que as elipses por nós estudadas, podem ser construções, considerando o contexto em que se apresentam, configurando-se em

um pareamento forma↔significado. Esperamos contribuir com a ampliação da reflexão desse fenômeno nos diversos espaços de estudo.

PALAVRAS-CHAVE

Construção; Elipse; Pareamento forma↔significado; Contexto.

ABSTRACT

In this study, guided by the questions: (i) Are there regularities in the form-meaning pairing in elliptical constructions in subject, verb, and verbal complement positions? (ii) If so, how are these regularities characterized and how can they be categorized? We investigate elliptical structures of subject, verb, and verbal complement in popular and formal Portuguese of Vitória da Conquista/BA from a Construction Grammar (CG) perspective, supported by Bybee (2016 [2010]); Hopper (1991); Goldberg (1995, 2006); Traugott, Trousdale (2013), among others; and Usage-Based Functional Linguistics (LFCU) as discussed by Furtado da Cunha (2013); Oliveira (2022); Rosário (2022). The analysis of the specified ellipses was anchored in studies developed by Heine (2011), Hilpert (2014), and Goldberg; Perek (2019), which guide us in observing this linguistic phenomenon, which is not only a textual cohesion element but gains significance in the context of use and constitutes a construction, considering the form ↔ meaning pairing, in the construction model proposed by Croft (2001). The elided element adds meaning from the linguistic cotext and the context, depending on the (inter)subjective relationship established between the interlocutors. Our data, analyzed qualitatively and quantitatively, were drawn from 8 (eight) interviews from the Popular Portuguese Corpus of Vitória da Conquista (PPVC) and 8 (eight) interviews from the Formal Portuguese Corpus of Vitória da Conquista (PCVC), collected by the Research Group in Historical Linguistics and (Socio)Functionalism – CNPq, and indicate a token frequency of 4,723 (four thousand seven hundred twenty-three) occurrences of ellipses, distributed in: 3,222 (three thousand two hundred twenty-two) subject ellipses; 437 (four hundred thirty-seven) verb ellipses; and 1,064 (one thousand sixty-four) verbal complement ellipses, retrieved from linguistic cotexts and extralinguistic contexts. All ellipses were categorized as transparent, semi-transparent, or opaque, also considering their schematicity, productivity, and compositionality. Through this research, we observed that constructions with ellipses share formal and functional aspects, derived from other constructions in the same context, whether linguistic or extralinguistic. With the analysis we made, it was possible to notice that the ellipse goes beyond the border of textual cohesion, because, if it were only that, it would not justify the various uses that the speaker makes of it in the most diverse contexts, in addition to the fact that the resumption of the elliptical element would only be possible within the linguistic context. Thus, we confirm that the ellipses studied can be considered constructions, given the context in which they occur, configuring a form ↔ meaning pairing. We hope to contribute to the expansion of the reflection on this phenomenon in various study spaces.

KEYWORDS

Construction; Ellipsis; Form-Meaning Pairing; Context.

RESUMEN

En este estudio, guiados por las preguntas: (i) ¿Existen regularidades en el emparejamiento forma-significado en las construcciones elípticas en posiciones de sujeto, verbo y complemento verbal? (ii) En caso afirmativo, ¿cómo se caracterizan estas regularidades y cómo pueden ser categorizadas? Investigamos las estructuras elípticas de sujeto, verbo y complemento verbal en el portugués popular y culto de Vitória da Conquista/BA desde una perspectiva de la Gramática de Construcciones (GC), apoyándonos en Bybee (2016 [2010]); Hopper (1991); Goldberg (1995, 2006); Traugott, Trousdale (2013), entre otros; y en la Lingüística Funcional Basada en el Uso (LFCU) como discuten Furtado da Cunha (2013); Oliveira (2022); Rosário (2022). El análisis de las elipsis especificadas se ancló en estudios desarrollados por Heine (2011), Hilpert (2014) y Goldberg; Perek (2019), que nos orientan en la observación de este fenómeno lingüístico, que no solo es un elemento de cohesión textual sino que adquiere significado en el contexto de uso y se constituye como construcción, considerando el emparejamiento forma↔significado, en el modelo de construcción propuesto por Croft (2001). El elemento elidido añade significado del cotexto lingüístico y del contexto, dependiendo de la relación (inter)subjetiva que se establece entre los interlocutores. Nuestros datos, analizados cualitativa y cuantitativamente, se extrajeron de 8 (ocho) entrevistas del Corpus de Portugués Popular de Vitória da Conquista (PPVC) y de 8 (ocho) entrevistas del Corpus de Portugués Culto de Vitória da Conquista (PCVC), recogidos por el Grupo de Investigación en Lingüística Histórica y (Socio)Funcionalismo – CNPq, y muestran una frecuencia token de 4,723 (cuatro mil setecientos veintitrés) ocurrencias de elipsis, distribuidas en: 3,222 (tres mil doscientas veintidós) elipsis de sujeto; 437 (cuatrocientas treinta y siete) elipsis de verbo; y 1,064 (mil sesenta y cuatro) elipsis de complemento verbal, rescatadas de cotextos lingüísticos y contextos extralingüísticos. Todas las elipsis fueron categorizadas como transparentes, semitransparentes u opacas, considerando también su esquematicidad, productividad y composicionalidad. Con la investigación constatamos que las construcciones realizadas con elipsis comparten aspectos formales y funcionales, provenientes de otras construcciones en el mismo contexto, ya sea lingüístico o extralingüístico. Con el análisis que realizamos, se pudo notar que la elipse va más allá de la frontera de la cohesión textual, ya que, si solo fuera eso, no justificaría los diversos usos que el hablante hace de ella en los más diversos contextos, además de que la retoma del elemento elíptico solo sería posible dentro del contexto lingüístico. De este modo, confirmamos que las elipsis por nosotros estudiadas, pueden ser consideradas construcciones, teniendo en cuenta el contexto en que se presentan, configurándose en un emparejamiento

forma↔significado. Esperamos contribuir a la ampliación de la reflexión de este fenómeno en diversos espacios de estudio.

PALABRAS CLAVE

Construcción; Elipsis; Emparejamiento forma-significado; Contexto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Vitória da Conquista na Bahia	110
Figura 2 – Tela inicial do site <i>Antconc</i>	120
Figura 3 – Tela inicial do programa <i>Antconc</i> 4.2.4	120
Figura 4 – Tela com o arquivo que será usado na rodada 1	121
Figura 5 – Primeira rodada para quantificação dos types de sujeito, verbo e complemento verbal (PCVC)	122
Figura 6 – Quantificação por categorização do <i>type</i> sujeito.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linhagens paralelas de formação e desenvolvimento da Gramática de Construções	46
Quadro 2 – Mercado teórico da GC nos dias de hoje.....	46
Quadro 3 – Modelo da Estrutura Simbólica da Construção Radical.....	53
Quadro 4 – Dimensões das construções	54
Quadro 5 – Construções em níveis variáveis de complexidade e abstração	55
Quadro 6 – Níveis de (inter)subjetividade da linguagem.....	65
Quadro 7 – Frequência de retenção do objeto anafórico em cinco momentos históricos, segundo Tarallo (1983).....	91
Quadro 8 – Classificação das elipses com base no referente	117
Quadro 9 – Classificação das elipses em relação ao termo referente.....	128
Quadro 10 – Elementos favorecedores e restritivos da elipse de sujeito	133
Quadro 11 – Elementos favorecedores e restritivos da elipse de complemento	134
Quadro 12 – Elementos favorecedores e restritivos da elipse de verbo.....	136
Quadro 13 – Representação da gradiência da categorização das elipses	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência <i>token</i> das elipses encontradas nos Corpora PPVC e PCVC.....	131
Tabela 2 – Número de ocorrências da frequência <i>type</i> nos Corpora PPVC e PCVC	132
Tabela 3 – Frequência <i>token</i> das ocorrências de elipse com verbos transitivos diretos e indiretos	135
Tabela 4 – Percentual por categorização final	144

LISTA DE ABREVIATURAS

GC	Gramática de Construções
GD	Gramática Descritiva
GT	Gramática Tradicional
GU	Gramática Universal
LFCU	Linguística Funcional Centrada no Uso
NdP	Núcleo do Predicado
O	Opaca
PCVC	Português Culto de Vitória da Conquista
PM	Programa Minimalista
PPVC	Português Popular de Vitória da Conquista
SN	Sintagma Nominal
SPrep	Sintagma Preposicionado
ST	Semitransparente
SV	Sintagma Verbal
SVO	Sujeito, Verbo e Objeto
T	Transparente
TRL	Teoria da Regência e da Ligação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 Objetivos.....	27
1.1.1 Objetivo geral.....	27
1.1.2 Objetivos específicos	27
1.2 Delineamento da pesquisa.....	28
2 DO ESTRUTURALISMO AO FUNCIONALISMO, EIS QUE NASCE A LINGÜÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	31
2.1 O Estruturalismo	32
2.2 O Gerativismo	34
2.3 O Funcionalismo	37
2.3.1 Funcionalismo: a origem	39
2.3.2 Funcionalismo norte-americano	39
2.4 Linguística funcional centrada no uso	42
2.4.1 Caracterização Geral.....	43
2.4.2 Gramática de Construções	45
2.4.3 Conceitos Fundamentais.....	48
2.4.3.1 Cognição	49
2.4.3.2 Língua.....	50
2.4.3.3 Gramática.....	51
2.4.3.4 Discurso	51
2.4.4 Conceitos Operacionais de construção	52
2.4.4.1 Construção	52
2.4.4.2 Esquematicidade, Produtividade e Composicionalidade.....	58
2.4.4.2.1 Esquematicidade.....	58
2.4.4.2.2 Produtividade	60
2.4.4.2.3 Composicionalidade	61
2.4.4.3 Objetividade, Subjetividade e Intersubjetividade	63
2.4.4.4 Inferenciação Pragmática	67
2.4.4.5 Categorização/prototipicidade	68
2.4.4.6 Gradiência.....	70
2.4.4.7 Neoanálise e analogização	71

2.4.5 Motivações competidoras	72
2.4.5.1 Expressividade Maximizada.....	72
2.4.5.2 Economia	73
2.4.5.3 Memória enriquecida.....	74
2.4.5.4 Semântica de frames.....	75
2.4.5.5 Iconicidade.....	76
2.5 Concluindo	77
3 ANCORANDO NOS DIVERSOS OLHARES SOBRE A ELIPSE.....	79
3.1 A Elipse na perspectiva da gramática tradicional.....	80
3.2 A Elipse na abordagem linguística.....	88
3.3 A Elipse vista pela linguística textual	93
3.4 A Elipse sob o olhar da gramática de construções	98
3.5 Concluindo	106
4 METODOLOGIA: CAMINHOS A SEREM PERCORRIDOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	108
4.1 Os <i>Corpora</i>	108
4.2 O Método	110
4.3 procedimentos de análise de dados	116
4.3.1 <i>Análise qualitativa</i>	116
4.3.2 <i>Análise quantitativa</i>	118
4.3.2.1 <i>Programa Antconc</i>	119
4.3.3 <i>Seguindo trilhas para a análise</i>	123
5 ANÁLISE DOS DADOS: O SILÊNCIO NÃO SIGNIFICA VAZIO	124
5.1 Conceituando a Elipse com base na GC e na LFCU	124
5.2 Panoramas quantitativos das frequências <i>token</i> e <i>type</i>	130
5.3 Aspectos formais e funcionais: a elipse como construção	136
5.3.1 <i>Propriedades construcionais da elipse: Forma</i>	137
5.3.2 <i>Propriedades construcionais da elipse: Significado</i>	139
5.4 O papel das elipses no contexto de uso: análise qualitativa.....	143
5.4.1 <i>Elipses transparentes</i>	145
5.4.2 <i>Elipses Semitransparentes</i>	150
5.4.3 <i>Elipses Opacas</i>	155
5.5 A elipse em rede	158
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162

REFERÊNCIAS167

1 INTRODUÇÃO

O silêncio é um campo
plantado de verdades
que aos poucos se fazem palavras.

Thiago de Mello

As línguas são instituições sociais, vivas, dinâmicas, que se realizam no uso que delas faz o usuário na interação. Por essas razões, não podem ser analisadas, segundo o viés funcionalista, de forma totalmente autônoma, desarticuladas do contexto situacional, da cultura, da história e da ideologia dos falantes, pois estes a utilizam nos seus vários modos de comunicação e, conseqüentemente, vão agregando aos seus falares novas formas que vão se cristalizando e se tornando práticas discursivas. Isso torna evidente que as normas de um sistema linguístico sofrem alterações e, por não serem engessadas, entram, muitas vezes, em caminhos distintos aos das regras de teor prescritivo.

Tais caminhos advêm do caráter emergente da língua, dado à dinamicidade do uso, e isso faz com que as conceituações apresentadas pela Tradição Gramatical¹ não deem conta de explicar os fenômenos linguísticos tão presentes na fala. Para contribuir com a reflexão sobre esse movimento das línguas, surge, então, a Linguística e, com ela, entre outros, os estudos baseados no Funcionalismo Linguístico.

Os estudos, sustentados na interface Funcionalismo e Cognitivismo, têm ganhado espaço na contemporaneidade e refinado concepções como língua, gramática e construção. De acordo com Oliveira (2018), a junção semântico-sintática assumida pelo Funcionalismo com a abordagem construcional de orientação cognitivista, em sua feição mais recente, concebe “[...] a *língua* como um conjunto esquemático, uma rede de construções, [...] definidas como pareamento de forma e significado” (Oliveira, 2018, p. 110, grifo nosso). Dentro desse arcabouço teórico, a *gramática* é vista como uma rede de construções, ligadas por nós, através de uma estrutura hierárquica (Traugott; Trousdale, 2021 [2013]). A *construção*, por sua vez, é, segundo Traugott e Trousdale (2021 [2013]), “[...] um pareamento forma↔significado. Esse pareamento pode ser pensado em termos de várias dimensões, todas elas gradientes. Entre elas estão tamanho, grau de especificidade fonológica e tipo de conceito”. São justamente esses dois

¹ Inicialmente, a Gramática Tradicional surge com a intenção de descrever a língua, mas, depois, passou a ter caráter normativo, pretendendo a padronização do idioma português. Esse intento foi frustrado devido à ampla variedade de modos de fala existentes no Brasil, e a GT não dar mais conta dessa diversidade (Faraco, 2008).

eixos que concretizam uma construção, pois uma forma sem sentido é desprovida de qualquer ato comunicativo.

Partindo dessa perspectiva, é que, nesta tese, debruçamo-nos a investigar as construções elípticas que, em consonância com a Gramática Tradicional, envolvem: sujeito; verbo (parcial ou total); preposição que envolve certos adjuntos; preposição *de* antes da integrante que introduz as orações objetivas indiretas e as completivas nominais; conjunção integrante *que* (Cunha; Cintra, 2008, p. 634-635), acrescidas de elipse de conjunção e de preposição; elipse total ou parcial de uma oração; de frases nominais (Cegalla, 2008). Contudo, nosso ponto de partida para este estudo centra-se na análise das elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal por compreendermos que estes três elementos sintáticos estão diretamente ligados aos termos essenciais das orações: sujeito e predicado.

Na Tradição Gramatical, esse fenômeno² da língua é compreendido como um “elemento vazio”, dado que “Elipse é a omissão de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente suprir³” (Cunha; Cintra, 2008, p. 633). Nesses compêndios, não é retratada a carga semântica (função) que é expressa por meio da elipse, embora se admita que o contexto e a situação interfiram na construção.

Por outro lado, algumas Gramáticas de abordagem linguística, tratam a elipse como um tópico que está relacionado ao ato da interpretação da referência dos pronomes, porém não é idêntico (Perini, 2007, p. 286). Como exemplo, o gramático traz “Pedrão declarou que renunciaria”, e explica que o sujeito de declarar está explícito “Pedrão”, todavia, não está claro o sujeito de “renunciaria”, o que faz surgir um problema. Para esses casos, o autor afirma que,

Tradicionalmente, fala-se de um ‘sujeito elíptico’, ‘oculto’ ou ‘subentendido’ em orações como a subordinada [...]. Segundo nossa análise, evidentemente, não há sujeito nenhum ali; mas é inegável que há algo ‘subentendido’. [...] A questão da interpretação de elementos elípticos não se limita a sujeitos, nem a SNs⁴ (Perini, 2007, p. 286).

Dessa forma, o autor fala que a elipse não se restringe aos sujeitos e, com a amostra “Maria picou o pato e pôs na panela”, ele assinala a elipse de complemento verbal, aqui posta em função de objeto direto. Para ampliar a discussão e comprovar o que dissera, Perini (2007)

² Nesta tese, no intuito de evitar repetição de nomes em contextos próximos, utilizaremos para referência às elipses os termos: recurso, fenômeno ou lacuna. Esclarecemos que a semântica dos termos não se altera nesses contextos de uso.

³ Segundo Ferreira (2009), suprir significa “completar; preencher; fazer as vezes de substituir”.

⁴ SNs: Sintagmas nominais

apresenta o excerto “Serafim toca flautim, e Ivone trombone” para abordar os casos de “verbo (NdP)⁵ elíptico” que precisam ter uma matriz semântica, nesse caso, o verbo presente na primeira oração.

Nas gramáticas de abordagem linguística que analisamos (Perini (2007); Azeredo (2000); Castilho (2012); e Neves (2018b))⁶, visão descritiva da língua, percebemos que, já é sinalizado que há um “problema” a ser revolido, porém a elipse de sujeito, por exemplo, ainda é tratada como “sujeito vazio”. Ao lado disso, admite-se, nesse compêndio, que “[...] orações com sujeito (pronominal ou não) se analisam de maneira diferente de orações sem sujeito” (Perini, 2007, p. 287). É necessário deixar claro que o gramático trata como “sujeito pronominal” aquele que é preenchido por um pronome referencial e de “oração sem sujeito” a que não há nenhum termo em relação explícita de concordância com o verbo.

Algumas das pesquisas que utilizamos para fins de comparação de abordagem tratam a elipse do objeto como “Objeto Nulo”, o que nos remete a algo que não tem valor. No entanto, para a Gramática de Construções (GC), a elipse é considerada como uma construção que pode ser compreendida e estudada como forma gradiente de omissão de sentenças, cuja estrutura não compromete a comunicação, e que, mesmo estando omitido o termo, é uma construção ativa de sentido. Assim sendo, é que compreendemos a presença de uma estrutura com forma-significado, como no exemplo (1):

- (1)DOC: O que você cus... você procura fazer quando viaja? Geralmente qual o motivo que o faz viajar? Ø Ø Férias, ver amigos, visitar parentes, trabalhá, participar de eventos.
 INF: Geralmente Ø Ø a trabalho.
 DOC: Ø Tem planos para as próximas férias?
 INF: No momento Ø não Ø Ø (A.S.F.S. - *Corpus PCVC*).

No excerto (1), observamos que os falantes utilizam a elipse em vários constructos⁷ e em diversos contextos sintáticos e semânticos, a exemplo de: Ø *Férias* (elipse de sujeito e de verbo), *Geralmente Ø Ø a trabalho* (elipse de sujeito e de verbo), *No momento Ø não Ø Ø* (elipse de sujeito, de verbo e de complemento). Tais constructos levam-nos a perceber que não se pode dizer que a elipse é “elemento vazio”, dado que cada um deles vem carregado de sentido

⁵ Núcleo do Predicado

⁶ Esses autores foram agrupados pelo fato de apresentarem nas obras analisadas uma visão prescritiva da língua.

⁷ Para a LFCU, constructo é o conteúdo semântico específico de uma dada ocorrência (Oliveira; Cezario, 2017, p. 29).

que remete a uma forma e, ainda, podemos afirmar que há casos de elipse em que, pelo processo da neoanálise, um novo sentido é agregado a cada forma-significado no decurso da interação.

Ancorados nessa perspectiva teórica e agregando a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), dedicamo-nos, nesta tese, à investigação das construções com *elipse em posição de sujeito, de verbo e de complemento verbal (objeto direto e indireto)*. Diante do exposto, considerando que o número de pesquisas na área ainda é restrito e, resguardados na perspectiva dos postulados do Funcionalismo norte-americano (Givón, 1995, 2001) e da Gramática de Construções (Bybee, 2010; Traugott; Trousdale, 2013; Croft, 2001), interface que é denominada, no Brasil, como LFCU (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2018; Oliveira; Cezario; 2017; Rosário; Oliveira, 2016), é que nos conduzimos neste estudo pelas seguintes questões-problema: i) Existem regularidades no delineamento do pareamento de forma-significado nas construções elípticas em posição de sujeito, de verbo e de complemento verbal? ii) Em caso afirmativo, de que maneira se caracterizam tais regularidades e como elas podem ser categorizadas?.

No que se refere à primeira questão, levantamos a hipótese de que há regularidade no delineamento da forma-significado das construções elípticas. Para responder às duas indagações, apoiaremos-nos nas teorias da GC e da LFCU, que compreendem que uma construção linguística é constituída por um pareamento forma-significado, ainda que essa construção seja uma elipse.

Concernente à segunda questão-problema, hipotetizamos que, apesar de uma elipse não ser uma construção prototípica, por não possuir codificação morfossintática, ela existe devido a fatores cognitivos de domínio geral⁸ (Bybee, 2010); a regularidade da elipse dá-se no ato de fala, quando ela é instanciada e licenciada, no momento em que o falante a utiliza e o interlocutor é capaz de compreendê-la como fenômeno da língua e como termo resgatável do contexto e/ou do cotexto; tais regularidades podem ser categorizadas como: transparentes, semitransparentes e opacas, considerando sua posição em relação ao referente. Assim, estabeleceu-se, na Língua Portuguesa, em um pareamento de forma-significado, incorporado no decorrer do discurso pela omissão de termos.

Uma investigação como esta tem a sua importância para a comunidade acadêmica que visa estudar, descrever e analisar línguas naturais, sobretudo, na área do Funcionalismo e, em

⁸ Segundo Bybee (2010), o conhecimento linguístico, que envolve o conhecimento de forma e significado, é concebido fundamentalmente do mesmo modo que outros tipos de conhecimento, a exemplo de habilidades cognitivas (como percepção visual, atividade motora, entre outras). Assim, há a compreensão de que os usos linguísticos sejam governados, também, por processos cognitivos de domínio geral.

especial, nos estudos da Gramática de Construções e na interface dessas teorias, que é a LFCU. Outrossim, pretendemos contribuir com a composição de um conjunto significativo de informações que caracterizam os usos da Língua Portuguesa a partir de uma análise de vertente funcionalista, e, quiçá, contribuir para que essa discussão seja levada às salas de aula por meio dos professores. Essa última contribuição visa à valorização da língua em uso e o impacto direto no trabalho pedagógico, fomentando cada vez mais o respeito pela forma de falar dos alunos, o que favorecerá a compreensão da língua e, em especial, desse fenômeno linguístico, a elipse.

Convictos dessas contribuições, na próxima seção, apresentaremos os objetivos desta pesquisa.

1.1 Objetivos

Esta seção aborda os objetivos geral e específicos, a saber:

1.1.1 Objetivo geral

- Investigar, em uma perspectiva construcional, as estruturas elípticas em posição de sujeito, de verbo e de complemento verbal na Língua Portuguesa, tomando como amostra os *Corpora* do Português Popular e Culto de Vitória da Conquista.

1.1.2 Objetivos específicos

- Mapear as construções elípticas de sujeito, de verbo e de complemento verbal nos *Corpora* em uma perspectiva construcional;
- Analisar as construções gramaticais de elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal, levando em conta a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade;
- Classificar as elipses conforme o grau de gradiência, tomando por base a posição em relação ao referente;
- Propor uma rede hierárquica da microconstrução das elipses com base na Gramática de Construções (Traugott; Trousdale, 2013) e na LFCU (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2018; Oliveira; Cezario; 2017; Rosário; Oliveira, 2016).

1.2 Delineamento da pesquisa

A pesquisa desenvolvida teve um caráter não experimental, pelo fato de as ocorrências não serem manipuladas intencionalmente. Os dados coletados foram delineados no quadro de estudo de natureza transversal, pois não seguimos a temporalidade no decorrer das análises, segundo os princípios de Sampieri; Collado e Lúcio (1998). A amostra não probabilística foi extraída do banco de dados do Português Culto e do Português Popular de Vitória da Conquista, *Corpora* que serão mais bem detalhados na seção 4.1.

Para o trabalho com a abordagem construcional da elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal, apropriamo-nos do método misto que, consoante Cunha Lacerda (2016), é a associação entre as metodologias quantitativa e qualitativa.

A partir dessa metodologia, seguimos as seguintes etapas:

- Para o primeiro objetivo posto na seção 1.1, procedemos com o mapeamento de construções gramaticais identificadas nos *Corpora* do PCVC e PPVC de todos os dados em que aparecerem as formas indicativas de elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal nas entrevistas;

- Concernente ao segundo objetivo, realizamos análise dos resultados encontrados nos *Corpora* a partir da frequência *type* e da frequência *token*, considerando a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade. Retomamos o pensamento de Cunha Lacerda (2016) que traz as ideias de Traugott e Trousdale (2013) para consolidar que a metodologia quantitativa pode cooperar para que as propriedades inerentes à esquematicidade, à composicionalidade e à produtividade sejam observadas no processo de percepção da elipse enquanto pareamento forma↔significado; já a qualitativa, conforme nos direciona Cunha Lacerda (2016), contribui na descrição e interpretação do objeto de estudo de forma detalhada a partir do contexto instanciado. Prosseguimos com a criação de tabelas a partir dos resultados da frequência *type* e da frequência *token* e com a análise na perspectiva da LFCU, resgatando os processos de categorização, memória enriquecida e frequência.

No que tange ao terceiro objetivo, procederemos com a classificação das elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal, examinando o grau de gradiência⁹ contextual do termo elíptico em relação à proximidade com o termo de resgate, a saber: elipse transparente é percebida quando o termo elíptico está próximo do termo de resgate, sendo facilmente

⁹ A gradiência refere-se ao fato de que muitas categorias da língua (e da gramática) não podem ser facilmente distinguidas, posto que há um movimento contínuo de uma categoria a outra (Furtado da Cunha; Silva, 2013).

interpretada; elipse semitransparente é quando essa distância é intermediária, isto é, está dentro do turno de fala, mas exige que o interlocutor busque pelo termo de resgate, a fim de que compreenda o que fora dito; elipse opaca é quando não há termo de resgate, ele está fora do cotexto, ou seja, encontra-se no contexto extralinguístico, gera ambiguidade de interpretação. Em resumo: quanto mais opaco, mais dependente de conhecimento compartilhado, ou seja, mais inferencial, mais ambíguo, mais dependente. Posto isto, advogamos que a elipse vai de um *continuum* de omissão do referente (transparente) até a opacidade (opaca).

Atendendo ao quarto objetivo, propomos a construção de uma rede hierárquica das microconstruções da categorização das elipses, conforme proposição nossa, contemplando as elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal, a fim de ilustrar as construções elípticas e os três níveis de esquematicidade, sistematizados por Traugott e Trousdale (2021 [2013], p. 48), a saber: esquema, subesquema e microconstrução. Essa rede taxionômica terá a finalidade de mostrar, holística e empiricamente, como o pareamento de forma-significado das elipses se configura na rede.

Apresentado o delineamento de nossa tese, e conscientes do que Oliveira (2018) nos diz sobre a necessidade de que novos fenômenos sejam testados no escopo da LFCU, aspiramos enveredar por essa teoria, a fim de validar e refinar o fenômeno linguístico aqui posto, em seus termos teórico-metodológicos e, assim, contribuir para a descrição do Português Brasileiro, para a história da língua e, quiçá, para a prática pedagógica.

A variável dependente da pesquisa é tipos de elipse: de sujeito, de verbo e de complemento verbal. A amostra de nossa pesquisa é constituída pelos *Corpora* das variedades popular (PPVC) e culta (PCVC) do Português Brasileiro falado na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, sendo utilizadas oito entrevistas de cada *corpus*. Para nós, a relevância dos dados está em terem sido coletados no uso efetivo da língua, independente de escolaridade, de sexo ou de faixa etária.

A estrutura desta tese está organizada em cinco capítulos, quais sejam: no primeiro capítulo, a *Introdução*, no qual é apresentado um panorama acerca de todo o trabalho, expondo as perguntas norteadoras, hipóteses, objetivos e o referencial teórico e metodológico a ser utilizado. No segundo capítulo, *Do estruturalismo ao funcionalismo, eis que nasce a linguística funcional centrada no uso: pressupostos teóricos*, descrevemos a teoria na qual nos pautamos para o estudo das elipses, esboçando a trajetória percorrida pelo Funcionalismo, cujos estudos se centram na língua em uso e fazem surgir a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). No terceiro capítulo, intitulado *Ancorando nos diversos olhares sobre a elipse*, abordamos acerca da elipse na perspectiva da Gramática Tradicional e de gramáticas de abordagem

linguística, da Linguística Textual e da Gramática de Construções. No quarto capítulo, cujo título é *METODOLOGIA: que caminhos percorrer para a análise dos dados?*, detalhamos a metodologia utilizada por nós neste estudo e, no quinto capítulo, alcunhado de *Análise dos dados: o silêncio não significa vazio*, trazemos a análise dos dados coletados, que compõe, também, as redes taxonômicas. Já chegando ao final, apresentamos nossas considerações sobre a pesquisa e as referências utilizadas.

Destacamos que este estudo se encontra sujeito a novas inquietações, constatações e, sobretudo, a acréscimos e refutações, por compreendermos que o conhecimento acerca da língua(gem) é o ponto de partida para entender a complexidade das estratégias linguísticas utilizadas pelos falantes nas suas relações interpessoais.

2 DO ESTRUTURALISMO AO FUNCIONALISMO, EIS QUE NASCE A LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Língua

Esta língua é como um elástico
 que espicharam pelo mundo.
 No início era tensa,
 de tão clássica.
 Com o tempo, se foi amaciando,
 foi-se tornando romântica,
 incorporando os termos nativos
 e amolecendo nas folhas de bananeira
 as expressões mais sisudas.
 Um elástico que já não se pode
 mais trocar, de tão gasto;
 nem se arrebenta mais, de tão forte.
 Um elástico assim como é a vida
 que nunca volta ao ponto de partida.

Gilberto Mendonça Teles

Neste capítulo “Do Estruturalismo ao Funcionalismo, eis que nasce a Linguística Funcional Centrada no Uso: pressupostos teóricos”, realizaremos uma abordagem acerca da teoria que é esteio da nossa pesquisa¹⁰. O fato de compreendermos que uma teoria não desmerece, tampouco invalida a outra, é o que nos impulsionou a traçar uma curta trajetória do Estruturalismo, de Saussure, passando pelo Gerativismo, de Chomsky, até chegar ao Funcionalismo, de Givón, cujos estudos se centram na língua em uso e fazem surgir a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), que tem como pioneiro, no Brasil, o grupo de pesquisa Discurso e Gramática (D&G), que nos municia com suportes teóricos para compreensão dos conceitos que nos ajudarão na análise.

O Funcionalismo, corrente linguística que visa explicar a língua em pleno funcionamento e que se volta à análise da estrutura gramatical associada às circunstâncias de usos, surgiu em oposição a algumas ideias do Estruturalismo e do Gerativismo, correntes cujo foco se centra na estrutura ou na forma das sentenças, não considerando, assim, os aspectos que

¹⁰ Esclarecemos que, sempre que possível, serão utilizados exemplos dos *Corpora* que compõem a pesquisa. Isso nos ajudará em uma compreensão maior da relação que há entre a teoria na qual nos apoiamos e a elipse.

envolvem a interação dos falantes, uma vez que concebem a língua como um sistema homogêneo, estático e fixo¹¹.

Considerando ser salutar conhecer o trajeto que percorremos nesta tese, traçamos um caminho que nos leva ao Funcionalismo que tem a língua como maleável, condicionada às modificações propícias aos usos que os interlocutores fazem em um evento discursivo. Com esse propósito, este capítulo está distribuído da seguinte forma: em 2.1, falamos sobre o Estruturalismo; 2.2 abordamos sobre o Gerativismo; 2.3 trabalhamos com o Funcionalismo norte-americano; 2.4 é destinado aos estudos sobre a LFCU (2.4.1 Caracterização geral; 2.4.2 Gramática de Construções; 2.4.3 Conceitos Fundamentais: cognição; língua, gramática e discurso; 2.4.4 Conceitos operacionais de construção: construção; esquematicidade; produtividade; composicionalidade; objetividade, subjetividade, intersubjetividade; inferenciação pragmática; categorização/prototipicidade; neonálise e analogização; e, por último, em 2.4.5, tratamos das motivações competidoras: expressividade maximizada; economia; memória enriquecida; semântica de *frames*; e iconicidade); em 2.5, apresentamos nossas considerações acerca do capítulo.

Esclarecemos que, no decorrer deste capítulo, tendo em vista a importância de trazermos exemplos de nossos *Corpora*, a elipse, tema desta tese, já será discutida, fazendo um *link* com as conceituações apresentadas.

2.1 O Estruturalismo

O Estruturalismo teve sua origem na primeira metade do século XX, sob fortes influências dos pensamentos de Saussure, divulgados através do livro “Curso de Linguística Geral”, publicado após sua morte. Iniciaram-se, a partir daí, as pesquisas em linguística, especialmente na Europa. Nos Estados Unidos, o Estruturalismo ascendeu graças ao trabalho de Leonardo Bloomfield.

¹¹ “Embora frequentemente contrastado ao Estruturalismo, o Funcionalismo surge como um movimento particular dentro do estruturalismo, enfatizando a função das unidades linguísticas: na fonologia, o papel dos fonemas (segmentais e suprasegmentais) na distinção e demarcação das palavras; na sintaxe, o papel da estrutura da sentença no contexto. Atribui-se aos membros da Escola de Praga, que se originou no Círculo Linguístico de Praga fundado em 1926 pelo linguista tcheco Vilém Mathesius, as primeiras análises na linha funcionalista. Com relação ao ponto de vista saussuriano, esses linguistas se opunham à distinção nítida entre sincronia e diacronia, assim como à noção de homogeneidade do sistema linguístico. Sua contribuição pode ser sintetizada no uso dos termos *função/funcional*, no estabelecimento dos fundamentos teóricos básicos do funcionalismo e nas análises que levam em conta parâmetros pragmáticos e discursivos” (Furtado da Cunha, 2013, p. 159).

Na visão estruturalista, língua é um produto social (Saussure, 1995 [1916]) de abstração passiva por parte do indivíduo que, para usá-la, precisa compreender seu funcionamento. Ela existe mediante consenso, o que priva o falante de criá-la ou modificá-la. A Língua, portanto, “[...] é *um sistema* de signos que exprimem ideias” (Saussure, 1995 [1916], p. 24, grifo nosso). Logo, podemos sentenciar que a ideia da percepção da língua, enquanto sistema, tem como inspiração em Saussure que defendia uma preferência do todo sobre as partes. Conquanto, fez-se necessário analisar como esse sistema se estrutura, se organiza. Foi assim que teve origem o termo “estruturalismo”.

Para essa teoria, a língua deve ser analisada pelas suas relações internas e tudo que for extralinguístico, por uma opção metodológica saussureana, não é levado em conta. Excluem-se, então, as relações entre língua e cultura, língua e sociedade, língua e espaços geográficos, língua e faixa etária, língua e raça, tendo em vista a consideração de que nada do que for externo à língua relaciona-se com os elementos que a constituem. Isso protocola uma dicotomia entre língua e fala¹² e, conseqüentemente, prioriza a língua, elemento considerado no Estruturalismo como sistematizável e, com isso, desconsidera a importância da função comunicativa estabelecida pelo falante.

Voltados ainda para a conceitualização nessa corrente linguística, é importante enfatizarmos, em um sentido mais preciso e usual, que gramática é vista como uma “Linguística estática ou descrição de um estado de língua” (Saussure, 1995 [1916], p. 156), e a língua, estudada por meio da gramática, dessa forma, é vista, nas palavras de Saussure (1995 [1916]) como “um sistema de meios de expressão”. Daí, temos as considerações de um sistema que é autônomo, no qual suas partes se organizam consoante leis internas. Além disso, há de se considerar que a preferência é por um estudo sincrônico, dado que, para o Estruturalismo, não é admissível um sistema pertencer a várias épocas ao mesmo tempo, não há valorização à “gramática histórica”. Dessa compreensão, é que Saussure (1995 [1916]) afirma que gramática é a morfologia e a sintaxe reunidas e convencionalizadas, pois aquela não pode ser representada separada da sintaxe, e exclui, dessa maneira, a lexicografia (ciência das palavras).

Realizadas essas breves considerações a respeito de algumas questões que são concebidas de forma diferenciada no Funcionalismo, passemos ao Gerativismo, de Noam Chomsky.

¹² Para Saussure (1995 [1916]), *fala* se caracteriza como contrária à língua, ou seja, ela é individual, é vista como acessório e mais ou menos acidental.

2.2 O Gerativismo

Para o Gerativismo, cujo início se deu no final da década de 1950, nos Estados Unidos, por Noam Chomsky, a criança nasce com predisposições linguísticas inatas que são desenvolvidas a partir do momento em que ela é exposta ao modelo linguístico ao qual seguirá.

Como o foco predominante de estudo dessa teoria linguística é a sintaxe, o *input* das frases a que o ser humano é exposto desde que nasce, na sua comunidade de fala, juntamente com a predisposição linguística inata da criança, fornecem-lhe capacidade para analisar e começar o processo de percepção do funcionamento da gramática da sua língua nativa e, a partir desse processo, o falante realizará o *output* que é a sua fala. Em conformidade com o que advoga Kenedy (2013), as línguas não são interpretadas como um comportamento social, mas são notadas/analizadas como uma faculdade mental inata.

Em se tratando de representatividade, as estruturas sintáticas são traduzidas pela “árvore” ou “diagrama arbóreo”, constituída pela estrutura profunda (formada primeiro, subjacente à estrutura superficial por estar voltada para as ideias, para a origem da linguagem) e pela estrutura superficial (derivada da profunda, é o mais concreto da linguagem). Dois conceitos são salutares para o Gerativismo: competência e desempenho, que são caracterizados como:

A competência destaca-se como a capacidade de produzir variadas sentenças, em outras palavras, o sujeito sabe produzir sentenças de acordo com uma gramática interna, no qual, já sabemos distinguir uma frase gramatical ou agramatical. E desempenho é o uso concreto da língua (Chomsky, 1978, p. 12).

Torna-se importante ressaltar que Chomsky prioriza, no estudo da linguística, a competência e não o desempenho, o que significa que, para essa teoria, também, o sujeito, representado por aquele que realiza a língua por meio da fala, assim como as habilidades sócio interativas, não é considerado nos estudos linguísticos, pois é, no desempenho, que estão incorporadas a linguagem, a memória, a emoção, a concentração, entre outros recursos utilizados pelo falante. O precursor do Gerativismo trabalha com a hipótese do falante ideal, que não produz sentenças agramaticais, que, inicialmente, utiliza seus conhecimentos linguísticos de forma regular, independentemente da situação sociocomunicativa.

Podemos afirmar que a gramática gerativa analisa a estrutura gramatical das línguas, levando em consideração que, devido ao inatismo, todas elas se tornam semelhantes, isto é,

há uma estrutura comum em cada um dos idiomas, o que gera, para essa concepção, a Gramática Universal (GU). Consoante Kenedy (2013, p. 135), GU é “[...] o conjunto das propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais, bem como as diferenças entre elas que são previsíveis segundo o leque de opções disponíveis na própria GU”. A linguística é um campo que busca compreender as estruturas gramaticais das línguas naturais e as semelhanças e diferenças entre elas. A ideia de uma "gramática universal" que compartilha propriedades comuns entre todas as línguas é intrigante, pois levanta questões sobre a natureza inata da linguagem e como ela é expressa de maneiras diversas em diferentes culturas. Para nós, funcionalistas, a investigação das propriedades gramaticais comuns e das diferenças previsíveis entre as línguas pode ajudar a compreender melhor a diversidade linguística e a natureza da comunicação humana.

Em um segundo momento, os gerativistas desenvolveram uma teoria nomeada de “princípios e parâmetros”, dotada de duas fases: (i) TRL – Teoria da Regência e da Ligação, estendida por toda a década de 1980; (ii) PM – Programa Minimalista, desenvolvido desde o início da década de 1990 (Kenedy, 2013). As pesquisas dessa teoria efetuam-se, sobremaneira, na área da sintaxe, uma vez que é, nesse aspecto, que as semelhanças entre as línguas mais se destacaram. O estudo da sintaxe, separado dos outros constituintes da gramática, digo, da fonologia, do léxico, da semântica e da morfologia, pauta-se em um dos seus princípios que é o “princípio da modularidade da mente”, que preconiza a mente humana como modular, com cada módulo trabalhando separadamente e, conseqüentemente, cada um se responsabilizando pela estrutura e pelo desenvolvimento de uma atividade cognitiva. Esse princípio modular também se estende à visão de gramática, cujo funcionamento, para o Gerativismo, se dá por módulos independentes e autônomos entre si.

Fica notório, por conseguinte, como mencionamos, que o centro da gramática gerativa é a sintaxe. O léxico, a morfologia e a fonologia estão, intrinsecamente, interligados, dado que a morfologia dá conta da estrutura interna da palavra, e a fonologia das alterações mórnicas fonologicamente vinculadas.

Tomando por base esses princípios e pautados no que nos diz Kenedy (2013), afiançamos que o termo “princípio” está para os componentes da gramática que são oportunos para todas as línguas naturais, e “parâmetros” pertence ao campo do que é variável entre as línguas. Para melhor esclarecer, valemos dos exemplos (2) e (3):

(2) João disse que ele vai se casar.

(3) Ele disse que João vai se casar.

(Kenedy, 2013, p. 136)

Observamos que, em (2), o pronome “ele” pode fazer menção a João ou a qualquer outro homem já proferido anteriormente no discurso; já em (3), o mesmo pronome não mais está direcionado a João, mas a outro homem também conhecido no contexto. Como “ele”, nesse contexto, é um pronome anafórico, e uma anáfora em todas as línguas deve sempre suceder o seu referente e nunca o anteceder, vamos, então, amparados por Kenedy (2013), reconhecer que se trata de um “princípio” da GU, convencionalizado em todas as línguas naturais.

No tocante ao “parâmetro”, os exemplos (4) e (5) nos ajudarão a esclarecer essa vertente da teoria:

(4) Se ela trabalhá nessa idade, *ela* num vai tê uma infância. (“ela” → sujeito preenchido) (JLS – *Corpus PCVC*).

(5) Se ela trabalha nessa idade, Ø num vai tê uma infância. (“Ø” → sujeito oculto ou elíptico).

Na Língua Portuguesa, admite-se o que chamamos de sujeito oculto ou elipse de sujeito, que, inclusive, é um recorte do nosso objeto de estudo. Destarte, em (4), o falante preencheu o sujeito da oração principal com um pronome anafórico. Contudo, esse sujeito poderia não ter sido preenchido, uma vez que esse recurso é aceito na Língua Portuguesa, conforme fizemos em (5) em caráter de exemplificação. Optar por deixar o sujeito elíptico (ou oculto) é uma propriedade não só do Português, mas, também, de outros idiomas, porém não é comum a todas as línguas naturais, em virtude de que esse recurso, nesse contexto de uso, não é licenciado-em muitas delas, a exemplo do inglês e do francês. Isso posto, concluímos que a presença do sujeito nas sentenças é um princípio da GU, no entanto, a elipse desse elemento é um parâmetro dessa Gramática.

Dado que o interesse dessa abordagem é a competência linguística, ou seja, o funcionamento da mente humana, seus estudos clássicos não costumam usar dados reais da língua. Também não se interessam pelos contextos de uso ou pelas variáveis sociais, tal qual o Estruturalismo. As análises são abstratas e a competência linguística está para o conhecimento linguístico inconsciente que o falante traz consigo e que lhe permite intuir entre o que é gramatical e o que é agramatical no que se refere à formação das frases. Os gerativistas

consideram que os “universais linguísticos¹³” herdaram uma linguística comum ao ser humano (Furtado da Cunha, 2013).

Mediante esse caráter formal adotado pelo Estruturalismo e pelo Gerativismo, é que surge a forte oposição adotada pelo Funcionalismo, que se volta para uma nova perspectiva de análise dos paradigmas explicativos de fenômenos humanos e sociais das línguas em seu efetivo uso.

2.3 O Funcionalismo

Apontando para uma nova direção, diferente da mostrada pelo Estruturalismo e pelo Gerativismo, o Funcionalismo contempla a língua em uso e considera as funções que lhe são atribuídas no processo de interação discursiva, atendendo às necessidades comunicativas dos falantes. O uso, assim, é considerado como o produto de convenções cristalizadas na interação e nos contextos histórico e social, que estimula a fixação de padrões gramaticais a partir da rotinização nos ambientes onde a comunicação se estabelece.

Segundo o viés funcionalista, as línguas são instituições sociais vivas, dinâmicas, que se realizam no uso que delas faz o usuário nas relações, por isso mesmo são consideradas como artefatos de interação social utilizados para impulsionar a comunicação. Por essas razões, não podem ser analisadas de forma totalmente autônomas, desarticuladas do contexto situacional, da cultura e da história dos falantes, pois esses as utilizam nos seus vários modos de comunicação e, conseqüentemente, vão agregando aos seus falares novas formas que ocasionam as evoluções¹⁴ do processo das práticas discursivas, consoante a epígrafe deste texto, “Esta língua é como um elástico que espicharam pelo mundo”.

À luz de Furtado da Cunha (2013), observamos que um dos objetivos que norteiam os estudos funcionalistas é constatar o que fundamenta os fatos da língua, ou seja, perceber e explicar a relação que há entre a forma e a função nos dados reais de fala. Para isso, são levados em consideração aspectos extralinguísticos, como: o instante, o lugar, os interlocutores, o escopo da interação; ainda: as características do gênero textual usado, a intersubjetividade e a subjetividade pretendida pelo falante, a informação contida na construção. Há um forte interesse desses estudos em (re)conhecer, para assim explicar, os

¹³ Consoante Furtado da Cunha (2013, p. 176), “Em sentido estrito, ‘universal linguístico’ é um termo designativo de uma propriedade que todas as línguas têm (por exemplo, todas as línguas têm elementos que são foneticamente vogais)”.

¹⁴ Ao usarmos o termo evolução, referimo-nos às mudanças sincrônicas e diacrônicas ocorridas na língua. Contudo, não fazemos nenhum juízo de valor desse processo.

processos que resultam no êxito comunicativo. Podemos exemplificar o que estamos dizendo em (6) e (7):

- (6) Você é desonesto.
 - (7) Desonesto é você.
- (Furtado da Cunha, 2013, p. 157)

Caso fôssemos analisar as sentenças apenas sintaticamente, não teríamos suporte gramatical suficiente para explicar a escolha do falante por (6) e não por (7), ou vice-versa, que são enunciados compostos por vocábulos semelhantes. Em (6), está evidenciada uma afirmação de que o interlocutor é desonesto, mas, considerando a composição do que foi dito, parece-nos que a afirmação é posta com uma certa tranquilidade; já em (7) está, notoriamente, declarada uma repulsa, caracterizada pelo foco na palavra “desonesto” que é posta como figura na sentença. Inferimos, então, que esse contexto é de um insulto anteriormente cometido pelo interlocutor. Isso nos faz constatar que “os enunciados e os textos” estão intimamente ligados às funções desempenhadas nos propósitos de fala dos interlocutores.

A teoria funcionalista explica as adequações que o falante faz com a linguagem a depender do contexto no qual está inserido, se ele precisa ser mais ou menos formal nas suas interações sociocomunicativas. Dessa forma, o funcionalista analisa somente usos reais da língua, por isso lhe interessam tanto a função de cada fala. Afinal, esses usos reais são aqueles que sofrem as pressões do contexto, são eles que subsidiam o pesquisador acerca da escolha lexical, do tom de voz, das variações linguísticas presentes na fala. Assim, nessa corrente de estudos, linguagem não pode ser idealizada, artificializada, pois, só no uso real, há condições de explicar as ações e as opções do falante.

À vista disso, para tais explicações acontecerem, são considerados alguns aspectos salutares: (i) uso da fala/escrita em situação real de interação; (ii) contexto – espaço-tempo; (iii) a experiência dos interlocutores; e (iv) o papel social dos interlocutores.

Faz-se relevante conhecermos um pouco da história do Funcionalismo, a fim de que possamos compreender melhor todo o processo.

2.3.1 Funcionalismo: a origem

Os primeiros estudos funcionalistas da linguagem iniciaram no Círculo Linguístico de Praga ou Escola Linguística de Praga¹⁵, antes de 1930, e começaram a suscitar algumas preocupações acerca das mudanças que ocorrem no sistema linguístico, especialmente no que diz respeito à dicotomia entre sincronia e diacronia; à noção de homogeneidade do sistema linguístico, presente na visão saussureana e à distinção, como aponta Neves (2018a) entre competência e atuação, prontamente percebida em Michael Halliday e Simon Dick e seus posteriores.

Surge, então, uma contribuição salutar para a abordagem teórica: o termo *função/relação*, que traz consigo conceitos que consideram a pragmática e os parâmetros discursivos. Assim, reconhecemos que os fatores extralinguísticos influenciam a estrutura gramatical das línguas. Conforme já dito anteriormente, a base das análises são os usos efetivos, levando em consideração o contexto verbal e não verbal. É na realização da língua por meio da fala que são percebidas as regularidades presentes nas tentativas de novas construções.

Vale salientar que o termo função¹⁶ é polissêmico e engloba várias áreas, porém nosso foco neste estudo é a atribuição desempenhada no processo comunicativo, quer dizer, é a função comunicativa de que dispõe o elemento. Dessa forma, língua passa a ser percebida como um sistema que se destina a um fim, logo, a atenção é voltada à função desempenhada pelo enunciado. Assim, o enunciado passa a ser analisado pela sua função comunicativa, não mais apenas pelos níveis fonológico, morfológico e sintático.

2.3.2 Funcionalismo norte-americano

Retomando as motivações que desencadearam o Funcionalismo, já comentadas anteriormente, é interessante dizer que Givón (1995), em um tempo posterior ao da Escola Linguística de Praga, também compartilha das preocupações acerca da rígida divisão entre diacronia e sincronia, a que ele adjetiva, entre outras questões do Estruturalismo Linguístico, de “dogmas centrais da linguística estrutural”¹⁷.

A respeito do ressurgimento do Funcionalismo no século XX, Sousa (2008) diz que

¹⁵ Designação dada a um grupo de estudiosos da década de 1920, para quem a linguagem permite ao homem referência e reação à realidade extralinguística (Neves, 2018a).

¹⁶ Para melhor compreensão do termo, cf. Neves (2018a, p. 19-26).

¹⁷ Os dogmas a que se refere Givón (1995) são: a arbitrariedade do signo linguístico; a idealização relacionada à distinção entre *langue* e *parole*; e a dicotomia entre a diacronia e a sincronia.

O ressurgimento do Funcionalismo do século XX, de certa forma, ainda guarda resquícios do funcionalismo do Círculo Linguístico de Praga. Ambos têm como lume dos seus estudos a função e a ideia de que a construção da teoria ocorre no interior do próprio sistema. Atualmente, no entanto, o Funcionalismo aparece sob uma nova roupagem, enfatizando do ponto de vista sistêmico e funcional no ato discursivo (Sousa, 2008, p. 73).

Tomando por base o que advoga Sousa (2008) e unindo esse pensamento ao de Furtado da Cunha (2013), é que reconhecemos que, na década de 1970, paralelo ao trabalho de Leonard Bloomfield, foi surgindo uma nova tendência para o Funcionalismo, sob prestígio de etnolinguistas, como: Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf. Gerativistas como Langacker e Lakoff reconhecem a gramática cognitiva e isso foi um passo de extrema relevância para o Funcionalismo. Foi com todos esses impactos que o Funcionalismo ganhou corpo e foi desenvolvido por outros linguistas, a exemplo de Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, que afirmaram e se firmaram no propósito da linguística baseada no uso.

É por intermédio do Funcionalismo que fica evidenciado que a língua não é autônoma e, assim, não deve ser estudada isoladamente, e a sintaxe, consequentemente, é mutável, pois está sujeita às variabilidades decorrentes do discurso¹⁸ (Furtado da Cunha, 2013), ao qual vai se moldando. Dessa maneira, a sintaxe constitui-se como uma sequência de alternâncias refratárias que tomam forma a partir das intenções do usuário no ato da fala e, a partir desses contextos de uso, a gramática é formatada.

Assim, cumpre-nos compreender que a gramática na visão funcionalista deve ser considerada flexível, *elástica*, *amaciada* pelas mais diversas formas de fala. Em outras palavras, as regras da gramática não podem ser rígidas, uma vez que elas devem se adequar às mudanças ocasionadas na língua, posto que há uma estreita convergência entre gramática e discurso.

É importante dizer, também, que o Funcionalismo norte-americano aponta princípios e categorias, tais como: (i) informatividade – o grau de informação apresentado no evento discursivo; (ii) iconicidade – a correlação entre forma e função, que é considerada como natural e motivada; (iii) marcação – oposição entre os termos, que ocorre nos níveis fonológico, morfológico e sintático; (iv) transitividade – fenômeno que ocorre no nível escalar, ou seja, sai do nível do verbo e amplia-se no nível da frase; (v) plano discursivo - a depender de como o falante organiza seu texto, as informações podem ser centrais ou periféricas; e (vi) gramaticalização – que diz respeito à mudança linguística unidirecional que ocorre na língua

¹⁸ Cezario e Furtado da Cunha (2013) definem o discurso como sendo qualquer instância de produção e de interpretação de enunciados em contexto de interação comunicativa.

tanto no nível semântico quanto no nível morfossintático, quando uma palavra de valor lexical passa a ter valor gramatical (Furtado da Cunha, 2013).

Em face do exposto nesta seção, fica manifesto que a Linguística Funcional norte-americana constata os estudos baseados na análise da língua em contexto linguístico e na situação extralinguística, além de propor que discurso e gramática sejam estudados simultaneamente, pela compreensão de haver uma simbiose entre ambos. A gramática é percebida, assim, como uma estrutura em permanente modificação dado às variabilidades do discurso (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013).

Uma vez que a gramática deve ser baseada no uso e arquitetada “[...] como uma organização cognitiva de experiências com a língua” (Bybee, 2016 [2010], p. 28), significa que ela deve ser adaptada pelo uso que o falante faz dela, que as investigações da língua devem se dar, simultaneamente, do ponto de vista da gramática e do discurso e que deve haver uma relação estreita entre as estruturas linguísticas e as funções que elas incorporam no contexto no ato da comunicação.

Tomando como basilares esses princípios, em consonância com alguns conceitos da Gramática de Construções (Croft (2001); Croft; Cruse (2004); e Goldberg (1995, 2006)), considerando a construção como um “[...] pareamento direto entre forma e significado que tem estrutura sequencial e pode incluir posições que são tanto fixas quanto abertas” (Bybee, 2016 [2021], p. 28) e, ainda, que “[...] pode-se falar de construção passiva, construção ditransitiva ou construções mais específicas [...]” (Bybee, 2016 [2010], p. 28), é que ganhamos força para fundamentar este estudo das construções elípticas.

Trazendo o Funcionalismo para terreno brasileiro, o impulso aos estudos funcionalistas é erigido na década de 80 a partir de trabalhos como o de Rodolfo Ilari, datado de 1987, “Perspectiva funcional da frase portuguesa”, que evidencia “tema e rema” baseados na Escola de Praga (Furtado da Cunha, 2013, p. 165). Desde então, outros grupos de pesquisadores na área foram emergindo, entre eles destacamos o D&G, fundado por Sebastião Votre (UFRJ) e o Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em (Sócio)Funcionalismo, Grupo Janus, fundado e coordenado pelos professores Jorge Augusto Alves da Silva e Valéria Viana Sousa (UESB).

Os grupos D&G e Janus dedicam-se aos estudos da língua pelo viés da LFCU que é uma nomenclatura designada a estudos voltados para a interface funcionalista de análise das línguas. Os parâmetros adotados por essa corrente teórica conferem com o que se conhece como *Usage-Based Linguistics* (Linguística Baseada no Uso), tendência funcionalista de estudos das línguas também denominada Linguística Cognitivo-Funcional, conforme Tomasello (1998) (Furtado

da Cunha; Bispo; Silva, 2013). A seguir, falaremos sobre a LFCU e traremos alguns conceitos importantes para a análise de nossos dados.

2.4 Linguística funcional centrada no uso

A LFCU pode ser considerada como uma nova fase do Funcionalismo norte-americano e, segundo Rosário (2022), é conhecida no exterior como Linguística Cognitivo-Funcional¹⁹ ou Linguística Baseada no Uso, uma tradução literal de *Usage-Based Linguistics*²⁰. Rosário (2022), uma das referências da LFCU no Brasil, esclarece que

[...] por sugestão do professor Mário Martelotta (UFRJ), passamos a denominar nossa área de pesquisa como Linguística Centrada no Uso. Segundo a visão do saudoso pesquisador, o uso é tão central em nossos trabalhos que deveríamos caracterizar a “nossa” Linguística como centrada (e não apenas baseada) no uso. Pouco tempo depois, de modo a resguardar o caráter funcional, que é tão caro à nossa tradição de pesquisa, o Grupo Discurso & Gramática, em reunião com seus pesquisadores, decidiu, por fim, denominar a corrente teórica que adotamos como Linguística Funcional Centrada no Uso. Aparentemente, trata-se de um rótulo redundante. Afinal, se a Linguística é funcional, é centrada no uso. Contudo, ao assim qualificarmos a vertente com que trabalhamos, realçamos o seu traço principal e o distinguimos das demais vertentes. Em nossa concepção, de fato, a língua é funcionalmente ancorada no modo como os falantes a utilizam em sociedade (Rosário, 2022, p. 96-97).

Tomando como suporte principal a GC, a LFCU acata a abordagem construcional da gramática, respeitando as línguas humanas como inventários de pareamentos simbólicos de forma e função, e suas pesquisas se pautam, metodologicamente, na diacronia, na sincronia ou na pancronia²¹.

Alguns dos conceitos utilizados pela LFCU são trazidos do Funcionalismo Clássico, quer sejam: transitividade, marcação, iconicidade, informatividade. Há, contudo, acréscimos de outros que agrupam propostas que refletem de forma mais adequada a compreensão presente na teoria e que serão citados mais adiante e outros que, em função dos nossos propósitos, não nos cabe abordar neste trabalho. Ademais, as análises dos fatos da língua, consoante a teoria em questão, adotam a metodologia quali-quantitativa tanto na descrição quanto na interpretação

¹⁹ Conforme nos apresenta Rosário (2022, p. 96), “Segundo Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 13), o termo *Linguística Cognitivo-Funcional* foi cunhado por Tomasello (1998, grifos do autor)”.

²⁰ “Segundo Diessel (2015, p. 295), o termo “*Usage-Based Linguistics*” foi primeiramente utilizado por Langacker (1988)” (Rosário, 2022, p. 130).

²¹ Essa abordagem conjuga as dimensões diacrônica e sincrônica, simultaneamente.

dos fatos, por considerarem a relevância das frequências *type* e *token* na análise do fenômeno em estudo.

Adepta da visão construcionista, a LFCU perfila-se ao pensamento de que a língua é composta por construções organizadas em rede e toma construção como signos armazenados na mente do falante, com base no pareamento forma < > significado, considerando que a frequência *token* é primordial para o fenômeno da convencionalização.

2.4.1 Caracterização Geral

Nossa pesquisa tem como escopo a língua em uso, pois reconhecemos a importância dessa dimensão para cunhar o estudo da linguagem e da língua, uma vez que nossa compreensão perpassa pelo assentimento de que todo processo que permeia uma dada língua é resultado empírico, e isso só é possível por intermédio do uso.

As contradições entre a língua em uso e o que prescreve a Tradição Gramatical (TG) advêm do caráter emergente da língua, dado à dinamicidade do uso, e isso faz com que as conceituações apresentadas pela TG não deem conta de explicar os fenômenos linguísticos tão presentes na fala. Para contribuir com a reflexão sobre esse movimento das línguas, surge, então, a Linguística e, com ela, entre outros, os estudos baseados na LFCU.

A dinamicidade da língua, sua maleabilidade e sua realização mediante o uso evidenciam que novas formas de uso possam surgir, possam ganhar espaço e passem, dessa maneira, a conviver com as anteriores de significado similar. Esse processo se dá em ambientes menos monitorados, mais informais e vão se constituindo, se cristalizando e se convencionalizando. É necessário elucidar que não se trata de sinonímia, posto que, nessa abordagem teórica, não se considera que haja sinônimos perfeitos, pois a escolha entre formas é sempre motivada por fatores linguísticos e extralinguísticos.

Nesse viés, é que os estudos, sustentados na interface Funcionalismo de vertente norte-americana e Cognitivismo, cunhados pela LFCU, têm ganhado espaço na contemporaneidade e refinado concepções como língua, gramática e construção. De acordo com Oliveira (2018), a junção semântico-sintática assumida pelo Funcionalismo com a abordagem construcional de orientação cognitivista (Bybee, 2010; Croft, 2001; Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2018; Traugott; Trousdale, 2013), em sua feição mais recente, atribui ao componente da forma a mesma grandeza concebida à função.

Diante do exposto, apossamo-nos das palavras de Traugott e Trousdale (2021 [2013], p. 25) para conceituar língua como “[...] sendo constituída de pareamento de forma-significado,

ou ‘construções’, organizadas em rede”. A LFCU, então, convencionaliza forma <> significado como o escopo guia de suas pesquisas.

A gramática é vista como uma rede de construções, ligadas por nós, através de uma estrutura hierárquica (Traugott; Trousdale, 2013). Com base nesses princípios, é que a gramática deve ser compreendida como um todo e, dessa forma, nenhum nível pode ser considerado autônomo ou central em relação a outro. Pensando por esse ângulo e compreendendo que língua, discurso e gramática estão interseccionados, analisamos a sintaxe como uma estrutura em perseverante transformação. Buscamos apoio em Furtado da Cunha (2013) para fundamentarmos nosso pensamento, e a autora sinaliza-nos que, na Linguística Funcional:

[...] a sintaxe é compreendida como uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso, ao qual se molda. Ou seja, há uma forte vinculação entre discurso e gramática: a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva (Furtado da Cunha, 2013, p. 9).

Isto posto, não há como negar a confluência estabelecida entre discurso e gramática, que ocorre na necessidade comunicativa do falante que faz uso das estruturas linguísticas integrantes desse conjunto de regras, devido ao contexto linguístico. Logo, concluímos que gramática é produto do convívio dos falantes e, consequentemente, é inspirada por essas relações. Podemos afirmar, assim, que a gramática é delineada pelo uso, e o usuário negocia a construção dos significados. Nesse propósito é que Goldberg (1995) designa construção gramatical como o pareamento convencionalizado de significado e forma, como uma estrutura simbólica pela qual são instanciadas todas as partes da gramática. Com isso, a sintaxe perde autonomia e a ela são agrupadas a pragmática e a semântica; não há dicotomia entre léxico, e a língua em uso efetivo é objeto de investigação.

A LFCU adota esses mesmos parâmetros, preza por uma abordagem holística nas análises e refuta a autonomia de qualquer nível linguístico. Nesse mesmo passo, enobrece a pesquisa calcada nos usos da fala e da escrita, pois compreende que a língua é subordinada às influências do entorno de seus falantes, é “[...] forjada na experiência [...], deriva de processos cognitivos de domínio geral” (Rosário; Oliveira, 2016, p. 234). Contudo, segundo os mesmos autores, a visão de língua deixa de estar centrada apenas nos *tokens* empiricamente comprovados e passa a focar nas instâncias de maior abstração.

2.4.2 Gramática de Construções

Antes de adentrarmos nos princípios que norteiam a GC, faz-se necessário traçarmos rapidamente o caminho percorrido para que ela despontasse entre os estudiosos do construcionismo.

A Linguística norte-americana, no final da década de 1980, marca o interesse pelos aspectos sintáticos, ao mesmo tempo idiossincráticos e produtivos da língua. Salomão (2002) diz-nos que a ideia de Gramática de Construções aflorou em Berkeley, nos anos finais da década de 80, resultante de três movimentos analíticos significativos, que foram desenvolvidos quase que simultaneamente e que se afinam quanto às premissas, mas se opõem teoricamente e na formulação dos modelos.

Dois desses projetos, Lakoff/Goldberg e Fillmore/Kay, foram elaborados em Berkeley, nos Estados Unidos, motivados pela perspectiva de serem capazes de compreender os idiomatismos sintáticos. O terceiro movimento, capitaneado por Langacker, foi gestado com mais autonomia em San Diego e teve como estímulo a possibilidade de explicar diferenças semânticas discretas “entre sentenças aparentemente equivalentes” (Pinheiro; Alonso, 2018). Embora haja uma distância física dividindo os projetos de Lakoff/Goldberg e de Langacker, ambos têm algo em comum que nos é apontado por Pinheiro e Alonso (2018, p. 20) como “[...] o compromisso de explicar a estrutura linguística a partir de processos cognitivos gerais – o que fez com que eles viessem a ser identificados com a empreitada mais ampla da Linguística Cognitiva e da Linguística Funcional”. No entanto, há uma dicotomia estabelecida tanto em relação às versões iniciais desse mesmo trabalho, quanto ao projeto de Fillmore e Kay, que é “[...] pela centralidade atribuída, desde os seus primeiros anos, aos efeitos do uso linguístico sobre a representação gramatical subjacente” (Pinheiro; Alonso, 2018, p. 20).

Os autores, então, sintetizam esse caminho traçado pela GC, por meio do Quadro 1:

Quadro 1 – Linhagens paralelas de formação e desenvolvimento da Gramática de Construções

	Anomalia	Incorpora processos associados à cognição geral?	Contempla os efeitos do uso sobre a representação subjacente?
Fillmore/ Kay	Idiomatismos sintáticos	Não	Não
Lakoff / Goldberg	Idiomatismos sintáticos	Sim	Não
Langacker	Diferenças semânticas sutis associadas às “imagens mentais”	Sim	Sim

Fonte: Pinheiro; Alonso (2018, p. 21).

Consoante os autores que nos amparam nesse trajeto histórico, essa realidade faz parte do passado, pois o final da década de 90 foi marcada por, no mínimo, três mudanças que impactaram o cenário do contexto teórico da GC (Quadro 2). A primeira mudança foi caracterizada pela GC lakoff-goldbergiana ao agregar o uso (efeito de frequência) ao seu “arcenal explicativo”; a segunda se deu pelo fato da “popularização da abordagem construcionista” ocasionar no aparecimento de outros modelos da GC; e uma terceira mudança é consequência da segunda, cujos modelos variantes receberam nomenclaturas mais robustas para que diferenciasssem uns dos outros, exceto a *Cognitive Grammar*.

Diante o que foi exposto, Pinheiro e Alonso (2018) atualizam o conteúdo apresentado no Quadro 1, cujo resultado é o mostrado no Quadro 2:

Quadro 2 – Mercado teórico da GC nos dias de hoje

	Incorpora processos associados à cognição geral?	Contempla os efeitos do uso sobre a representação subjacente?
Berkeley Construction Grammar (FILLMORE, 1988; FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988)	Não	Não
Sign-Based Construction Grammar (BOAS; SAG, 2012)	Não	Não
Cognitive Construction Grammar (GOLDBERG, 2006; a sair)	Sim	Sim
Cognitive Grammar (LANGACKER, 1987; 1991)	Sim	Sim
Radical Construction Grammar (CROFT, 2001)	Sim	Sim
Fluid Construction Grammar (STEELS, 2011)	Sim	Sim
Embodied Construction Grammar (BERGEN; CHANG, 2005)	Sim	Sim

Fonte: Pinheiro; Alonso (2018, p. 21-22).

Os modelos baseados no uso, nos quais está inserida a LFCU, partem da premissa que “[...] o inventário construcional do falante resulta da atuação, sobre o *input* linguístico, de uma série de processos cognitivos de domínio geral” (Pinheiro; Alonso, 2018, p. 22). O que o Quadro 2 nos possibilita ver é que houve um grande avanço nos estudos construcionistas e, com isso, novas configurações foram agregadas à GC, o que a coloca em dois campos: o do modelo baseado no uso, de vertente funcional-cognitivo, e o do modelo baseado na competência, de cunho formalista.

Após esse resgate histórico, compete-nos dizer que esses três movimentos assertivos da GC, citados anteriormente, culminaram em dois princípios: (i) a indissociabilidade entre léxico e gramática, pois trata-se de uma extensa rede construcional na qual se concebe construções inteiramente abertas (sujeito-predicado); construções parcialmente especificadas (quanto mais X, mais Y) e construções totalmente especificadas (Santo de casa não faz milagre); e (ii) a concepção do signo linguístico como pareamento forma ↔ função (Salomão, 2002, p. 69).

Sendo o nosso foco o modelo centrado no uso, a partir deste ponto, nossas luzes se voltam exclusivamente para o âmago desta seção: Gramática de Construções. No que concerne à conceituação de Gramática de Construções, Traugott e Trousdale (2021 [2013]) ratificam que

Um tema recorrente nas gramáticas de construções é a metáfora de uma rede. Goldberg (2003, p. 219) sugere que a ‘totalidade do nosso conhecimento da língua é aprendida por uma rede de construções’ e Croft (2007a, p. 463) identifica dois princípios fundamentais por trás da gramática de construções: (a) um pareamento de estrutura e significados complexos; (b) associação desses pareamentos em uma rede (Traugott, Trousdale, 2021 [2013], p. 36-37).

A metáfora da rede para conceituar a GC ilustra bem a proposta dessa teoria que trata os “[...] aspectos do conhecimento [...] como sendo organizados em uma rede” (Traugott, Trousdale, 2021 [2013], p. 37) e identifica a construção como um pareamento forma ↔ significado. Bybee (2016 [2010]) compactua do pensamento de outros autores (Fillmore; Kay; O’Connor, 1988; Goldberg, 1995, 2006 e Croft, 2001)) para advogar que

[...] a ‘construção’ [...] constitui uma unidade mais adequada para a representação morfológica e sintática. A ideia crucial por trás da construção é que ela é um pareamento direto entre forma e significado que tem estrutura sequencial e pode incluir posições que são tanto fixas quanto abertas (Bybee, 2016 [2010], p. 28).

Nesse contexto, é que concatenamos o pensamento de Bybee (2016 [2010]) ao de Goldberg (2013) que diz ser necessário considerar que os fatos sensíveis sobre a semântica e a utilização de construções mais particulares devem ser levados em consideração. Pesquisadores construcionistas consideram todos os aspectos da gramática, incluindo aqueles que são considerados periféricos ou residuais por outras teorias. Nenhuma palavra ou construção deve ser dessecada em seu significado “puro”, nem categorizada sintaticamente de forma a não ter outras funções, pois “[...] a gramática não contém módulos para a sintaxe separados da semântica [...]” (Bybee, 2016 [2010], p. 29).

Léxico e sintaxe são indissociáveis, já preconiza a Gramática Cognitiva, cuja ligação com a Linguística Funcional é bem íntima, pois estão ancorados no pareamento forma ↔ significado, agregando os aspectos sintático, morfológico e lexical. É nesse paradigma de simbolismo da gramática que se constitui a GC, dado que os aspectos da estrutura da construção gramatical, lexical ou sintática contribuem para a sua interpretação. Como já dito, não há distinção severa entre léxico e gramática, há um contínuo que vai da palavra à sentença maior e a idiosincrasia tem presença constante.

As Gramáticas de Construções, em todas as suas vertentes, consentem que as línguas se organizam em molde de rede. Sua unidade básica é a construção e não apenas construções consideradas regulares no domínio da gramática, mas qualquer construção costumeira, a exemplo de expressões idiomáticas, provérbios, clichês etc., todas essas construções apresentam tendência de se rotinizarem e evoluírem do pragmático para o sintático. Desse modo, é que a gramática tem sua origem no discurso, e é, nesse contexto, que fica fácil constatar que as abordagens da gramática respaldada por regras fechadas e classificações seladas não dão conta de usos significativos que envolvem aparentes irregularidades que se tornam regulares no sistema.

2.4.3 Conceitos Fundamentais

Nesta seção, nosso propósito é trazer alguns conceitos que são fundamentais para a LFCU. Logicamente, há outros tão importantes quanto os que exporemos aqui, mas selecionamos consoante validade para a análise do nosso objeto de estudo.

2.4.3.1 Cognição

À luz de Andrade (2017) inferimos que cognição está voltada para o desenvolvimento da aquisição de conhecimento humano que se dá a partir de processos como: percepção, atenção, associação, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem. Tais habilidades são desenvolvidas mediante relações sociais, culturais e com o meio físico. É por intermédio do conjunto dessas relações que todo o processo de construção dos sentidos vai se constituindo.

Posto que a LFCU reconhece a estrutura linguística como oriunda de processos cognitivos gerais, compete-nos assumir que a cognição é fator preponderante para que os usos linguísticos se corporifiquem, dado que são entendidos como fruto da prática e do uso frequente dos falantes, motivados, claro, por situações diversas.

É da perspectiva de que “Cognição relaciona-se ao conjunto de operações mentais estruturadoras do sistema conceitual humano, a partir de seu contato com o ambiente físico e sociocultural” (Andrade 2017, p. 27) que direcionamos nosso olhar para a interpretação das elipses que não possuem referente no cotexto ou em um contexto extralinguístico mais próximo. Pois, dessa maneira, o interlocutor precisa acionar a função psicológica para fazer as inferências necessárias à compreensão do que foi dito pelo outro interlocutor.

Outrossim, a inferência é fundamental para que se faça a interpretação das elipses. Culicover e Jackendoff (2012) apontam que abordagens tradicionais que tratam da temática relacionam que as elipses têm ligação com termos anafóricos ou com algum material da estrutura linguística do antecedente. Salientam, contudo, que cada caso é único e possui suas diferenças, a interpretação é sempre inferencial, ou seja, a interpretação pode ser feita de aparato linguístico como também de material cognitivo de domínio geral.

É através da cognição que a estrutura linguística enceta. Afinal, processos cognitivos como a categorização, os relacionamentos sociais, as configurações temporais e espaciais, a seleção das informações etc. são fundamentais para o processo de organização da língua. Nas palavras de Rosário e Oliveira (2016, p. 236), desde o Funcionalismo norte-americano que fatores de ordem cognitiva já eram notados como atinentes à iconicidade e à marcação. Esses fatores ganham relevo no século XXI com a notoriedade que é dada às propriedades contextuais e sua relação com processos cognitivos, entendendo que cognição se manifesta a partir de um contexto, visto que ela é o cômputo da vivência da comunidade linguística que resgata a história e a cultura dos falantes. Destarte, fica evidenciado que a linguagem está estreitamente conectada com a mente, melhor dizendo, ela não é independente das outras faculdades mentais.

2.4.3.2 Língua

Língua e cognição estão intrinsecamente conectadas, uma vez que, como vimos na seção anterior, a cognição está direcionada para o processo de aquisição do conhecimento humano, e a língua é considerada um dos conhecimentos desenvolvidos pela cognição.

A priori, podemos apoiar-nos em Goldberg (1995, p. 2) para afiançar que a primeira função de uma língua é disseminar informação, ou seja, ela é configurada para estabelecer a comunicação entre os falantes, por isso é vista como uma atividade social. É estruturada e moldada consoante o uso que o falante faz dela e pode ser considerada como um arcabouço lexical convencionalizado. Na esteira dessa vertente, voltamos nosso olhar para a definição de língua sob a tutela de Traugott e Trousdale (2021 [2013], p. 25), que a conceituam como “[...] sendo constituída de pareamentos de forma-significado, ou ‘construções’, organizadas em rede”. Então, sendo a língua canonicamente assim ajuizada, Rosário e Oliveira (2016) ancoram-se nessa premissa para afirmarem que a língua é um sistema de construções hierarquizadas que compõem uma rede na qual propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas encontram-se integradas. Dessa maneira, nossa definição de língua fundamenta-se no fato de ela ser um sistema de comunicação social, estruturado e convencionalizado, que consiste em uma rede de construções hierarquizada, composta por pareamentos de forma ↔ significado, integrando propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas. Assim, a língua não deve ser vista de forma isolada por ser um conhecimento que agrega outros tipos de conhecimento.

Essa rede de que tratam os autores é composta por nós ligados por elos e é reflexo do fato de a língua ser “[...] um sistema de entidades interconectadas, o que ecoa, de certo modo, a caracterização saussuriana de língua como um sistema de termos interdependentes” (Furtado da Cunha; Cunha Lacerda, 2017, p. 19). A Linguística Cognitiva afirma que aspectos da cognição, a exemplo da visão e da habilidade para música, organizam-se como uma rede. Dessa forma, é possível compreender, por meio dessa corrente teórica, que a língua por completo é uma rede dinâmica, uma vez que novos elos e novos nós são constituídos incessantemente.

A LFCU faz uma análise da língua a partir do contexto linguístico e do extralinguístico, ou seja, essa abordagem teórica vasculha os fenômenos linguísticos tanto nas relações internas (estrutura) quanto pelas influências dos fatores externos por incorporar que forma e função estão sempre imbricadas, em todo e qualquer contexto de uso.

No entanto, é interessante salientar que toda língua se pauta sempre em uma gramática, mesmo compreendendo que ambas não são estanques, pois, no viés das gramáticas baseadas no

uso, é a gramática que serve à língua e não o contrário. Veremos essa questão de forma mais detalhada na seção 2.4.3.3.

2.4.3.3 Gramática

Sendo a língua uma rede, não podemos dizer que ela é separada da gramática, conforme já deixamos bem transparente na seção anterior. E se ainda há alguma dúvida, ratificamos que a organização de uma gramática, sob o viés da LFCU, é esculpida pelo uso da língua, no discurso espontâneo e natural, em situações corriqueiras de interação comunicativa.

A gramática, pois, é considerada uma estrutura holística por ser um todo, dado que a semântica, a morfossintaxe, a fonologia e a pragmática não se dissociam, mas se encadeiam para dar forma e sentido a uma construção. Não há nenhum aspecto mais relevante do que outro, nem qualquer de seus níveis é autônomo ou independente. Consoante Furtado da Cunha e Cunha Lacerda (2017, p. 19), gramática é um conhecimento de um sistema linguístico que representa a experiência dos falantes com a língua.

Dessa forma, percebemos que a gramática é um sistema aberto, passível de mudanças já que sofre forte influência dos falares cotidianos e agrega qualquer construção linguística que seja recorrente, a exemplo de expressões idiomáticas, provérbios, expressões massificadas pelo uso (clichês), de reformulação de falas (vamos supor, quer dizer), de apoio discursivo (não é? entende? etc.), que buscam prender a atenção do ouvinte (veja, olhe, presta assunto) etc.. Todos esses tipos de construções e mais outros que não destacamos aqui fazem parte do elenco da língua e devem ser considerados integrantes da gramática. Afinal, sendo a gramática influenciada pelo uso concreto que o indivíduo faz da língua, ela está sempre a serviço do discurso.

2.4.3.4 Discurso

Língua, gramática e discurso, apesar de serem distintos entre si, são integradas, conforme vimos na seção “gramática”. A gramática é sempre sugerida pela língua em uso, ou seja, pelo discurso que é, na verdade, o conjunto de eventos comunicativos. O que nos configura é que discurso e gramática são uma via de mão dupla, posto que um é moldado pelo outro, possuem domínio unificado. Isso nos certifica que nenhuma adaptação na língua é aleatória, mas todas elas são impulsionadas/motivadas por princípios funcionais e cognitivos. A LFCU assume a postura cognitivo-funcional e advoga que o discurso está voltado para o intercâmbio

dos sentidos, ou seja, para a intersubjetividade nas situações comunicativas em geral, pois os interlocutores precisam se compreender e produzir seus enunciados.

É o conjunto de formas usadas com frequência no discurso efetivo dos falantes de uma língua que resulta em padrões menos ou mais regulares e esquemáticos de integração forma↔significado. Analisando a configuração da língua por esse ângulo, é que percebemos a linearidade da gramática e do discurso, ao que Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 14) chamam de “simbiose entre discurso e gramática” e reforçam que “o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente”.

Em Furtado da Cunha e Tavares (2016, p. 20), discurso é o “[...] conjunto de estratégias criativas empregadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação de comunicação”. É importante salientarmos que as autoras chamam de “estratégias criativas” aos modos de fala convencionalizados pelas comunidades de fala, pois nenhum falante pode criar formas linguísticas ao seu bel prazer. Se assim fosse, comprometeria a comunicação em virtude dessas inovações, cujo conhecimento faltaria aos demais usuários da língua.

2.4.4 Conceitos Operacionais de construção

Nesta seção, o nosso objetivo é caracterizar alguns termos mobilizados pela LFCU que são essenciais para nosso estudo. É certo que há um imenso desafio posto para nosso trabalho: provar que as elipses de sujeito, de verbo e de complemento são construções gramaticais. Não tomamos isso como problema, mas como um estímulo que nos impulsionará nesta pesquisa. Diante disso, dedicamos esta seção a este tema tão inspirador.

2.4.4.1 Construção

Com base no viés construcionalista, a língua se constitui por um conjunto de construções que se organiza hierarquicamente em torno de uma rede taxonômica, sendo que toda construção compreende um nó nessa rede. Construção equivale ao pareamento forma↔significado, representado por Traugott e Trousdale (2013) pelo modelo básico $[[F]] \leftrightarrow [[S]]$, sendo F a abreviatura de Forma, especificado como SIN(taxe), MORFO(logia) e FONO(logia); enquanto S é a abreviatura de Significado, assim discriminado: DIS(curso), SEM(ântica) e PRAG(mática). Os autores esclarecem que “DIS se refere ao que Croft chama ‘Função Discursiva’ de uma construção, tais como estrutura da informação (p. ex., tópico retomado) ou

função conectiva (p. ex., conjunção)”²² (Traugott; Trousdale, 2021 [2013], p. 36). No que se refere à flecha de duas pontas, trata-se de uma pormenorização do elo entre forma e significado; os colchetes externos revelam “[...] que ‘pareamento forma-significado é uma unidade convencionalizada’” (Traugott; Trousdale, 2021 [2013], p. 36).

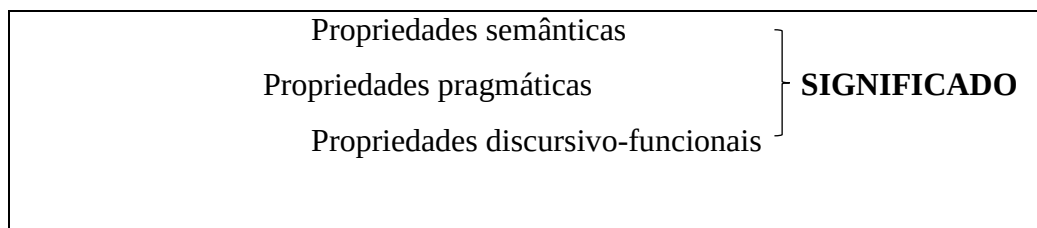
Conforme dissemos na abertura da seção 2.4.4, nossa máxima provocação está em mostrar que as elipses constituem uma construção. Embora não possuam codificação morfológica, as elipses podem ser resgatadas ou compreendidas (fixadas) por um contexto no qual os interlocutores estão inseridos e são capazes de construir os significados a partir dele. Por isso mesmo, trabalhamos com a proposição de que, nessa interrelação de circunstâncias, a elipse ganha forma e se compõe em uma construção. Para essa análise, apossamo-nos da abordagem construcionista, versada, especialmente, por Traugott e Trousdale (2013), Goldberg (2006) e Langacker (2008).

Para ilustrar o que estamos propondo e o que tomamos de forma profícua de Traugott e Trousdale (2013), trazemos o “modelo da estrutura simbólica da construção radical”, apresentado por Croft (2001, p. 18), que estabelece a relação entre forma e significado, tendo as construções, precipuamente, como unidades simbólicas que possuem correspondência (*links*).

Quadro 3 – Modelo da Estrutura Simbólica da Construção Radical



²² Traugott e Trousdale (2013, p. 36) chamam atenção para o fato de que a função discursiva “[...] não se refere ao contexto discursivo [...], mas ao papel no discurso, caso exista, que uma construção pode expressar”.



Fonte: Adaptado de Croft (2001, p. 18)

Como podemos perceber por meio do Quadro 3, a forma envolve a estrutura; já o significado está associado ao sentido; juntos, constituem as “características de uma construção”, diferenciação estabelecida por Croft (2001). Ressaltamos que a construção é organizada a partir dos dois núcleos, formando um feixe das propriedades, e que, em conformidade com o exposto, nenhum dos dois núcleos, forma e significado, é colocado em evidência em relação ao outro. Eles se completam, são correspondentes.

Traugott e Trousdale (2013) consolidam que o emparelhamento pode ser percebido em várias dimensões (tamanho, grau de especificidade fonológica e tipo de conceito) e todas elas gradientes, conforme especificado no Quadro 4.

Quadro 4 – Dimensões das construções

Tamanho	Atômica <i>red, -s</i>	Complexa <i>Pull strings, on top of</i>	Intermediária <i>Bofire</i>
Especificidade	Substantiva <i>Dropout, -dom</i>	Esquemática N, ISA	Intermediária <i>V-ment</i>
Conceito	Lexical <i>red, N</i>	Procedural <i>-s, ISA</i>	Intermediária Construção com <i>way</i>

Fonte: Traugott; Trousdale (2021 [2013], p. 44).

Nossa análise baseia-se nos pressupostos de Traugott e Trousdale (2021 [2013]), os quais nos levam a perceber, pelo modelo apresentado, que dois dos parâmetros, *tamanho* e *especificidade*, referem-se mais à forma, e o terceiro, por sua vez, *conceito*, alude ao significado das construções de uma língua, atentando, ainda, para os pontos extremos, chamados nos três parâmetros como “intermediário” e que faz destaque da gradiência e da prototipicidade do *construction*. O primeiro parâmetro remete à dimensão da construção e caracteriza-as em: atômica (construção simples, monomorfêmica) e complexa (construção composta por partes analisáveis) e reconhece o grupo intermediário (construções derivadas por prefixação, compostas por partes parcialmente analisáveis). O segundo parâmetro diz respeito à especificidade fonológica da construção, sendo que maior especificidade do preenchimento equivale a menor esquematicidade virtual. As construções, nesse caso, dividem-se em mais substantivas ou idiomáticas (frases feitas) e mais esquemáticas e virtuais (N, ISA); e, aqui, o

intermediário é exemplificado como o *V-mente*, encontrado na Língua Portuguesa como *Adj -mente* (Rosário; Oliveira, 2016, p. 240). No tocante ao conceito, que se refere ao sentido, a construção pode ser mais lexical (nomes, verbos etc.) ou mais procedural (“categorias gramaticais, como o de desinências ou conectores”) e considera, também, assim como os demais parâmetros, os pontos intermediários (sentido da modalização ou da evidencialidade).

Agregando o pensamento já exposto ao que nos traz Goldberg (2013, p. 17, tradução nossa) ao dizer que “Construções são definidas como pares forma-função convencionais e aprendidos em vários níveis de complexidade e abstração²³”, englobando, assim, todos os constituintes da gramática, pretendemos evidenciar que tais pares podem ser: palavras, afixos, expressões idiomáticas completas, expressões idiomáticas parcialmente completas, expressões idiomáticas minimamente completas, construções bitransitivas e construções passivas, conforme nos mostra o Quadro 5:

Quadro 5 – Construções em níveis variáveis de complexidade e abstração

Palavra	<i>Iran, outro, banana</i>
Afixos	<i>Pre -S, V-ndo</i>
Expressões idiomáticas completas	<i>Dar com a língua nos dentes.</i>
Expressões idiomáticas parcialmente completas	<i>Jogue a memória de <alguém> <alguém> para pedir</i>
Expressões idiomáticas minimamente completas	<i>Quanto mais você pensa sobre <alguém>, menos você o entende.</i>
Construções bitransitivas Sujeito + Verbo + Objeto ₁ + Objeto ₂	<i>Ele deu a ela um taco de peixe; Ele assou um muffin para ela.</i>
Construções passivas Sujeito + V _{aux} + VP + SP	<i>O tatu foi atingido por um carro.</i>

Fonte: Adaptado de Goldberg (2013, p. 17, tradução nossa)²⁴.

²³ Texto original: “Constructions are defined to be conventional, learned form-function pairings at varying levels of complexity and abstraction (Goldberg 1995, 2006 a)” (Goldberg, 2013, p. 17)

²⁴ Texto original:

Word	<i>Iran, another, banana</i>
Word (partially filled)	<i>Pre -N, V-ing</i>
Idiom (filled)	<i>Going great guns, give the Devil his due</i>
Idiom (partially filled)	<i>Jog <someone's> memory, <someone's> for the asking</i>
Idiom (minimally filled) The Xer the Yer	<i>The more you think about it, the less you understand</i>
Ditransitive construction: Subj V Obj1 Obj2 (unfilled)	<i>He gave her a fish taco; He baked her a muffin.</i>
Passive: Subj aux VPpp (PPby) (unfilled)	<i>The armadillo was hit by a car.</i>

Fonte: Goldberg (2013, p. 17)

As construções geralmente possuem partes fixas que são de extrema importância para o estabelecimento do “feixe de exemplares²⁵” (Bybee, 2016 [2010], p. 53), e, tanto os exemplares²⁶ quanto os feixes de exemplares podem ser elaborados em vários níveis de complexidade. Uma construção representada por um feixe de exemplares é mais complexa, pois, a depender de como é estabelecida, pode ser parcialmente esquemática, melhor dizendo, pode ser preenchida por uma variedade de palavras ou sintagmas.

É nessa linha de pensamento que nós almejamos apontar as elipses de sujeito, de verbo e de complemento como construções, embora sem codificação morfológica, mas na mesma capacidade comunicativa dos outros padrões considerados comuns. Defendemos que o significado de uma construção elíptica é representado por um feixe de exemplares que são produzidos pelas relações de cotexto²⁷ e de contexto que dão convergência ao significado do item elíptico.

Tomando por base que toda construção possui partes fixas fundamentais para a construção do significado, é que apontamos o exemplo (8) em que a elipse de sujeito está posta.

- (8)DOC: É:: Conta um pouquinho pra gente como é que foi sua infância.
 INF: Como foi minha infância? Ø Fico com vergonha de falar (sujeito → “eu”) (LBR – *Corpus PCVC*).

Em (8), a sentença ou construção é bem fácil de ser interpretada, uma vez que o sujeito (eu) está identificável na desinência verbal. Já em (9), a construção não é tão facilmente interpretável, o interlocutor precisa acionar a função psicológica, dado que os termos elípticos não são resgatados pelas desinências verbais, isto é, pelo cotexto, mas pelo contexto de fala.

- (9)DOC: Humm:: E:: você acha que as crianças de antes se divertiam mais que as crianças de agora em relação as brincadeiras ou cê acha que as crianças se divertem mais.
 INF: Não, as Ø de antes brincava mais, Ø tem muita violência (LBR – *Corpus PCVC*).

²⁵ Os exemplares fonéticos de uma palavra são agrupados em um feixe de exemplares que é associado aos significados da palavra e aos seus contextos de uso. “Os significados, as inferências e os aspectos do contexto relevantes para o significado também são estocados com os exemplares” (Bybee, 2016 [2010], p. 43).

²⁶ Entendemos por exemplares, com base em Bybee (2010, p. 43), como sendo ocorrências semelhantes que foram previamente armazenadas. “[...] um exemplar é construído a partir de um conjunto de ocorrências que são consideradas pelo organismo como as mesmas em alguma dimensão”.

²⁷ “As relações ditas cotextuais se dão entre os próprios elementos internos [...]” (Marcuschi, 2008, p. 87), isto é, através de boa parte das anáforas, “[...] na concordância verbo-nominal, na regência e em todos os aspectos sintáticos e morfológicos em geral” (Marcuschi, 2008, p. 87).

Em (9), podemos observar que a interpretação se dá mediante observação do contexto. O sujeito (crianças) de “[...] as Ø de antes brincava mais, [...]” é retomado por intermédio do turno de fala, ou seja, o significado da construção é retomado do feixe de exemplares contido em uma construção anterior. O significado total, então, é resgatado desse conjunto de circunstâncias presentes na fala do interlocutor, porém há um favorecimento para a capacidade comunicativa. Ainda em (9), há uma outra construção “[...] Ø tem muita violência”. O que ocorre nesse caso é que o falante resgata da fala do interlocutor os adjuntos adverbiais de tempo (antes/agora/hoje) para utilizar a elipse em sua fala. Esse significado também é possível de ser identificado pelo contexto, ou pelos feixes de exemplares, por meio de itens lexicais, cujo acesso só é possível para quem está inserido no cenário de fala, isto é, mobiliza-se a função psicológica, interconectada à memória enriquecida e à semântica de *frame*²⁸.

Partimos do princípio de que nenhuma construção existe isoladamente, pois o sistema linguístico é organizado em redes taxonômicas hierarquicamente organizadas. Dito isso, é que ratificamos que a interpretação das elipses ou de qualquer outra construção não se dá de forma isolada, descontextualizada, pois as construções não são desestruturadas. O que nos confere é que a gramática realmente não possui módulos separados e que as abstrações presentes na gramática baseada no uso são categorizações de modelos parecidos. Portanto, uma construção só pode ser entendida na sua totalidade, agregando-se à soma do significado das partes; logo, cada componente contribui para que o sentido geral se estabeleça; “[...] o foco recai não em itens específicos, mas na instanciação de esquemas, na relação entre subpartes e seu nível de vinculação” (Rosário; Oliveira, 2016, p. 239). Em outras palavras, uma construção gramatical pode ser pensada em termos de um “pacote” que apresenta informações lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Traugott e Trousdale (2013) apresentam três fatores que estão bastante presentes nas discussões sobre construção gramatical: esquematicidade, produtividade e composicionalidade e é sobre eles que discorreremos na próxima seção.

²⁸ Os temas “memória enriquecida” e “semântica de *frames*” serão mais bem detalhados na seção 2.4.5.3 e 2.4.5.4, respectivamente, quando serão retomados mais adiante.

2.4.4.2 Esquematicidade, Produtividade e Composicionalidade

Os fatores construcionais, apresentados por Traugott e Trousdale (2013), acionam o comportamento da construção no uso efetivo da língua. Eles auxiliam consideravelmente na análise da arquitetura da construção. Começamos pela “esquematicidade”.

2.4.4.2.1 Esquematicidade

O fator de esquematicidade é uma “[...] propriedade de categorização que crucialmente envolve abstração” (Traugott; Trousdale, 2021 [2013], p. 44). Sendo a elipse a nossa abordagem linguística, focamos no fato de que, consoante os autores, “[...] esquemas linguísticos são grupos abstratos, semanticamente gerais, de construções, quer procedurais quer de conteúdo[...]” (Traugott; Trousdale, 2021 [2013], p. 44), e essa abstração é percebida inconscientemente pelos falantes.

Algumas construções são bastantes esquemáticas e abstratas (quando completamente composta por *slots*²⁹), outras possuem abstração mediana ou pouco esquemática (quando a presença dos *slots* é parcial), o que é determinado pelos níveis de generalidade ou especificidade do pareamento forma ↔ significado, ou seja, da construção. Para melhor esclarecer esse ponto, trazemos o exemplo do vocábulo “apartamento” – é mais específico, logo, menos geral do que “moradia”. Na lógica inversa, por sua vez, “moradia” é mais geral e menos específico do que “apartamento”. Se nos apropriarmos de modelos gramaticais, vamos ter, por exemplo, “substantivos comuns” que são mais específicos, enquanto apenas “substantivo” é mais geral. Quanto mais geral, mais abstrato, mais esquemático, apresenta uma quantidade maior de *slots*, dando, consequentemente, maiores possibilidades de preenchimento; por outro lado, quanto mais específico, menos abstrato, menos esquemático, menos presença de *slots* e menos condições de preenchimento.

É a partir de esquemas gerais tipo *Suj. V. Obj.* que os falantes produzem frases como “José comprou um carro novo”. Os esquemas mais gerais sancionam o processo de criação de novas construções. Contudo, essa sanção, por vezes, pode ser parcial, e, em alguns momentos, totalmente preenchidas. Em uma construção elíptica, por exemplo, em que um interlocutor questiona: “José comprou algum carro?”, e o outro responde: “Sim, comprou Ø”, o preenchimento da elipse será mais esquemático, posto que o interlocutor poderá até imaginar que José tenha comprado um *Yaris*, um *Corolla*, um *Etios* se souber exatamente a

²⁹ Podemos considerar *slots* as posições abertas em construções parcialmente esquemáticas.

concessionária à qual José se dirigiu. Caso não saiba, a interpretação se dará apenas no campo da abstração e se limitará à interpretação de que a compra foi de um carro novo e nenhuma outra informação a mais. Pautando-nos no que nos revela Traugott e Trousdale (2021 [2013]), advogamos que

Esses nichos dentro da rede [...] exibem suas próprias idiossincrasias, e ‘ao passo que generalizações muito amplas são capturadas pelas construções significativas abstratas do tipo de Goldberg, padrões convencionalizados mais limitados são capturados por construções mais concretas [...]’ (Traugott e Trousdale (2021 [2013], p. 47).

O preenchimento de elipses, então, será instanciado pela generalização, como mencionado por nós. Em uma rede taxonômica, quanto maior o número de microconstruções asseguradas, maior será a abstração e a generalidade do esquema, o que garante maiores opções de preenchimento dos *slots*. Com o passar do tempo, mediante as mudanças que vão se constituindo, essas microconstruções vão se tornando menos abstratas, isso ocorre à medida que elas vão se tornando mais prototípicas e que vão agregando características do esquema do qual fazem parte. Segundo Traugott e Trousdale (2013), o movimento contrário faz com que haja expansão do esquema para que possa agrupar outras construções.

Ainda postulando o que nos apresentam os autores, em uma rede taxonômica, há vários níveis hierárquicos. Cada nível é composto por nós que devem ser tratados como esquemas, outros como subesquema e outros como microconstruções. Por exemplo, um *link* vai se associando a outro: o mais específico, a microconstrução, associa-se ao menos específico que ele, o subesquema, que, por sua vez, está ligado ao mais geral, mais abrangente, mais abstrato, mais esquemático, que é o esquema. Os *links* podem estar voltados para várias direções que os conduzirão à pragmática, à semântica, à função do discurso, à sintaxe, à morfologia e à fonologia de todos os nós, sempre interconectados. Em tempo, esclarecemos que, neste trabalho, adotamos os níveis hierárquicos e os conceitos adotados por Traugott e Trousdale (2013)³⁰.

A instanciação de novas construções dá-se a partir da interação comunicativa dos falantes. Os interlocutores combinam os significados a partir dos que eles já têm constituído, estabelecendo um novo pareamento forma↔significado. O construto é onde se convencionaliza a inovação individual e, posteriormente, dá-se a convencionalização, ou seja, outros falantes adotam o uso daquele termo. Conforme asseveram Traugott e Trousdale (2021 [2013]),

³⁰ Traugott e Trousdale (2013) adotam a nomenclatura: Esquema, Subesquema e Microconstrução.

A mudança construcional começa quando novas associações entre construtos e construções emergem ao longo do tempo, i. e., quando replicação de ocorrências leva a categorizações provisórias que não estavam disponíveis aos usuários da língua antes e podem, portanto, ser chamadas de ‘novas’ (Traugott; Trousdale, 2021 [2013], p. 49).

Fica transparente que a mudança construcional se dá a partir de uma inovação de um construto dentro de um contexto, a construção, e esse construto dissemina-se entre os usuários e convencionaliza-se.

Importante dizer que a produtividade de uma construção, também, é ponto fundamental quando se trata de construção gramatical.

2.4.4.2.2 *Produtividade*

A produtividade é um fator gradiente e dá conta das frequências *token* (ocorrência), entendidas por Traugott e Trousdale (2013) como o número de vezes que o mesmo padrão construcional aparece em um texto; e *type* (tipo) que, na visão dos autores, é o número de padrões construcionais diferentes que uma construção mais esquemática traz, ou seja, Traugott e Trousdale (2021 [2013], p. 51) equiparam “[...] frequência de construção a frequência de tipo e frequência de construto a frequência de ocorrência”, estabelecendo uma cisão entre elas, tal como Bybee (2003) estabelece.

Consoante Wiedemer e Oliveira (2019, p. 68), “O conceito de produtividade, no modelo de uma gramática de construção baseada no uso, se refere à produtividade de determinada construção que é conduzida por um esquema abstrato a partir de enunciados reais”, o que, à luz dos autores, nos conduz à análise de que produtividade e as frequências *type* possuem uma estreita relação. Contudo, a frequência *token* também é “[...] fator importante que influencia a produtividade de uma construção” (Wiedemer; Oliveira, 2019, p. 70), pois “[...] determina o grau de entrenchamento das formas individuais (ou seja, a variabilidade dos itens que ocorrem em um determinado padrão)” (Wiedemer; Oliveira, 2019, p. 70).

Importante dizer que a frequência, a rigor, é um fator considerado como relevante nas teorias linguísticas: Sociolinguística, Funcionalismo, Sociofuncionalismo, entre outras. É esse fator em uma construção que está relacionado à instanciação e à convencionalização de novas construções, além da extensão de modelos já existentes a partir da frequência de uso dos novos *types*.

No que diz respeito à questão morfológica, a produtividade sanciona criação de novas palavras a partir do grau de combinação entre os termos. Analisemos a criação de novos substantivos, no Português Brasileiro, partindo de adjetivos + sufixos tipo -eza (belo + -eza = beleza; grande + -eza = grandeza), formação mais produtiva do que os terminados em -ez. Para ratificar a relevância da produtividade nesse processo, Traugott e Trousdale (2021 [2013], p. 52) chamam atenção para o fato de que “[...] é importante reconhecer que não há prazo previsível para a interação de produtividade e não produtividade. A produtividade pode ser de curta duração, ao passo que os padrões não produtivos podem persistir por longos períodos de tempo”. Isso só reafirma que o prazo de duração de uma produtividade submete-se ao uso que o falante faz da construção.

Em se tratando de elipse, é inegável que há uma alta produtividade, posto que as frequências *token* e *type* desse recurso ocorrem em larga escala nos mais diversos falares, independente dos contextos de fala, o que nos respalda dizer que o recorte que fazemos para este estudo é pequeno diante da quantidade de ocorrências dos mais diferentes elementos sintáticos, nos contextos mais diversificados possível e com as mais variadas intenções.

2.4.4.2.3 Composicionalidade

O fator composicionalidade trata do grau de transparência estabelecido entre a forma e o significado no nível da construção e se divide em dois tipos: a composicionalidade sintática e a composicionalidade semântica. A primeira refere-se ao nível de integridade morfossintática das subpartes, ou seja, quanto mais composicional, mais as subpartes apresentam a prototipicidade de sua categoria original. A segunda está associada ao nível do significado das partes e do todo, uma vez que o significado do todo é construído a partir dos significados das partes (Goldberg, 2015), isto é, quanto maior o distanciamento de sentido da fonte, mais transparente a construção será, logo, menos composicional. O contrário disso, implicará uma menor composicionalidade.

Para complementar o que estamos expondo, buscamos suporte em Traugott e Trousdale (2021 [2013]) que nos dizem que a composicionalidade

[...] é geralmente pensada em termos tanto de semântica (o significado das partes e do todo) quanto das propriedades combinatórias do componente sintático: ‘A sintaxe é composicional porque constrói expressões bem formadas mais complexas recursivamente, com base em expressões menores, enquanto a semântica é composicional porque constrói os significados de expressões maiores com base nos significados de expressões menores

(palavras, ou melhor, morfemas)’ [...] (Traugott; Trousdale, 2021 [2013], p. 53).

Tomando como premissa o exposto, mais uma vez voltamos o lume para as elipses, e nossa percepção é que, quando a elipse é resgatável do cotexto, ela é mais composicional, considerando que todas as suas partes sintáticas e semânticas são interpretáveis com facilidade; quando ela é inferida apenas do contexto, ela é menos composicional, posto que carece de inferências (inter)subjativas (tema que abordaremos mais à frente). Mesmo sendo menos composicional, falante e ouvinte devem concordar com o significado, pois, conforme preconiza Goldberg (2015), os significados das palavras, muitas vezes, não podem ser determinados isoladamente e depois combinado como se combinaria blocos de construção para chegar ao significado de um todo. No que se refere às elipses, os significados só são harmonizados dentro do contexto, e nem sempre há pistas linguísticas sobre a interpretação necessária, ao que recorremos à situação de fala. Isso nos mostra a relevância do contexto na determinação do que pretendemos dizer.

Em se tratando de outros construtos, analisamos que a diminuição da composicionalidade está bastante associada ao fenômeno de mudança linguística, tanto no campo da semântica quanto no campo da sintaxe. Muitos construtos perdem totalmente seu significado original ao ponto de se tornar impossível recuperá-los. A respeito disso, Rosário e Oliveira (2016) advogam que

Em alguns casos, já nem se pode mais prever os significados primários que originaram uma nova construção na língua. É o que verificamos, por exemplo, em frases feitas e provérbios e em casos de gramaticalização de conectores, como *todavia* e *embora* (Rosário; Oliveira, 2016, p. 246, grifos dos autores).

Rosário e Oliveira (2016) exemplificam o que dissemos anteriormente com dois vocábulos clássicos do Português Brasileiro “todavia” e “embora”, em que ocorreu um desbotamento semântico, ou seja, perderam seu sentido prototípico de *toda via* e de *em boa hora*, respectivamente, e ganharam novos significados com usos em outros contextos de fala. Esses são típicos exemplos de perda de composicionalidade sintática e semântica, pois houve mudança na forma e na função.

Sobre a congruência ou a compatibilidade entre os aspectos da forma e do significado Traugott e Trousdale (2021 [2013]) deixam bem evidente que,

Se um construto é semanticamente composicional, então, contanto que o falante tenha produzido uma sequência sintaticamente convencional, e o

ouvinte entende o significado de cada item individual, o ouvinte será capaz de decodificar o significado do todo. Se o construto não é composicional, não haverá compatibilidade entre o significado de elementos individuais e o significado do todo (Traugott; Trousdale, 2021 [2013], p. 53).

Com isso, uma sentença deve fornecer evidências que remetam ao significado do todo. É o que acontece com as elipses que devem ser resgatadas dentro do contexto de fala, seja ele linguístico ou extralinguístico, o que pode torná-las composicionais ou não composicionais, a depender de cada uso, como dissemos anteriormente.

2.4.4.3 Objetividade, Subjetividade e Intersubjetividade

Quando tratamos de linguagem em uso, não podemos deixar de refleti-la sob a ótica do Funcionalismo, que compreende que um evento comunicativo é permeado de subjetividade e intersubjetividade, uma vez que os interlocutores (o eu e o tu/você) estão inseridos no discurso, e, em se tratando de eventos de interação, é evidente que não há imparcialidade ou objetividade, no que se refere a qualquer ato comunicativo.

Objetividade, subjetividade e intersubjetividade são termos que podem contribuir para um diálogo profícuo entre as abordagens cognitiva e funcional. A objetividade presente na linguagem caracteriza-se pela expressão de conteúdo alicerçado na realidade externa do locutor que faz opção por uma linguagem mais denotativa, buscando ser fiel, sem apresentar sua opinião ao fato. É um aspecto presente quando o falante/escrevente não faz nenhuma manifestação de opinião. Um bom exemplo do uso da objetividade são os textos científicos, como em (10).

- (10) O funcionalismo parte do pressuposto de que os eventos de interação são marcados por maior ou menor manifestação de subjetividade, de que não ocorre objetividade absoluta nos usos linguísticos (Oliveira, 2022, p. 69).

A objetividade expressa em (10) por meio da relação existente entre o Funcionalismo e as manifestações de subjetividade e objetividade nos usos linguísticos, sem emissão (explícita) de ponto de vista, de opinião pessoal, mostra-nos uma linguagem mais concisa que não dá margem à ambiguidade ou a interpretações diferentes. É o conceito científico, é objetivo, usa palavras claras, diretas, isentas de qualquer posicionamento frente ao que está sendo dito, a linguagem é impessoal, portanto, menos subjetiva, são “[...] aquelas com menor vestígio da

participação dos locutores” (Oliveira, 2022, p. 77). Essa afirmação da autora ratifica o que expusemos anteriormente acerca da concisão da linguagem utilizada nesse tipo de interação.

Já a subjetividade é centrada no falante e no contexto do discurso, sob um cenário pessoal que revela o posicionamento do locutor frente ao ouvinte e frente ao seu próprio discurso. Traugott e Dasher (2005) asseveram que a subjetivação é resultado de um processo de expansão semântico-pragmática que tem como égide o ponto de vista do falante, de suas crenças e de seus valores. O falante é responsável por aquilo que ele diz, pois expressa sua atitude com a proposição. Apontamos o exemplo (11) que é a fala de um informante de um de nossos *Corpora* ao ser questionado sobre o ele achava que os pais dele não fizeram por ele, para melhor compreensão:

- (11) INF: *Eu acho* assim na... na... na minha época Gisa, a escola era mais difícil... hoje o que...o que eu posso fazê por ele eu faço, não que minha mãe não fez mas era mais difícil naquela época hoje tá mais fácil então o que a gente pudé dá pra ele em relação a estudo, a isso aí educação a gente vai dá, se Deus quisé curso, faculdade tudo, tô trabalhano pra isso (SJS – *Corpus* PPVC, grifo nosso).

Em (11), o informante expõe sua opinião de forma clara quando foca no “eu acho” iniciando sua fala, crava a marca de primeira pessoa do singular (eu), é o seu pensamento, é o que ele consegue vislumbrar da situação. Expressa o que pensa acerca da atitude dos pais em relação a ele, subjetivando sua linguagem. A relação entre os alocutários vai constituindo significados, compartilhando opiniões. Subjetividade e intersubjetividade são inerentes, posto que o movimento da subjetividade ocorre no ato da língua em uso.

A esse respeito, Andrade; Barbosa e Sousa (2021) dizem que

Essa capacidade de se deslocar virtualmente para o espaço de atenção do outro e perceber sua forma de compreensão e de uso da linguagem foi fundamental para criar um espaço de atenção conjunta que nada mais é do que uma resposta a suas necessidades de sobrevivência e de cooperação (Andrade; Barbosa; Sousa, 2021, p. 1088).

Dessa forma, podemos compreender que o fio que separa subjetividade e intersubjetividade é bastante tênue. Para o Funcionalismo, consoante Traugott (2010), a subjetividade está direcionada totalmente ao locutor, e a intersubjetividade volta-se à imagem do locutor para o interlocutor, uma vez que as inferências sugeridas pelo contexto passam a fazer parte de um novo significado para uma nova construção.

Em (12) podemos perceber essa relação com mais clareza.

- (12) INF: Tipo assim *você* tem uma pessoa que *você* acha que é *sua* amiga... por um certo momento é aí depois por causa de um mal-entendido a pessoa no caso...no caso eu vou contá como foi a história... (SJS – *Corpus PPVC*, grifo nosso).

O locutor convida o interlocutor para alternar os papéis e, assim, estabelece a atividade comunicativa, uma vez que é necessário atenção do ouvinte para com o falante, envolvendo, dessa forma, consoante Vieira (2020), a neanálise e a convencionalização de significados que são postos no contexto em que falante e ouvinte transacionam significados. Por meio dessas implicaturas conversacionais, novos nós podem ser instanciados.

Mackenzie (2017, p. 52) aponta-nos que a intersubjetividade é distinguida por três subcategorias: (i) a atitudinal, que tem como foco o falante; (ii) a responsiva, que é centrada no ouvinte; e a (iii) textual, que serve para organizar o discurso no qual falante e ouvinte estão inseridos. Assim sendo, atinamos para o fato de que a intersubjetividade contempla a subjetividade e a objetividade, simultaneamente, posto que ela se centra nas três categorias apontadas pelo autor.

Considerando que nosso viés é funcionalista e resgatando o que dissemos no início desta seção acerca da ausência de objetividade nos eventos de interação, é que buscamos em Oliveira (2022) a seguinte escala dos níveis de (inter)subjetividade:

Quadro 6 – Níveis de (inter)subjetividade da linguagem

1. - subjetivo / - pessoal	• Devagar se vai ao longe • Quem espera sempre alcança.
2. + subjetivo / + pessoal	• <i>Acho</i> que devagar se vai ao longe • <i>Penso</i> que quem espera sempre alcança.
3. Intersubjetivo / interpessoal	• Concorda que devagar se vai ao longe? • Quem espera sempre alcança, né?

Fonte: Adaptado de Oliveira (2022, p. 77)

Conforme análise de Oliveira (2022, p. 77), em 1, temos o estágio do “- subjetivo/- pessoal” que faz alusão a frases prontas articuladas com os pronomes de terceira pessoa do singular (ele/ela) às quais é concedido uma isenção de qualquer juízo de valor, há uma afirmação contundente. O que já diferencia em 2 (+ subjetivo/+ pessoal) quando os verbos “*acho*” e “*penso*” marcam a pessoalidade, consequentemente, a subjetividade da expressão, através do pronome “eu”, elíptico nas formas verbais, já mencionadas, permitindo-nos constatar que o locutor expõe seu ponto de vista, expressa sua opinião. Há uma marca explícita da relação interpessoal e da intersubjetividade em 3 (Intersubjetivo/interpessoal) já no fato de se tratar de frases interrogativas, pois elas convidam o destinatário a formular seu ponto de vista com base

no discurso do locutor; nesse caso, exige o posicionamento do interlocutor por meio da forma verbal “*concorda*” e da partícula “*nê*”³¹.

Fazendo um *link* com nosso objeto de estudo, identificamos que muitas elipses também carregam em si marcas da pessoalidade e da subjetividade, vejamos no exemplo (13):

(13) DOC: Como é que são seus pais? Fale um pouco sobre eles.

INF: Ah, meus pais...Ø maravilhosos. Hoje eu num tenho mais meu pai, só minha mãe, mas assim, meu pai e minha mãe *foi um exemplo* de vida pra *nois* irmãos. Graças a Deus hoje todos temos a nossa formação que eles *nos deu* e ~~mu~~uito...muito bem mesmo minha família, meu pai, minha mãe. Sinto muito saudade de meu pai, mas Deus *levô* ele, mas tenho minha mãe, *nois* somos muito família (A.C.M.G. - *Corpus PCVC*).

No exemplo (13), a subjetividade expressa na elipse “Ah, meus pais...Ø maravilhosos” é bastante reveladora dos sentimentos afetivos que inundam o informante, o que nos remete à constatação de que, no processo da subjetividade, as atitudes e as crenças são transmitidas no ato da fala, no que é evidenciado por meio do que é codificado e do que não é codificado, como é o caso desse contexto de elipse. A afetividade, nesse turno de fala, é expressa por meio do cotexto e do contexto extralinguístico, aspectos que oportunizam interpretar a elipse, seguida da ênfase que é dada ao adjetivo “maravilhosos”.

Em (14), notamos outro caso de elipse que valoriza a intersubjetividade.

(14) DOC: O que você acha de morar em Vitória da Conquista? Por quê?

INF: Por enquanto Ø é legal... [amigos] né a vizinhança Ø (AFSF – *Corpus PCVC*).

O falante, inicialmente, usa da elipse de sujeito, nesse caso, interpretável como “morar em Vitória da Conquista”, resgatada da fala do interlocutor com o intuito de transferir a carga semântica do termo elidido para o predicativo do sujeito “é legal”, ao que ele também busca afirmar seu pensamento com a expressão “né”, fazendo uso da intersubjetividade. Contudo, imediatamente, ele processa outra elipse que seria o predicativo “é legal” já codificado na oração anterior, só que dessa vez destinado ao sujeito “a vizinhança”. Dada a proximidade dos

³¹ Vale a pena conferir sobre objetividade, subjetividade e intersubjetividade na pesquisa de mestrado intitulada “A (inter)subjetividade presente em construções subordinadas subjetivas: uma abordagem centrada no uso”, de Andrade (2023).

termos de mesmo valor sintático, morfológico, fonético, semântico, pragmático e discursivo-funcional, o informante AFSF avalia a repetição desnecessária, ainda mais pelo fato de que o elemento de intersubjetividade está também muito próximo.

Mediante todo o exposto, fica evidenciado que, quanto maior a intersubjetividade de uma expressão, mais ela redundante em mais abstrata e mais polissêmica, o que pode favorecer interpretações menos consensuais. Eis que podem surgir dessas interpretações as ambiguidades, pois há a necessidade de o interlocutor acatar o sentido que o locutor atribui ao que ele declara, e, a depender da perspectiva de ambos, essa compreensão pode ser diferente. Sempre que o locutor utiliza de uma determinada construção, ele aspira que seu interlocutor esteja apto a compreender o que está sendo dito, mesmo que essa construção utilizada esteja em um novo contexto, isto é, seja uma inferenciação pragmática, cuja discussão será apresentada no ponto 2.4.4.4.

2.4.4.4 Inferenciação Pragmática

A (inter)subjetividade ocorre sempre no processo da fala/escrita por intermédio da inferenciação pragmática, ou inferência sugerida, pelo contexto. Traugott e Dasher (2005) se dedicaram a esse fenômeno que está voltado para a solidariedade semântica entre os interlocutores, melhor dizendo, o locutor espera que o coparticipante de uma interação comunicativa seja capaz de identificar/apreender o novo significado (função) atribuído por uma expressão linguística em “contexto atípico”, nos moldes de Diewald (2006). Essa renovação pode levar a uma mudança linguística, pois é usada em um contexto diferente do convencional (sintático e discursivo) e com um significado também diferente do costumeiro.

Cabe-nos levantar a tese de que a inferenciação pragmática não diz respeito “apenas” à mudança linguística ou ao uso de vocábulos com significados novos, em contexto de uso distinto do habitual. Compreendemos que as elipses também são fortes indicativos de que esse fenômeno acontece nesses contextos de uso. Pensemos pela ótica de que, ao omitir um termo, o locutor cria a expectativa de essa omissão ser interpretada pelo interlocutor pelo fenômeno de inferência sugerida, como em (15), em um contexto em que o informante é questionado acerca do período em que fez o curso de *design* de interiores:

- (15) Uhm... Olha eu... Ø porque eu sou péssima em datas, mas já tem... uns três anos... talvez três. Dois ou três anos que eu já me formei (ASA– *Corpus PCVC*).

É possível perceber claramente que o informante quis dizer que esqueceu a data, que sua memória não é capaz de remontar esse período e compete ao ouvinte, nesse caso específico, inferir esse entendimento, acionar a função psicológica para interpretar o que está sendo dito, tendo o contexto pragmático discursivo como motivador. Vale lembrar que esse processo faz parte de uma negociação intersubjetiva, podendo ser consciente ou não, e que o âmago da inferência sugerida não está no que o falante propõe, mas nas inferências advindas do ouvinte/leitor.

Dando continuidade à discussão, a nossa próxima abordagem será acerca da categorização/prototipicidade que se relaciona ao aspecto cognitivo, numa organização categórica.

2.4.4.5 Categorização/prototipicidade

A categorização está associada à similaridade com unidades já organizadas na mente do falante, é um aspecto cognitivo. Quando categorizamos, sistematizamos e instituímos ligação entre classes, ações e processos cognitivos etc. Na linguística, as palavras também são organizadas por categorias. Assim, o falante associa palavras e sintagmas ao armazenamento referente que ele guarda na sua mente.

Conforme nos apresenta Rosário (2012), a categorização tem origem na tradição aristotélica, e a prototipia vem, cada vez mais, ganhando espaço nos estudos descritivos da Língua Portuguesa. Uma categorização é feita tomando por base o “[...] membro que ostenta o maior número de propriedades que bem caracterizam uma categoria, o protótipo determina a classificação dos demais membros dessa categoria” (Neves, 2013, p. 22). Esse membro, então, passa a ser o protótipo e é, a partir das características dele, que os outros membros são categorizados. Acerca disso, Neves (2013) diz que

A categoria decorre, pois, das relações associativas entre os diversos referentes, não sendo necessariamente postulada uma entidade central que a represente. [...] essa é, na verdade, uma ‘versão ampliada’ da semântica do protótipo, a qual sucedeu a uma versão padrão, que apresentou duas fases: na primeira, o protótipo é entidade central em torno da qual se organiza a categoria, situando-se no centro aqueles exemplares que têm maior semelhança com o protótipo, e na periferia os que têm menor semelhança (o protótipo é o melhor exemplar da categoria, para o falante, e a análise semântica representa associar-se um vocábulo a um referente, na determinação do protótipo); na segunda fase, o protótipo é visto como uma entidade cognitivamente construída com base nas propriedades típicas da categoria (pode-se, ainda, falar de um melhor representante ou exemplar da

categoria, mas apenas com base no conjunto das propriedades que representam da melhor forma a categoria) (Neves, 2013, p. 22).

A partir do que Neves (2013) compartilha, compreendemos que não há delimitações fechadas para que um elemento se torne o protótipo. Observamos, então, que, na primeira etapa, na versão padrão, o protótipo é nuclear, em torno dele organiza-se a categoria. Contudo, no centro, ficam as características com maior semelhança e, na periferia, ficam as de menor semelhança, ambas em relação ao protótipo; na segunda fase, o protótipo é fixado a partir das características típicas da categoria e é avaliado como entidade intelectual.

Bybee (2016 [2010], p. 132) levanta a reflexão de que, sendo as construções objetos linguísticos convencionais e não objetos naturais que compartilham características, levam à compreensão de que a frequência de ocorrência pode influenciar a categorização na língua de forma significativa. A autora justifica essa possibilidade tendo em vista que

[...] usar uma língua é uma questão de acessar representações estocadas, aquelas que são mais fortes (as mais frequentes) são acessadas mais facilmente e podem, então, ser mais facilmente usadas como base para a categorização de itens novos. Por causa disso, um exemplar de alta frequência classificado como um membro de uma categoria tende a ser interpretado como um membro central da categoria ou, ao menos, sua maior acessibilidade significa que a categorização pode acontecer com referência a ele (Bybee, 2016 [2010], p. 132).

A categorização é feita, então, levando em consideração a similaridade de membros de menor frequência, sempre considerando que as representações já estão armazenadas na mente do falante. As mais frequentes, obviamente, são de mais fácil acesso e, conseqüentemente, servem como base de organização de novos elementos. Justamente por essa acessibilidade, é que o elemento de alta frequência é visto como centro da categoria e, por isso, é mais requisitado.

Associando a categorização e a prototipia às elipses, vamos relacionar à situação de resgate para interpretação dessas construções. A elipse pode se tornar categórica e, assim passar a ser prototípica, ao tomarmos exemplares que ligam o termo elíptico ao referente e alcançarmos entidades semelhantes (morfologia, sintaxe, fonologia, semântica, pragmática e dicursividade-funcional). Quanto mais exemplares o termo elíptico marcar, mais prototípico e categórico; quanto menos exemplares, mais ele vai se distanciando e se tornando menos prototípico e menos categórico em relação ao termo de resgate, formando um processo gradual.

O que pretendemos esclarecer é que as categorias da língua são complexas, pelo fato de estarem em constante uso e serem selecionadas pelas atividades de processamento que a

modificam (Bybee, 2016 [2010]), e as elipses se encaixam nessa regularidade. Por isso, ponderamos que a categorização e a prototipia fornecem argumentos para a classificação das elipses, proposta por nós, em transparente, semitransparente e opaca, já que essa classificação não se dá de forma estanque, mas em um *continuum* (gradiência). Esses dois conceitos operacionais (categorização e prototipia), contudo, não são o bastante para estabelecer tal categorização, mais adiante traremos outros critérios de classificação.

2.4.4.6 Gradiência

A gradiência retrata a maleabilidade da língua nos mais diversos níveis. É uma propriedade que expressa a impossibilidade de demarcação entre uma categorização de termos, seja ela gramatical ou simbólica. Em outras palavras, os limites entre as categorias são vagos e indistintos, não se pode delimitá-los por serem organizados em um contínuo de categorialidade ou de gramaticalidade (Furtado da Cunha; Silva, 2013).

Como arrazoadado por Bybee (2016 [2010], p. 18) “A gradiência se refere ao fato de que muitas categorias da língua ou da gramática são difíceis de serem distinguidas, geralmente porque a mudança ocorre no tempo de um modo gradual, movendo um elemento de uma categoria a outra, ao longo de um contínuo”. Ou seja, os termos da língua vão perdendo traços de uma categoria e assimilando outros de outra categoria ou de uma nova categoria de maneira tênue, quase imperceptível, constante e ininterruptamente.

Na elipse esse processo pode ser percebido ao considerarmos o termo elidido e o elemento ao qual ele se refere. O termo elíptico é facilmente resgatável quando está transparente, sem ambiguidade, mas perde seus traços à medida que se distancia do referente, ficando suscetível de adquirir ambiguidade, perdendo, assim, a transparência e se configurando como semitransparente. Há contextos de uso, ainda, em que o elemento elidido só pode ser referenciado no contexto situacional, depende de conhecimento compartilhado entre os interlocutores, ele é totalmente opaco, considerando a ausência de elementos no cotexto. Nesses casos, a gradiência é marcada pela dificuldade em se determinar o limite da perda de traços de uma categoria e ganho de traços da outra. Como no exemplo (16):

- (16) [...] se fosse possível né como presidente mudar as coisas drasticamente com certeza Ø mudaria é... é... tudo aquilo que afeta a condição de vida das pessoas né a condição de trabalho é... Ø tentaria lutar por tudo aquilo que... que... é... que são bandeiras (HFDS – *Corpus PCVC*).

O exemplo apontado em (16) demonstra nitidamente um processo de gradiência, uma vez que em “Ø mudaria” e em “Ø tentaria” há uma ambiguidade, pois “mudaria” e “tentaria” podem referir-se à 1ª pessoa ou 3ª pessoa do singular. Logo, a interpretação gira em torno de “eu mudaria” ou “o presidente mudaria” e “eu tentaria” ou “o presidente tentaria”, ambos só são interpretáveis como “eu mudaria” e “eu tentaria” ao retomar o turno de fala do interlocutor que pergunta ao entrevistado o que ele mudaria se fosse presidente do Brasil. Desse modo, a fugacidade que há entre o deslocamento dos traços ilustrada na dificuldade de se definir se o termo está transparente ou semitransparente é o que retrata a gradiência entre os termos.

2.4.4.7 Neoanálise e analogização

Compreendendo que cada construção é específica e que pode ser formada pelo processo da analogia ou de uma reinterpretação de um item dentro de um contexto de uso específico, é que mensuramos o percurso de analogia como gradiente, considerando o movimento de aceitabilidade desse novo pareamento forma↔significado por parte dos falantes que vão assimilando o novo uso aos usos antigos, o que se consolida em um *continuum*, dado que a forma antiga não se perde imediatamente, mas permanece competindo com a nova (Bybee, 2016 [2010]). Um exemplo de analogia é a construção do verbo “deletar”, cuja origem está na forma inglesa “*delete*” que significa “apagar”, “excluir” e que agora já faz parte do rol de palavras que compõem o léxico do português brasileiro. Fica evidente que, para um entendimento, há a necessidade de conhecimento do significado da forma em inglês; constitui-se aí uma analogia a partir dos elementos de formação dos verbos em português que foram agregados à forma “*delete*”, nesse caso, e formaram “deletar” em português.

Para Traugott e Trousdale (2013), um dos problemas com a “reanálise” é terminológico, pois se um usuário de uma língua interpreta uma construção de forma diferente, não ocorre, propriamente, uma reanálise, mas uma análise diferente do que foi dito, e isso corrobora, ou justifica, a opção pelo termo “neoanálise” em vez de “reanálise”³².

Sendo assim, o que nos remete a esse micro-passo da mudança (a neoanálise) é que se trata de um trajeto percorrido pelo falante, tendo como base uma construção já existente na língua que é tomada em outro significado que depois se convencionaliza e ocasiona a mudança, ou seja, é constituído outro pareamento forma↔função, para o que os autores dizem considerar a neoanálise como um micro-passo em uma mudança construtiva e, em razão disso, defendem

³² Para nosso estudo, adotaremos, assim como Traugott e Trousdale, (2013), o termo neoanálise.

que toda analogização é uma neoanálise (Traugott; Trousdale, 2013). Podemos esclarecer melhor isso, tomando como exemplo o que, inicialmente, é o verbo *ir* que, posteriormente, se juntou a outra forma no infinitivo, fundindo-se como marca de futuro, o verbo *ir* passa a ser, então, um verbo auxiliar, o que caracteriza a neoanálise. Há, nesses casos, uma similaridade com estruturas já existentes na língua, isso é a analogia.

2.4.5 Motivações competidoras

Ao tratarmos de uma rede construcional, fica patente o entendimento de que a gramática de uma língua não é um emaranhado de sentenças soltas e desmotivadas. Ao contrário, trata-se de um repertório relevante da organização da linguagem que, embora sejam princípios funcionalistas, são apontados por Goldberg³³ (1995), o que torna a análise gramatical congruente com processos cognitivos mais gerais dos falantes.

Todos os falantes, no uso efetivo da língua, fazem suas opções linguísticas impulsionados por diversos fatores. Dentre as mais variadas motivações para essas escolhas, a expressividade maximizada, a economia maximizada, a semântica de *frames*, a memória enriquecida e a iconicidade são algumas das que se competem para favorecer a escolha linguística dos falantes.

2.4.5.1 Expressividade Maximizada

Nesse princípio, Goldberg (1995, p. 67, tradução nossa) advoga que “O inventário de construções é maximizado para fins comunicativos”. A partir dessa prerrogativa, aventamos que a elipse seja um recurso da língua utilizado pelo falante para auferir seus objetivos comunicativos, afinal o que resume esse princípio é o fato de falarmos pouco o que muito significa. Conforme já reportado anteriormente, a elipse não é arbitrária, ela é motivada e tem iconicidade no cotexto, no contexto ou em ambos; não é uma invenção ou uma lacuna desprovida de significado; ela é um pareamento de forma↔significado que se baseia em uma estrutura de resgate, seja anafórica ou catafórica, no cotexto ou, ainda, no contexto.

³³ Goldberg (1995) apresenta os princípios da motivação maximizada; da não-sinonímia; e da força expressiva maximizada. Para fins desta tese, neste ponto, trataremos, na perspectiva da autora, apenas da força expressiva maximizada.

2.4.5.2 Economia

O princípio da economia está bastante interligado com a subjetividade, porque o emissor tendencia a dizer apenas o que ele julga necessário, considerando a clareza e o grau de informatividade, levando o interlocutor a fazer suas interpretações baseado no que de essencial foi exposto.

No que diz respeito à elipse, é notória a presença da economia e da subjetividade, pois há, especialmente na modalidade oral, uma vigorosa súplica no que diz respeito à expressividade, surgida também dos gestos, do tom de voz, da expressão facial, entre outras formas de comunicação não verbal que conduzirão à interação comunicativa.

Força igualmente presente no fenômeno da elipse, representada por meio da economia, é da intersubjetividade, cujo papel se centra no interlocutor que se incumbe de interpretar, de anuir ou refutar o que (não) fora dito por meio da elipse. Esse jogo, então, passa a ser de ambos os interlocutores, pois a lacuna exposta pelo emissor deve ser captada e deve receber as inferências pertinentes por parte do interlocutor.

Nesse processo de economia linguística, há um direcionamento bem pertinente à opacidade de palavras ou expressões mais familiares dos interlocutores, pois são de mais fácil recuperação e necessitam de menos esclarecimentos. Optamos, então, enquanto falantes, por formas reduzidas ou pela elipse quando se trata de uma informação previsível, favorecendo a comunicação eficaz, como em (17).

(17) INF: Hoje tá mais fácil o cara comprar Ø, Ø pagar Ø, tem cartão, Ø divide Ø. (RTN – *Corpus PPVC*).

No excerto (17), a economia linguística está bem evidenciada na ausência do sujeito das formas verbais “pagar”, “tem” e “divide”, já que esse termo sintático já foi dito na primeira oração “Hoje tá mais fácil ‘o cara’ comprar”. O usuário, então, avalia ser desnecessária a repetição e faz uso do recurso da economia.

Todo falante se vale dos conhecimentos que traz consigo, adquiridos pelas mais diversas formas de convivência, de experiência e de estudos. Esses conhecimentos alimentam a memória dos usuários em uma conexão de *frames* e de memória enriquecida, favorecendo o resgate linguístico ou situacional por meio da função psicológica.

2.4.5.3 Memória enriquecida

Memória enriquecida consiste no armazenamento de informações que o falante traz consigo por meio dos feixes de exemplares, que, segundo Bybee (2016 [2010]),

[...] contêm, ao menos potencialmente, toda a informação que o usuário da língua pode perceber na experiência linguística. Essa informação consiste de detalhe fonético, incluindo traços redundantes e variáveis, de itens lexicais e construções usados, de inferências feitas a partir desse significado e do contexto, e de propriedades do contexto social, físico e linguístico (Bybee, 2016 [2010], p. 35-36).

Ao usar a linguagem, o falante recorre a todas as informações acondicionadas em sua memória, tendo como origem a sua prática e o seu conhecimento acerca do que está sendo exposto, tudo isso adquirido ao longo da vida. Escrutinamos validação do que estamos dizendo em Bybee (2016 [2010]), quando ela ratifica que todas essas referências a que o falante examina tratam da fonética, dos traços difusos e variáveis e das construções usadas em contextos diversos. Quem atende a esses detalhes, a essas semelhanças e diferenças entre os *tokens* é o cérebro, dado que ele é o responsável pela memória do falante.

A relação entre mente e linguagem foi estabelecida desde a antiguidade, mas é, nos estudos baseados no uso, que essa pauta ganha relevo, especialmente no que diz respeito à associação entre cognição, linguagem e memória rica (consumada nas experiências socioculturais). Buscamos suporte em Vieira (2020, p. 59) que nos diz “[...] que o fenômeno linguístico é considerado um complexo mosaico de atividades cognitivas e sociocomunicativas que estão interconectadas a outras áreas da psicologia humana”, o que nos impulsiona a consolidar nosso pensamento de que as relações socioculturais, a cognição e a linguagem são processos de domínios gerais desvinculáveis.

Fazendo um *link* com o nosso objeto de estudo, afirmamos que a memória rica é um ponto de bastante relevo para o resgate das elipses, especialmente as resgatadas apenas pelo contexto situacional. Afinal, para qualquer inferência semântica é necessário conhecimento prévio do interlocutor. É nesse ponto que o feixe de exemplares é acionado na mente do falante e, em resposta, também na mente do ouvinte/leitor para que seja estabelecida a interpretação do termo elíptico. E é, nesse processo, que é acionada a iconicidade entre a elipse e o termo resgatável.

2.4.5.4 Semântica de frames

Entre vários modelos teóricos trazidos pela Linguística Cognitiva, a semântica de *frames* (Fillmore, 1982) destaca-se como bastante relevante, posto que oferece um prisma diferente acerca da significação e da referenciação. Dessa forma, “[...] esta semântica empírica fillmoriana é um amplo programa capaz de tratar os processos de significação em vinculação estreita com a forma e a função gramatical a partir do trato minucioso da valência de uma cena conceptual”, como bem nos dizem Miranda e Bernardo (2013, p. 84).

A semântica de *frames* estabelece uma estreita relação entre linguagem e experiência. Por conseguinte, podemos inferir, então, que *frames* se trata de uma ativação de conceitos a partir de um elemento. Por exemplo: o vocábulo “sofá”, assim como “mesa”, “armário”, “cadeira” etc., acionam o *frame* “móvel”, ou seja, esses elementos são “unidades de referência” (Miranda; Bernardo, 2013). A concepção elementar de *frames* é de que, para haver compreensão de um vocábulo é necessário acionar o conhecimento que temos sobre ele. Logo, ao ouvirmos a palavra “sofá”, evocamos todo o conhecimento semântico que temos sobre ela ou a que ela se refere, ou seja, mobilizamos a semântica de *frames*, envolvendo a estrutura que circunda o todo.

Desse modo, os frames podem caracterizar um modo para se entender a razão pela qual determinada comunidade cria certas categorias de palavras, buscando explicar o significado de cada unidade lexical através do esclarecimento de tal motivação. Os frames, nesse sentido, estão intrinsecamente relacionados à cultura (Chishman, 2016, p. 551).

Importante considerar a forte relação que há entre o *frame* e a cultura de cada falante ou da comunidade em que ele vive, pois o *frame* é resultado de nossas experiências, dos conhecimentos individuais, da cultura na qual o indivíduo está inserido, “[...] as palavras representam categorizações de experiência, e cada uma dessas categorias é sustentada por uma situação motivadora que ocorre contra um pano de fundo de conhecimento e experiência”³⁴ (Fillmore, 1982, p. 112, tradução nossa), isto é, o significado das palavras é explicado por meio da motivação do contexto em que ela circula. Dessa forma, é lícito sustentar que as elipses, ao serem acionadas por um falante, mobilizam *frames* a partir do elemento ao qual ela se refere, permitindo que o interlocutor faça sua interpretação.

³⁴ Texto original: “words represent categorizations of experience, and each of these categories is underlain by a motivating situation occurring Against a background of knowledge and experience”.

2.4.5.5 Iconicidade

A iconicidade, contradizendo o que pregava o Estruturalismo sobre o princípio da arbitrariedade do signo, ganha robustez nos anos 1960, quando desperta o interesse dos linguistas para a relação estreita entre o conceito e a representação linguística. No entanto, somente em 1975 é que começam a expandir, na literatura norte-americana, as análises linguísticas funcionalistas, posto que emerge uma forte defesa de que uma estrutura de língua não pode ser analisada, descrita ou justificada sem que se faça alusão ao papel sociocomunicativo desempenhado por ela, isso é uma característica dos funcionalistas, como já abordado em capítulos anteriores.

Tomando a iconicidade como uma das motivações desencadeadas no Funcionalismo, é interessante dizer que Givón (1995), em um tempo posterior ao da Escola Linguística de Praga, também compartilha das preocupações acerca da arbitrariedade do signo linguístico. Originalmente, a iconicidade postula uma relação isomórfica, de “*um-para-um*”, entre a forma e o conteúdo, opondo-se à arbitrariedade. Os funcionalistas advogam que a estrutura da língua é uma representação da estrutura da experiência e, por meio de estudos, acerca da variação e da mudança, foi contado que há muitas maneiras de se dizer a mesma coisa, o que levou a uma reflexão aprofundada sobre essa conceituação geral da iconicidade, embora seja interessante lembrarmos que nem sempre é possível estabelecer uma relação clara entre a forma e o conteúdo, especialmente porque o significado prototípico da palavra pode sofrer opacidade mediante o uso.

É interessante dizer que qualquer palavra analisada isoladamente, de forma estanque, fora de um contexto de uso, como se ela comunicasse por si só, irá parecer desconectada de um significante, mas essa mesma palavra, certamente, ganhará motivação semântica, morfológica e fonética se for referendada por um contexto. Da mesma forma analisamos as elipses, que só agregam significado quando inseridas no contexto e/ou no cotexto, ou seja, no encadeamento do discurso, pois, do contrário, não há nenhum sentido a lhe ser atribuído. Isso nos impulsiona a afirmar que as elipses são motivadas e possuem um forte elo com o elemento ao qual substituem.

Assim, ao criar usos para uma palavra, logicamente, o falante não os concebe arbitrariamente, partindo do nada, ou o faz mediante a adição de fonemas e passa a usá-los conforme lhe apraz, mas inclina-se a usar formas já existentes e toma por base o feixe de

A principal contribuição da LFCU para nossa pesquisa dá-se sobre a elipse na perspectiva da Gramática de Construções e efetiva-se no bojo de compreendermos que a elipse, embora não tenha codificação morfológica, é uma construção instanciada como forma↔função dentro de padrões gramaticais reconhecíveis por meio de uma rede construcional.

Dessa forma, tomando por base os pressupostos teóricos estabelecidos pela LFCU, compreendemos que os contextos de uso é que são determinantes da forma↔função estabelecida pela elipse que se constituirá como construção, vez que nenhuma delas é vazia de significado.

Neste estudo dos pressupostos teóricos, discorreremos acerca de alguns conceitos pertinentes que nos ajudarão a analisar as construções formadas com a presença de elipses e, a partir desses exames, teremos maiores possibilidades de aprofundar nossa pesquisa, que foram: Estruturalismo; Gerativismo; Funcionalismo norte-americano; LFCU, para a qual abordamos sobre sua caracterização geral; sobre a Gramática de Construções; os conceitos Fundamentais: cognição; língua, gramática e discurso; os conceitos operacionais de construção: construção; esquematicidade; produtividade; composicionalidade; objetividade, subjetividade, intersubjetividade; inferenciação pragmática; categorização/prototipicidade; neonálise e analogização; e as motivações competidoras: expressividade maximizada; economia; memória enriquecida; semântica de *frames*; e iconicidade

Para finalizar este capítulo, retomamos nossa epígrafe que tão bem poetiza nossa língua e a compara a um elástico espichado de tal forma que jamais voltará a ser como antes. Nessa metáfora, compreendemos o quão nossa língua pode ser flexionada e admite diversificados falares, amaciamentos diversos que devem ser acontecidos não na folha de bananeira, mas na boca do falante que tão bem a elastece, sem arreventá-la e sem, jamais, dar-lhe condição de retornar ao que era antes.

3 ANCORANDO NOS DIVERSOS OLHARES SOBRE A ELIPSE

Sou aquela que lança a palavra sem ser dita
 Sou aquela que diz no que não é dito
 Sou aquela que lança a destemida palavra.

Autor desconhecido

A elipse é um fenômeno da língua, observado por muitos autores, a exemplo de Cunha e Cintra (2008), Cegalla (2008), Koch (1988), Fávero (2007), como uma lacuna usada, intencionalmente, pelo falante ou escrevente para evitar redundância em uma construção linguística, cujo termo pode ser retomado a partir do cotexto.

Parece simples se optarmos por essa definição. No entanto, percebemos, por meio de várias leituras (Goldberg; Perek (2019); Heine (2011); Hilpert (2014)) e de diversos contextos de uso que a questão é mais complexa e não nos parece adequado analisar uma elipse de forma superficial como se exercesse apenas, no ato de interação, a função de um recurso de coesão textual. Vejamos o exemplo (18).

(18) Minha infância... foi Ø ela... foi vivida a maior parte eh... do tempo em cidades pequena eh... em viagem porque... o meu pai é militar e... ele... era destacado para vários lugares [né] pra vários destacamento e então... ele... é... é... trabalhou em várias cidades e nós... é... acompanhamos então... eu... eu, então minha infância foi boa porque eu conheci vários lugares e porque... é... eu durante esse período todo convivi com essa... Ø é... ambiente de cidade pequena né... então eu tive uma infância... é... bem livre... bem...bem... tranquila sem essa agitação de cidade grande é... então pra mim foi uma infância muito boa em que eu tive a oportunidade de Ø ... de... é... crescer em... em... uma família que Ø ... é...deu condições pra que a gente brincasse muito pra que a gente é... se dedicasse aos estudos e... e... então Ø foi... uma... uma... infância boa... tranquila (HFDS – *Corpus PCVC*).

Por meio do excerto de fala (18), podemos perceber que a elipse nem sempre tem por finalidade a coesão textual, pois ela pode servir para reformulação do pensamento, como em “[...] eu durante esse período todo convivi com essa... Ø é... ambiente de cidade pequena né...”; para o falante pensar no que será dito, como em (“Minha infância... foi Ø ela... foi vivida a maior parte eh... do tempo em cidades pequena [...]”, por economia de palavras, “então Ø foi... uma... uma... infância boa... tranquila”, entre outros objetivos.

O desafio posto por nós nesta investigação é que esse recurso tão usado em textos orais e escritos traz significados que, a nosso ver, devem ser investigados/analísados no cotexto e no contexto de cada construção. Dessa forma, objetivamos, para a análise da elipse, levar em

consideração o pareamento forma-significado (contextos morfológicos, sintáticos, fonológicos, semânticos, pragmáticos e discursivos), no âmbito da Gramática de Construções (Bybee, 2010; Traugott; Trousdale, 2013) e da Linguística Funcional Centrada no Uso (Rosário; Oliveira, 2016), propondo, assim, um estudo mais acurado, dado que nem todas as lacunas podem ser caracterizadas como recurso de coesão textual.

No levantamento de pesquisas e estudos que fazem referência à elipse, deparamo-nos com autores que pensam esse fenômeno linguístico como um “elemento nulo”, “vazio”, cujo resgate pode ser feito em uma retomada rápida do contexto; para outros, contudo, a elipse é muito mais do que um simples recobrar de contexto. Para estes, o sentido de uma lacuna como uma construção pode ser bem mais significativo; para aqueles, é uma questão estrutural.

Mediante tal oposição, consideramos oportuno fazer um percurso pela Tradição Gramatical; pelas gramáticas de abordagens linguísticas, visão prescritiva da língua; pela Linguística Textual e pela Gramática de Construções, a fim de que possamos atingir um grau de compreensão sobre a elipse em cada uma das perspectivas, em especial pelo fato de a abordagem construcional da gramática ser um recente e promissor compromisso de pesquisa, tanto em termos teóricos quanto metodológicos, disposto a ser testado e avaliado. Assim, muitas pesquisas deverão ascender nessa área, trazendo consigo novos olhares, novos resultados e novas decisões.

Este capítulo está dividido em quatro partes: na primeira, com o subtítulo de “A elipse na perspectiva da Gramática Tradicional”, trazemos uma análise sob o olhar de Cunha e Cintra (2008); Cegalla (2008); Bechara (2009) e Rocha Lima (2011). A segunda seção, “A elipse em uma abordagem linguística”, temos o propósito de realizar uma discussão sobre o tema, com base no pensamento de Camara Júnior (1986); Azeredo (2000); Perini (2007); Castilho (2012) e Neves (2018b). Em seguida, trazemos a elipse na perspectiva da Linguística Textual, tomando por base Koch (1988), Fávero (2007), Fávero e Koch (2012) e Antunes (2005). E, por fim, discutiremos sobre “A elipse sob o olhar da Gramática de Construções”, em uma abordagem trazida por Heine (2011), Hilpert (2014) e Goldberg e Perek (2019).

À vista disso, na próxima seção, discutiremos sobre a concepção clássica da elipse.

3.1 A Elipse na perspectiva da gramática tradicional

Para começar, iremos percorrer as trilhas traçadas pela Gramática Tradicional (GT), em busca do conhecimento acerca de como a elipse é apresentada na prescrição gramatical. Ao fazermos um rastreio no conteúdo sobre elipse apresentado por Cunha e Cintra (2008),

percebemos que, no primeiro momento, os autores a conceituam como “[...] a omissão de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente suprir” (Cunha; Cintra, 2008 p. 633). Em um dos exemplos que ilustram a informação, notamos uma elipse de verbo. Vejamos:

- (19) Ao redor, bons pastos, boa gente, terra boa para arroz (Guimarães Rosa, S, 123)
(Cunha; Cintra, 2008 p. 633).

Esse modelo apresentado pelos gramáticos faz-nos refletir sobre a relação que ele tem com a conceituação apresentada, posto que, nesse contexto, não há como suprir o elemento elidido, uma vez que não se trata de uma anáfora. Ademais, não tem como perceber nem o tempo, nem o modo, nem o tipo verbal. Concluímos, então, que há, nas palavras dos gramáticos, uma fragilidade conceitual no que se refere à elipse, além de não mencionarem o tipo de elipse utilizada.

Nessa mesma seção do compêndio em análise, no ponto 2, os gramáticos em questão dizem que “A ELIPSE é responsável por numerosos casos de DERIVAÇÃO IMPRÓPRIA, nos quais o termo expresso absorve o conteúdo significativo do termo omitido” (Cunha; Cintra, 2008, p. 634, grifos dos autores). Contudo, mais uma vez os autores não mencionam a classificação da elipse apontada por eles, apresentam os seguintes exemplos:

- | | |
|--------------------------------|------------------------------|
| (20) <i>a (cidade) capital</i> | <i>uma (igreja) catedral</i> |
| <i>um (dente) canino</i> | <i>uma (carta) circular</i> |
| <i>um (navio) vapor</i> | <i>uma folha (de papel)</i> |
- (Cunha; Cintra, 2008, p. 634, grifos dos autores).

Não obstante, no mesmo compêndio, Cunha e Cintra (2008, p. 118) trazem a informação de que a derivação imprópria consiste na possibilidade de as palavras poderem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma, ao que concordamos com eles. Com base nessa conceituação e nos exemplos apresentados em (20), somos conduzidos a uma reflexão: se a palavra muda de classe, ela agrega o significado da classe à qual ela passa a pertencer, tornando obsoleto qualquer termo de mesmo sentido que o esteja acompanhando, é o que acontece em “*a (cidade) capital*” e em “*uma (igreja) catedral*”. Em “*um (dente) canino*”, “*uma (carta) circular*”, “*um (navio) vapor*” e “*uma folha (de papel)*” parece-nos que o fenômeno em questão não deve ser classificado como derivação imprópria, mas ocorre-nos haver nesses exemplos um processo metonímico - uma parte pelo todo. Neles, julgamos que há a construção de elipse, posto que existem contextos que requerem o complemento “dente”, “carta”, “navio” e “de papel” para fins de adjetivação, evitando a ambiguidade.

Cunha e Cintra (2008, p. 634) subdividem a elipse em dois grupos: a elipse como processo gramatical e a elipse como processo estilístico. No primeiro caso, os autores dizem que “Em gramática, a ELIPSE de um termo deve ser invocada apenas quando manifesta. E, ainda assim, com extrema prudência” (Cunha e Cintra, 2008, p. 634, grifo dos autores). Os autores apresentam como elipses correntes: do sujeito; do verbo (parcial ou total); da preposição que introduz certos adjuntos; da preposição *de* antes da integrante que introduz as orações objetivas indiretas e as completivas nominais; da conjunção integrante *que*.

Ao tratarem da elipse como processo estilístico, os gramáticos apontam que é um

Recurso condensador da expressão, a elipse é naturalmente usada de preferência naqueles tipos de enunciado que se devem caracterizar pela concisão ou pela rapidez. Seus efeitos estilísticos são, portanto, apreciáveis: a) na descrição esquemática de ambientes, de estados de alma, de perfis [...]; b) em anotações rápidas, como as de um diário íntimo, de um caderno de notas [...]; c) na enunciação de pensamentos condensados, provérbios, divisas, ditos sentenciosos ou irônicos [...]; d) nas enumerações, onde a inexistência do artigo [...] costuma sugerir as ideias de acumulação, de dispersão [...] (Cunha; Cintra, 2008, p. 636-637, grifos nossos).

Chama nossa atenção o trecho “[...] a elipse é naturalmente usada de preferência naqueles tipos de enunciado que se devem caracterizar pela concisão ou pela rapidez”, uma vez que reconhecemos que a elipse é empregada nos mais diversificados contextos de uso, com propósitos comunicativos variados que ultrapassam o objetivo de brevidade e agilidade e incorpora significados a partir do uso. Na fala, não há limites de contexto para o uso da elipse, desde que ela possa ser compreendida pelos interlocutores.

Outra figura de sintaxe apontada pelos autores como uma forma de elipse é a zeugma³⁷. Cunha e Cintra (2008) tratam-na como uma vertente da elipse, cuja expressão elíptica participa de dois ou mais enunciados, sendo citada apenas em um deles. Classificam a zeugma como “simples”, quando o termo omitido for o mesmo já empregado na oração anterior; e “complexa”, quando o termo omitido for subentendido, principalmente, por um verbo em outra flexão.

Cegalla (2008) aborda a elipse como uma das mais importantes figuras de construção. O conceito que ele apresenta é de que “Elipse é a omissão de um termo ou oração que facilmente podemos subentender no contexto. É uma espécie de economia de palavras” (Cegalla, 2008, p.

³⁷ Consoante Cunha e Cintra (2008, p. 638), “A zeugma é uma das formas de elipse. Consiste em fazer participar de dois ou mais enunciados um termo expresso apenas em um deles”.

620). O autor também se refere ao recurso do termo elíptico como facilmente entendido pelo contexto e traz uma referência pouco comum às GT, nesse caso, que é a de economia de palavras, conforme exemplifica em (21).

(21) "As quaresmas abriam a flor depois do carnaval, os ipês em junho" (Raquel de Queirós). [Isto é: os ipês abriam a flor em junho] (Cegalla, 2008, p. 620).

O gramático, contudo, assim que expõe os exemplos desse recurso, chama a atenção para o fato de essa modalidade de elipse ser chamada de *zeugma*. A seguir, é apresentada a elipse das conjunções e da preposição e dito, nas palavras do autor, que serve para assegurar “concisão, leveza e desenvoltura” à frase.

Cegalla (2008, p. 621) ainda diz que “Pode ocorrer a elipse total ou parcial de uma oração” e que também “Podem ser considerados casos de elipse as chamadas *frases nominais*, organizadas sem verbo” (Cegalla, 2008, p. 621, grifos do autor). Interessante perceber que, nessa abordagem, alguns dos exemplos apresentados pelo gramático vêm acompanhados, entre parênteses, pela expressão, pelo verbo ou pelo termo que preencheria a lacuna, como em (22) e (23):

(22) As mãos eram pequenas e os dedos, finos e delicados. [elipse do verbo *eram*].

(23) “Só aí que me inteirei de que ela havia sofrido e era boa” (Graciliano Ramos)
[ou seja: e *de que* era boa].

(Cegalla, 2008, p. 620-621, grifos do autor).

Já em outros exemplos, como em (24) e (25), o autor não apresenta nenhuma possibilidade de preenchimento:

(24) “Entraram em casa, as armas na mão, os olhos atentos, procurando” (Jorge Amado).

(25) “Céu baixo, ondas mansas, vento leve” (Adonias Filho).

(Cegalla, 2008, p. 621)

Perguntamo-nos diante do exposto: o que poderia motivar o gramático a não expor os termos que possibilitariam esse preenchimento? Talvez o fato de essas lacunas não poderem ser preenchidas tão “facilmente” pelo contexto como defendeu o autor ao conceituar elipse, mas necessitarem de uma participação maior de inferências do interlocutor. Nossa leitura é que o gramático já percebeu a importância do contexto situacional para a interpretação em alguns casos de elipse, porém não faz menção a isso.

Outro gramático que traz a conceituação clássica da elipse é Rocha Lima (2011). Ele aborda o assunto como “figura de construção” e conceitua esse fenômeno linguístico de forma muito próxima ao que nos apresenta Cegalla (2008), pois, também, aponta a elipse como “[...]a omissão de termos que facilmente se podem subentender” (Rocha Lima, 2011, p. 606). Não obstante, Rocha Lima (2011), assim como Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2008), traz recortes de textos que, embora sejam de autores renomados, não oportunizam a recuperação da referência no contexto em que a elipse está presente devido ao recorte dos fragmentos.

Em uma outra seção que sucede a que Rocha Lima (2011) aborda sobre elipse, ele fala de “zeugma” e conceitua-a, dizendo que “[...] é a omissão de termo anteriormente expresso, que se subentende com outra flexão” (Rocha Lima, 2011, p. 607), ou seja, o termo elíptico não estará exatamente como antes, mas sofrerá alteração de flexão na segunda oração, o que vai ao encontro do que fora dito por Cunha e Cintra (2008). O autor avança, abrindo outra seção e sobre “assíndetos” que é “[...] a falta de conjunção entre elementos coordenados” (Rocha Lima, 2011, p. 607), prossegue, afirmando que “O emprego adequado desta figura comunica ao estilo brevidade e rapidez” (Rocha Lima, 2011, p. 607). Em seguida, o gramático aborda sobre “reticência” como “[...] a suspensão intencional do pensamento, quando o *silêncio parece mais expressivo do que a palavra*” (Rocha Lima, 2011, p. 607, grifo nosso), trazendo como exemplo:

(26) “Nós dois... e, entre nós dois, implacável e forte, A arredar-me de ti, cada vez mais, a morte...” (Olavo Bilac) (Rocha Lima, 2011, p. 608).

Ao que nos consta, a reticência é um tipo de elipse em que o silêncio do emissor possui uma carga semântica, embora não seja dito nada por meio de palavras, mas por intermédio das reticências (elipse). Em (26), é posto um fragmento que, analisado fora do contexto, pode até prejudicar a interpretação. Ao tomarmos o fragmento em um contexto mais amplo, a compreensão será mais fácil: “E, aqui dentro, o silêncio... E este espanto e este medo! ‘Nós dois... e, entre nós dois, implacável e forte, A arredar-me de ti, cada vez mais, a morte...’”. A partir do fragmento em um contexto maior, o que para a LFCU é bastante importante, depreendemos que Olavo Bilac apresenta um eu-lírico sofrido por sentir que está morrendo, mas o autor desenrola o poema e traz, nessa estrofe, uma elipse interpretável do cotexto e do contexto. Vejamos a relevância do contexto para compreender que se trata da morte, embora no cotexto apareça o verbo “morrer”, mas os adjetivos “implacável” e “forte” referem-se à morte e não a “morrer”, elemento que é retomado por meio de uma catáfora no final da estrofe. Logicamente, “o silêncio é mais expressivo do que a palavra” nesse caso, mas Rocha Lima

(2011) não explica essa carga semântica abarcada pelo silêncio, nem menciona o fato de existir um elemento catafórico que serve de referência para a elipse. Então, as inferências (inter)subjetivas dos interlocutores também ajudarão na interpretação, além de um recorte mais extenso do poema, pois a fragmentação excessiva de um texto impede uma leitura fidedigna.

Outro gramático da GT que encontramos pelo caminho foi Bechara (2009), que, por seu turno, traz a elipse como “[...] a omissão de um termo facilmente subentendido por faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido anteriormente enunciado ou sugerido, ou ainda por ser depreendido pela situação, ou contexto. É o que ocorre quando, diante de um quadro, uma pessoa dá sua opinião” (Bechara, 2009, p. 493). Dito isso, o autor, então, apresenta alguns exemplos como em (27) e (28):

(27) ‘É belo!’ [MC.4, s.v.].

(28) ‘São barulhentos, mas eu admiro meus alunos
(Bechara, 2009, p. 493).

Esses exemplos apresentados por Bechara (2009) possibilitam-nos perceber que nem sempre o termo elidido é resgatado no contexto textual, mas, muitas vezes, isso pode ser feito por meio do contexto extralinguístico. No primeiro caso (27), há claramente uma elipse, sem nenhum referente linguístico, somente a observação do gramático que remete a fala a alguém observando um quadro; em (28), há uma elipse catafórica, ou seja, o referente está posterior ao termo omitido.

Seguindo a análise prescritiva desse gramático, encontramos alguns casos de elipses mais frequentes, a saber:

a) a da preposição em algumas circunstâncias adverbiais depreendidas pelo contexto, cuja exemplificação é:

(29) As visitas, *pés sujos*, entraram no salão.

(30) O tecido custava dez reais *o metro*.

(31) *Domingo* irás à festa.

(Bechara, 2009, p. 494, grifos do autor)

b) a da preposição antes do conectivo que introduz as orações de complemento relativo e completivas nominais:

(32) Preciso (*de*) que venhas aqui.

(33) Estou necessitado (*de*) que venhas aqui.

(Bechara, 2009, p. 494, grifos do autor)

c) a da conjugação integrante, mormente como transpositor das subordinadas subjetivas e objetivas diretas:

- (34) É necessário (*que*) se faça tudo rapidamente.
- (35) Espero (*que*) sejam felizes.
(Bechara, 2009, p. 494, grifos do autor).
- d) a do verbo *dizer* (e semelhante) nos diálogos:
- (36) E ela: — Você está zangado comigo? (Bechara, 2009, p. 494).
- e) a do objeto direto representado por pronome átono para aludir ao substantivo anteriormente expresso:
- (37) Você recebeu *o convite*? *Recebi* sim (por *Recebi-o* sim) (Bechara, 2009, p. 494, grifos do autor).
- f) a da preposição *de* em construções do tipo *vestido cor de rosa* por *vestido de cor de rosa*; pode-se também omitir toda a expressão *de cor de*: *vestido rosa*.
- g) a construção *para* + *particípio* para exprimir a ideia de “que há de ser”, “digno de ser”, à semelhança do *particípio futuro passivo* latino:
- (38) Não é *para dito* o que ali aconteceu [MBa.5, 218] (Bechara, 2009, p. 494, grifos do autor).
- h) a elipse de rigor da conjunção integrante *que* depois *de que* ou *do que* comparativo:
- (39) A um animal atacado de raiva é melhor *que* o matem *do que* esteja a penar (por *do que esteja a penar*) (Bechara, 2009, p. 495, grifos do autor).
- i) a elipse do primeiro elemento (preposição ou advérbio) que integra a chamada locução conjuntiva (*posto que*, *dado que* etc.) na oração subordinada coordenada à anterior:
- (40) Nada houve contra ela, *se bem que* uma voz rouca se levantou no tribunal *e que* (por: *se bem que*) dois ou três presentes a acompanharam com certo entusiasmo (Bechara, 2009, p. 495, grifos do autor).
- No que diz respeito à elipse de sujeito, Bechara (2009) traz a seguinte reflexão:

[...] não se pode falar, a rigor, de elipse do sujeito, quando aparece apenas o núcleo verbal da oração (*Estudo, Brincamos*), já que ele aparece sempre presente na forma verbal flexionada no morfema que representa o sujeito gramatical (1.^a, 2.^a e 3.^a pessoas, do singular ou plural). Trata-se, pelo contrário, da sua expansão ou não, mediante o sujeito explícito, fato que não está mais na exigência da gramática (quando há, é claro, relação prediativa referida, mas do texto, para a transmissão efetiva e clara da mensagem) (Bechara, 2009, p. 338, grifos do autor).

Em linhas gerais, constatamos que esse pensamento de Bechara (2009) não é mencionado por Rocha Lima (2011) que faz referência ao sujeito determinado ou indeterminado, como “É determinado, se identificável na oração— explícita ou implicitamente [...]” (Rocha Lima, 2011, p. 289); Cegalla (2008, p. 325), por sua vez, fala sobre o sujeito “*oculto* (ou *elíptico*) – quando está implícito, isto é, quando não está expresso, mas que se deduz

no contexto” (grifos do autor); Cunha e Cintra (2008) não apresentam a nomenclatura “sujeito elíptico”, trazem a classificação como “sujeito oculto (determinado)”, mas o conceitua como sendo

[...] aquele que não está materialmente expresso na oração, mas pode ser identificado. A identificação faz-se: a) pela desinência verbal: Ficamos um bocado sem falar (L. B. Honwana, NMCT, 10.) [o sujeito de *ficamos*, indicado pela desinência *-mos*, é *nós*.]; b) pela presença do sujeito em outra oração do mesmo período ou de período contíguo: *Soropita* ali viera, na véspera, lá dormira; e agora retornava a casa. (Guimarães Rosa, CB, II, 467.) [O sujeito de *viera*, *dormira* e *retornava* é *Soropita*, mencionado na primeira oração, antes de *viera*] (Cunha; Cintra, 2008, p. 141, grifos dos autores).

O que podemos concluir é que, no campo da GT, há uma convergência entre os autores em definir a elipse como omissão de termos que podem ser recuperados pelo contexto. No entanto, há divergências sobre a classificação da elipse, especialmente em relação à elipse de sujeito, que é vista de maneiras diferentes. Bechara (2009) afirma que o sujeito não pode ser considerado elíptico quando presente na flexão verbal, enquanto Cegalla (2008) e Cunha e Cintra (2008) classificam o sujeito como oculto ou implícito. Bechara (2009) destaca, assim, o papel do contexto extralinguístico, enquanto Cunha e Cintra (2008) focam mais no contexto textual.

Constatamos, ainda, a partir das obras analisadas, que a elipse, na GT, é sempre posta na parte periférica das gramáticas e é apresentada no sumário dos compêndios como: (i) figura de sintaxe, sendo dividida em dois grupos: “A elipse como processo gramatical” e “A elipse como processo estilístico” (Cunha; Cintra (2008); (ii) integra a sessão de estilística, sob o aspecto de uma figura de linguagem, posta como figura de construção (Cegalla, 2008); (iii) compõe a seção “Outras figuras de linguagem” como figuras de construção (Rocha Lima, 2011); (iv) consta no “apêndice”, figuras de sintaxe, como “fenômenos de sintaxe mais importantes” (Bechara, 2009).

Para concluir esta seção, destacamos como inegável a relevante parcela de contribuição que a GT traz para os estudos da elipse. Contudo, é um conteúdo que ainda é visto, por esse viés, de forma fragmentada, obedecendo a uma hierarquia que o dissocia dos demais, o que conduz os professores a sempre deixarem este estudo em segundo plano, apesar de ser um recurso utilizado por todos os falantes, independente de nível de escolaridade, idade e sexo/gênero e, ainda, possuir uma gama de significados conquistados em cada contexto.

Prosseguindo, abordaremos sobre a elipse na perspectiva da visão prescritiva da língua.

3.2 A Elipse na abordagem linguística

Para descrevermos a elipse na perspectiva da Abordagem Linguística (AL) apoiaremos em Camara Jr. (1986); Perini (2007); Azeredo (2000); Castilho (2012) e Neves (2018b). Partindo do pressuposto de que esses autores investigam a língua sincronicamente de forma descritiva, avaliamos que esse percurso será bastante produtivo, uma vez que, nessa abordagem, a língua é considerada como dinâmica e viva.

Para Camara Jr. (1986, p. 103), a elipse é “Omissão, numa enunciação linguística, do termo presente em nosso espírito, porque se depreende do contexto geral ou da situação”. O linguista diz, ainda, que “Modernamente, a tendência gramatical, dentro dessa definição, é reduzir a importância da elipse como recurso de análise frasal” e, dentro dessa perspectiva, nega a presença do recurso nas seguintes situações: i) na braquilogia³⁸; ii) no emprego substantivo de um nome ou pronome, cuja função pode ser tanto substantiva como adjetiva; iii) na ausência de pronome-sujeito junto a um verbo; iv) em uma construção sintática de duas ou mais partes na qual um só termo se reporta a todo o conjunto.

Não obstante, Camara Jr. (1986, p. 104) também apresenta os casos em que ocorre a elipse: i) quando a omissão decorre da enunciação em frase anterior; e ii) em uma construção sintática em que um vocábulo omitido se deduz de outro vocábulo. Dessa forma, fica evidenciada a exclusão dos casos em que a elipse não se encontra dentro nas possibilidades estabelecidas em (i) e (ii).

Logo a seguir, Camara Jr. (1986) expõe que

Do ponto de vista diacrônico, a elipse, tornando-se um idiotismo³⁹, determina uma evolução semântica, porque a significação do termo omitido se transpõe para o termo expreso, dando-se a especialização significativa deste último;

³⁸ Segundo Camara Jr (1986, p. 66), braquilogia é a “Qualidade de uma frase que, reduzida em seus constituintes, equivale a outra desenvolvida oracionalmente, e discursiva”. Nesse caso, podemos dizer que a braquilogia é um processo pelo qual um termo designativo, originalmente locucional, é substituído por um dos seus elementos, com valor de locução completa, mudando inclusive de classe gramatical, por exemplo: (*paralelo por mercado paralelo*).

³⁹ Segundo Camara Jr. (1986, p. 142), “Em sentido lato, idiotismo são os traços linguísticos de uma língua, que melhor a caracterizam em face das outras que lhe são cognatas, como por exemplo, em português o infinitivo com desinências de pessoa. Em sentido estrito, as construções vocabulares e frasais que não se prestam a uma análise, satisfatória na base dos valores atuais da língua, porque resultaram de fenômenos de analogia e atração, e só se explicam à luz da história da língua; são especialmente dignos de nota os idiotismos locucionais, cuja significação não decorre das dos vocábulos competentes e da sua articulação sintática; exs.: *dar as da Vila-Diogo, chorar pitanga*. O termo provém de *idiota*, no sentido inicial do seu étimo (gr. *idiotes* <particular, individual>). Também se diz IDIOMATISMO, derivado de idioma, que é da mesma família léxica” (Grifos do autor).

ex: pêssego (lat. persicu-<<da Pérsia>>, referindo-se a um <<fruto>>, nome que ficou em elipse) (Camara Jr., 1986, p. 104).

Isso nos leva a refletir que há uma discrepância entre a elipse determinar “uma evolução semântica”, por ser idiotismo ou um idiomatismo, e ela ter sua importância reduzida “como recurso de análise frasal”, conforme preconiza o linguista, pois, nas palavras usadas em uma expressão idiomática, estão significados desejosos do falante, que ele, talvez, não conseguisse falar utilizando a linguagem convencional. Fazendo menção à epígrafe, a elipse é aquela que “[...] diz no que não é dito [...]”.

Perini (2007) apresenta a elipse como uma questão de interpretação e cria regras que podem ser usadas para analisar cada situação em que haja elementos elípticos, desde que sejam resgatáveis dentro do contexto textual. Não nos cabe aqui apresentar essas regras de forma exaustiva, uma vez que elas são destinadas não apenas a esses casos, mas, também, a outras situações de interpretação e aqui nos atemos aos casos de elipse. O que analisamos é que Perini (2007) faz uma abordagem da elipse do tipo resgatável do contexto linguístico e não faz nenhuma menção dos casos interpretáveis do contexto extralinguístico. Apesar disso, para melhor esboçar como este gramático compreende a elipse, apresentamos o exemplo (41):

(41) Pedrão declarou que renunciaria (Perini, 2007, p. 286).

O exemplo (41) é interpretado pelo autor como um caso em que o agente de declarar é Pedrão, percebido dentro da própria sentença com o auxílio das regras R1-R3 que se encontram na seção de “Regras Semânticas”⁴⁰, no capítulo referente a “Papéis semânticos e funções sintáticas”.

Na nossa análise, a única regra que se aplicaria para interpretação do exemplo é R3, uma vez que o objeto direto da oração está elíptico e não há ocorrência da preposição “com”. A aplicação dessa regra é possível pelo fato de se tratar de um sujeito agente e esse mesmo sujeito estar associado ao verbo “declarou” e “renunciaria”. No entanto, Perini (2007, p. 286) encontra um problema que é o “[...] de como atribuir a *renunciaria* um agente idêntico ao de *declarou*” (grifos do autor). Então, trata-se, tradicionalmente, de um “sujeito elíptico”, “oculto” ou

⁴⁰ As regras semânticas especificadas por Perini (2007, p. 266) são: “Regra 1 (R1): O objeto direto se interpreta como paciente; Regra 2 (R2): O atributo (com a preposição com) se interpreta como instrumento; Regra 3 (R3): O sujeito se interpreta como: agente, instrumento ou paciente (nessa ordem de preferências). Essas três regras devem ser aplicadas na ordem dada: primeiro a Regra 1, depois a 2, depois a 3. Além disso, convém lembrar que o agente precisa denotar um ente animado”.

“subentendido”, mas, na análise do gramático, não há sujeito de “renunciaria”, porém admite que há algo subentendido e sustenta que é uma entidade semântica e não sintática. Sendo assim, Perini (2007) analisa a oração como oração sem sujeito com uma interpretação semântica contendo um agente que é Pedrão que já funciona como agente da primeira oração.

Eis que surge o problema apresentado pelo autor: a necessidade de criar um sistema de regras que oportunize a interpretação de “renunciaria”, “que não tem sujeito, como tendo um agente”. Perini (2007, p. 286), destarte, aponta que “A questão da interpretação de elementos elípticos não se limita a sujeitos, nem a SNs”, o que, a nosso ver, harmoniza com nossa concepção de que uma elipse está além de um termo que pode ser resgatado pelo contexto textual.

Outro gramático com o qual embarcamos nesse trajeto foi Azeredo (2008), que nos fala de elipse como “Omissão de um termo numa enunciação linguística”. Diz, ainda, que é fácil subentender o termo elíptico, uma vez que sua compreensão depende do contexto ou da situação. Para evidenciar que a elipse evita a redundância, o autor afirma que esse recurso é o contrário do pleonismo e que “[...] o termo em elipse caracteriza a substituição de outro termo por uma entidade abstrata denominada ‘zero’, evitando, assim, repetições enfadonhas que em nada contribuem para a semântica do texto” (Azeredo, 2008, p. 491). Isso contribuirá para uma leitura fluente, mais leve e menos cansativa.

O gramático também classifica a elipse como: parcial, quando suprime apenas parte da expressão, o que torna o texto mais dinâmico, e, não sendo uma coesão referencial, muitas vezes conta com o *frame* do leitor; ou total, quando elimina completamente o termo e o substitui por “zero”.

Dialogamos também nesse percurso de nosso estudo com Castilho (2012) que, inicialmente, nos convida a observar que, na conversação, “há movimentos de abandono ou desativação⁴¹ de um expediente que estava sendo ativado para acionar outro, explicando, assim, as “despreferências”, ou seja, há uma quebra de expectativa em relação ao interlocutor que esperava por um tipo de resposta e recebe outro. A isso, o linguista chama de “vazio pragmático” e propõe que “[...] o princípio sociocognitivo de desativação, ou da *elipse*, se fundamenta na estratégia conversacional de despreferência” (Castilho, 2012, p. 80). Assim sendo, “A elipse é utilizada na argumentação sintática e concorre fortemente para a caracterização das seguintes categorias [...]” (Castilho, 2012, p. 80): (i) fonema elíptico (“antes,

⁴¹ “A desativação é, portanto, o movimento que ocasiona o abandono de propriedades que estavam sendo ativadas. Gera-se um silêncio no planejamento verbal, a que se seguem simultaneamente as ativações e as reativações” (Castilho, 2012, p. 80).

diz-se [*ãts*]) ; (ii) morfema-zero (<fal->); (iii) argumentos sentenciais vazios (“*Ø já se esqueceu?*”); (iv) elipse do verbo (“*Cheguei tarde, e o professor também*”); (v) descontinuação do quadro tópico (quando há mudança de assunto, em uma conversação, sem concluir o anterior) (Castilho, 2012).

Nosso foco será nos pontos (iii) e (iv), que são os que nos interessam para este estudo. Debrucemo-nos sobre eles, então:

- Argumentos sentenciais vazios: Castilho (2012) subdivide essa categoria em sujeito e objeto direto e afirma que, no Brasil, a posição de sujeito é mais preenchida do que a posição de objeto direto; a elisão é favorecida pela agentividade do sujeito, e a não-agentividade propicia a retenção⁴².

No que tange ao objeto direto, o autor afirma que estudos de caráter diacrônico e sincrônico observam as transformações e a repercussão no preenchimento dessa função; referencia Tarallo (1983) que comprovou, por meio de pesquisa acerca das estratégias de pronominalização do português brasileiro, uma contínua queda no preenchimento do objeto direto, conforme pode ser percebido no Quadro 7:

Quadro 7 – Frequência de retenção do objeto anafórico em cinco momentos históricos, segundo Tarallo (1983)

I. Primeira metade do séc. XVIII	82%
II. Segunda metade do séc. XVIII	96,2%
III. Primeira metade do séc. XIX	83,7%
IV. Segunda metade do séc. XIX	60,2%
V. <i>Corpus</i> sincrônico do séc. XX (1982)	18%

Fonte: Castilho (2012, p. 301)

Como podemos observar, no séc. XX, a frequência de retenção do objeto direto anafórico ficou nos 18%, uma diferença considerável se comparada aos séculos anteriores e, sobretudo, à frequência da primeira metade do século XVIII. Isso se arrazoa e justifica a preferência pela categoria vazia pelo fato de nesse período ter havido a mudança sofrida pelos clíticos e seu desaparecimento dos compêndios gramaticais do português brasileiro, segundo Castilho (2012).

- Elipse do verbo: Castilho (2012) é enfático ao dizer que, ao omitirmos um verbo, é necessário que haja alguma expressão que nos dê condição de recuperá-lo. Essas expressões

⁴² Castilho (2012, p. 293) cita que em 1987 fez um “[...] pequeno estudo sobre as condições de apagamento do sujeito [...]” e mostrou que “[...] a agentividade do sujeito favorece a elisão, enquanto a não-agentividade favorece sua retenção, numa proporção de 63% para 37%, respectivamente”.

desempenham papel de “índices ou vestígios” de que um verbo foi ocultado. Em (42) e (43), trazemos dois dos exemplos apresentados pelo linguista:

(42) Cheguei tarde, e o professor *também*.

(43) Comi bastante, e a visita também o *fez*.

(Castilho, 2012, p. 414, grifos do autor)

As expressões destacadas evidenciam a existência de elipse do verbo: em (42), o termo “também” favorece a elipse do verbo “chegar” e, em (43), o verbo vicário “fazer” licencia a elipse de “comer”, conforme interpreta Castilho (2012).

Neves (2018b), por sua vez, apresenta a elipse como figura de construção e diz que é a omissão de um termo que facilmente se subentende na frase. Nessa perspectiva, salienta que a elipse

[...] é *extremamente funcional no uso regular da linguagem*, constituindo um importante elemento de coesão textual, como pode ser observado nos estudos sobre as diversas classes de palavras [...]. São vários os tipos de termos que podem ficar *elípticos*, muito especialmente o sujeito, e isso não necessariamente se reveste de efeito estilístico ou literário (Neves, 2018b, p. 1154, grifos nossos).

Nas palavras da autora, a elipse, apesar da funcionalidade, é um apenas elemento de coesão textual. Embora ela admita que vários termos possam ser elípticos, há um relevo especial no sujeito para o qual chama atenção de que, ao ser omitido, o termo em questão não se reveste de efeito estilístico ou literário. Neves (2018b) prossegue, apresentando exemplos de elipse com função poética, ou seja, como figura de linguagem, a saber: a elipse de verbo, de conjunção subordinativa (que, se, como se, como, quando), de preposição e de sintagma nominal “(especialmente o sujeito)”. Em outra subparte, a linguista traz a “zeugma” como uma “*Elipse de um termo já enunciado anteriormente na mesma frase*” (Neves, 2018b, p. 1156, grifo da autora), ou seja, é um caso de elipse anafórica.

Pudemos notar que a elipse, na abordagem linguística, é apresentada de forma que o assunto não pareça como uma questão periférica da língua, como o é na GT, mas configura-se um assunto que é trazido à discussão como parte do uso na língua. Assim, relacionando a localização e a importância do tema discutido, verificamos que Azeredo (2008) apresenta a elipse no capítulo que trata de estilística, como figura de linguagem; Perini (2007) traz a elipse como “elemento anafórico”, em uma sequência após os pronomes; Castilho (2012) aborda a elipse em um primeiro momento no capítulo que trata da Gramática Funcionalista, depois, surge

na estrutura funcional da sentença de sujeito e objeto direto e, mais à frente, no capítulo que aborda o sintagma verbal; e, por fim, na obra analisada de Câmara Jr. (1986), por se tratar de um dicionário, o assunto é exposto como verbete.

Camara Jr. (1986), Perini (2007), Azeredo (2008), Castilho (2012) e Neves (2018b) concordam que a elipse envolve a omissão de termos que podem ser inferidos do contexto linguístico ou situacional. Todos reconhecem que a elipse é recuperável por algum mecanismo, seja textual ou situacional. Para Neves (2018b) e Azeredo (2008), a elipse tem um papel importante na coesão textual, ajudando a evitar repetições desnecessárias. Azeredo (2008) destaca, também, que a elipse evita o pleonismo, enquanto Neves (2018b) salienta sua funcionalidade como elemento coesivo, principalmente no caso do sujeito elíptico. Perini (2007), Neves (2018b) e Castilho (2012) compartilham a visão de que a elipse não se limita a ser uma figura de linguagem ou recurso estilístico. Acrescentamos, ainda, que Perini (2007) foca na interpretação semântica e Castilho (2012) a aborda como um fenômeno pragmático na conversação, enquanto Neves (2018b) a define como uma construção funcional.

Na próxima seção deste capítulo, ancoraremos na abordagem da elipse na Linguística Textual.

3.3 A Elipse vista pela linguística textual

O objeto de investigação que compete à Linguística textual (LT) é o texto, enquanto unidade fundamental, não mais a palavra ou a frase, e se estende tanto aos textos orais quanto aos escritos, nos mais variadas gêneros. Com base nesse arrazoado, é que pensamos nesta seção sobre a elipse na perspectiva da LT, posto que esse recurso da língua só pode ser usado no encadeamento do discurso, e o discurso materializa-se no texto. Apoiamo-nos, então, em Koch (1988), Fávero (2007), Fávero e Koch (2012) e em Antunes (2005), grandes pesquisadoras da área que têm muito a contribuir conosco nessa jornada.

A LT, conforme nos apresentam Fávero e Koch (2012, p. 15), é um ramo da linguística que teve início na década de 1960, na Europa, especialmente na Alemanha. Em se tratando da elipse textual, especificamente, não encontramos nenhum registro oficial dos primeiros estudos sobre o assunto, mas algumas informações de pesquisas feitas no campo virtual dão conta de que quem primeiro trouxe o assunto à tona foi o filósofo grego Aristóteles. Ele abordou a elipse

textual em sua obra "Retórica", século V a.C., onde discutiu a omissão intencional de palavras em discursos⁴³ e textos.

Sendo o texto “[...] a forma específica da manifestação da linguagem” (Fávero; Koch, 2012, p. 15), ele é tomado pela linguística textual como unidade básica de investigação. Dado essa necessidade de análise e as lacunas das gramáticas de frase, alguns linguistas desenvolveram a gramática textual que é mais abrangente, uma vez que analisa não apenas o contexto do texto, mas também a semântica, a pragmática, a sintaxe e a fonética do texto.

Koch (1988) analisa como os mecanismos de coesão textual, entre eles a elipse, são considerados por alguns autores renomados; depois examina a função desses mecanismos na construção da textualidade. Após essa análise criteriosa das classificações desses mecanismos e a percepção de alguns problemas, a autora apresenta uma proposta de reclassificação, postulando a existência de duas grandes modalidades de coesão: a coesão referencial (ou referenciação) e a coesão sequencial (ou a sequenciação). Aqui nos ateremos à modalidade na qual a elipse compõe, a saber, a referencial.

A autora diz que essa modalidade se firma entre dois ou mais componentes textuais que remetem, ou possibilitam recuperar, a um mesmo referente. A coesão referencial, segundo a autora, é obtida através de dois mecanismos básicos: a substituição e a reiteração. Sendo que há substituição quando um item da superfície textual for retomado (anáfora) ou precedido (catáfora) por uma

[...] pro-forma – pronominal, verbal, adverbial ou quantitativa, que pode funcionar como pro-constituente, pro-sintagma, pro-oração ou pro-enunciado. Bastante comum é também, em português, a substituição por zero-elipse -, mesmo em se tratando de componentes que exercem a função sintática de sujeito (Koch, 1988, p. 75, grifos da autora).

A autora ilustra sua afirmação como em (44) e (45):

(44) As crianças estão viajando. {Elas} só voltarão no fim do mês.

Ø

(elas – pro-forma pronominal com função de pro-sintagma)

(Koch, 1988, p. 75, grifos da autora)

(45) Você pode me emprestar o carro?

⁴³ Conceituamos discurso como sendo a forma de expressão das ideias e dos pensamentos, compartilhados por meio da linguagem escrita ou falada, considerando o contexto, a ideologia, a intenção do emissor e o impacto que causa no receptor, ou seja, é aquilo que envolve o que é dito, como é dito e quem o diz, e como esse discurso é recebido por quem o ouve.

- 45a. Não. (Ø).
 45b. Não posso (Ø).
 45c. O.K. Mas é porque confio em você.
 (45a. – elipse de enunciado; 45b. elipse de oração; 45c. pro-forma verbal).
 (Koch, 1988, p. 76, grifos da autora)

Apoiando-nos em Koch (1988), podemos afirmar que, em (44), a elipse encontrada no segundo período é resgatada a partir do sujeito do primeiro período. Já em (45) há três possibilidades de respostas, todas com elipse resgatável, conforme explicado pela própria autora.

Fávero (2007) também trata a elipse como um caso de coesão textual, tal qual Koch (1988). Analisa as propostas de classificação das relações coesivas que podem estabelecer-se formalmente num texto, tomando por base Halliday e Hasan (1976), Marcuschi (1983), Mira Mateus *et alii* (1983), Fávero, L. L. & Koch (1985, obra não publicada). Ao final, a autora também propõe uma reclassificação das funções que exercem esses mecanismos na construção do texto e não de classes de palavras, de léxico etc., sendo: referencial, recorrencial e sequencial *stricto sensu*. É nessa nova classificação que encontraremos a elipse mais detalhada, na visão da linguista.

Fávero (2007) ratifica que “[...] há certos itens na língua que têm a função de estabelecer referência, isto é, não são interpretados semanticamente por seu sentido próprio, mas fazem referência a alguma coisa necessária a sua interpretação”. Na seção intitulada “substituição”, no ponto “observações sobre substituição”, no item 6, a autora expõe sobre elipse, dizendo que

Além da substituição por pro-formas, pode ocorrer também a substituição por zero (Ø) — elipse — de entidades já introduzidas no texto. *A elipse pode aparecer substituindo qualquer elemento linguístico, embora costume limitar-se aos que podem ser substituídos por pro-formas* (Fávero, 2007, p. 23, grifo nosso).

A linguista traz a elipse como substituição por (Ø), que pode substituir “qualquer” elemento linguístico, mas chama a atenção para o fato de esse fenômeno ser costumeiro em condições de ser substituído por pro-formas. O que podemos perceber é que há um consenso entre Fávero (2007) e Koch (1988) no tocante ao uso da elipse nos textos, cuja função perpassa pela coesão referencial.

Consoante Fávero e Koch (2012, p. 53), “A elipse consiste na omissão de um item lexical recuperável pelo contexto, ou seja, a substituição por zero Ø”. Os tipos de elipse

previstos pelas autoras são de: elementos nominais, verbais e de orações. Assim como exemplificam em (46), (47) e (48):

(46) Esta decisão foi a Ø (decisão) mais acertada que se poderia tomar.

(47) Meu irmão gosta de esportes, e eu, Ø de leituras.

(48) Aceita um bombom? – Sim (Ø).

(Fávero; Koch, 2012, p. 54)

Em (46), observamos um fragmento em que o substantivo “decisão” é omitido, mas é, facilmente, recuperável no cotexto. Em (47), omitiu-se o verbo “gostar”, e em (48) há uma omissão da oração “Sim, eu aceito um bombom”, a resposta à pergunta limitou-se apenas ao “sim”. A construção não ficou prejudicada, uma vez que o item ilidido é recuperável pelo cotexto.

Fávero e Koch (2012) ainda nos dizem que

A referência, a substituição e a elipse assemelham-se sob certos aspectos. Poder-se-ia dizer que a substituição é um tipo particular de referência e *a elipse, um tipo especial de substituição*. A distinção entre substituição e referência é que aquela é uma relação mais gramatical (nível da palavra), enquanto a referência é mais semântica (nível do significado). Já no caso da elipse, deixa-se de dizer alguma coisa que fica, portanto, subentendida (Fávero; Koch, 2012, p. 54, grifo nosso).

As autoras tratam a elipse como substituição pelo fato de a lacuna substituir o termo, ou seja, o termo não possui codificação morfossintática, mas é expresso por meio da elipse, cujo sentido pode ser resgatado pelo contexto.

Em se tratando de LT, não podemos deixar de referenciar Antunes (2005) que traz, na obra “Lutar com palavras: coesão e coerência”, uma seção apontando a elipse enquanto um recurso incluso como elemento de coesão textual desde os primeiros estudos linguísticos sobre o assunto. Ou seja, a elipse é uma das “[...] formas que fazem articulação de sucessivos segmentos do texto” (Antunes, 2005, p. 117). A preocupação da autora, no entanto, não envolve classificação ou nomenclatura das elipses, mas o indicativo de continuidade (ou não) que elas constituem no texto, reconhecendo a possibilidade de inclusão de “outros aspectos para além da ‘falta’” que elas representam.

Antunes (2005) traz uma observação, também feita por nós, acerca da distribuição das matérias em muitas gramáticas, ao inserirem a elipse como *figuras de linguagem* ou como *figuras de construção de efeito de sentido*, ao que a autora define como “[...] recursos não-convencionais de uso da linguagem, para fins de se obter certos efeitos de expressividade e supõem recursos fonéticos, recursos semânticos, (*sic*) e recursos sintáticos” (Antunes, 2005, p,

118). Será que, na língua em uso, a elipse cumpre apenas esse papel? As outras funções tipicamente textuais desse recurso não encontram referência nas gramáticas, pois são vistas em uma perspectiva mais estilística e menos normativa, segundo a linguista.

As elipses não são reconhecidas nas gramáticas tradicionais enquanto função de coesão textual, mas são reduzidas ao seu papel sintático, ou seja, para Antunes (2005), elas são percebidas como elemento apagado e perdem, assim, a perspectiva textual como fato linguístico. A elipse é a omissão de um termo, uma expressão ou uma frase anteriormente mencionada, marcada pelo próprio contexto ou, por vezes, por uma vírgula. O termo omitido marca que alguma coisa foi retirada do texto, que é compensada pela

[...] presença de outros elementos do contexto que favorecem a recuperação do que é omitido. Na verdade, frequentemente, a elipse vem associada, na sequência do texto, à ocorrência de um tempo verbal ou de uma mesma função sintática. Aliada a esses elementos, é que a elipse pode ser um indicativo de que algo continua em foco. Por isso mesmo é que a elipse é considerada, na perspectiva do texto, uma espécie de reiteração, sem contar com outros efeitos que ela provoca, como a concisão e a leveza de estilo (Antunes, 2005, p. 119).

Para Antunes (2005), a elipse aumenta as possibilidades de uma articulação concisa e mais econômica entre as partes do texto, evitando as repetições não-funcionais ou desnecessárias. A autora aborda uma questão importante quanto ao recurso da elipse:

A competência maior que o recurso à elipse exige é que se saiba escolher *onde usá-la*, em que ponto do texto, alternando-se entre seu uso e o de outros recursos, de forma a não prejudicar a indicação de por onde vai a continuidade do texto. O fato de a elipse se caracterizar por um apagamento, por uma falta, faz ainda com que o seu uso exija um cuidado especial para que, como disse, não perca o fio que amarra o texto (Antunes, 2005, p. 121).

Qualquer termo pode ser elíptico, mas não se pode elidi-lo de forma aleatória, caso contrário, o fio condutor do texto se perde, e o que poderia contribuir com a fluidez do texto se tornará um problema para a compreensão do que é dito, resultado de uma escolha mal-feita. A elipse dá à função coesiva, nas palavras de Antunes (2005), uma dimensão de maior relevância na promoção da continuidade e da coesão textual.

A nosso ver, a elipse ser vista apenas como elemento de coesão textual é limitante, porque, assim como a palavra codificada tem várias funções e pode ser usada para dizer muito, a palavra não materializada também expressa muito do que se pretende falar, como veremos no capítulo 5, quando analisaremos minuciosamente os dados dos nossos *Corpora*. É importante salientar que a LT, aos olhos dos autores que nos sustentam, dá uma relevante contribuição aos

estudos funcionalistas, embora o foco seja perceber a elipse como coesão textual, mas, mesmo nessa perspectiva, é possível notar que a semântica que envolve a elipse é muito mais abrangente do que se prender apenas a essa função.

A Linguística Textual (LT) estuda o texto como unidade básica, abrangendo textos orais e escritos. Nesse contexto, a elipse é analisada como recurso de coesão textual, permitindo a omissão de palavras ou frases recuperáveis pelo contexto. Autores como Koch (1988), Fávero (2007) e Antunes (2005) contribuem para essa discussão, destacando a importância da elipse na construção da textualidade.

A elipse, nessa perspectiva teórica, é entendida como substituição por zero ($\emptyset$), podendo substituir elementos nominais, verbais ou orações. Fávero e Koch (2012) identificam tipos de elipse, enquanto Antunes (2005) destaca sua função na articulação concisa e econômica entre partes do texto. Embora a elipse seja frequentemente vista como recurso estilístico, esses autores enfatizam sua relevância na promoção da continuidade e da coesão textual. A LT revela a complexidade semântica da elipse, transcendendo sua função de coesão textual e destacando sua importância na expressividade linguística.

Na próxima seção deste estudo, nosso percurso acerca da abordagem da elipse será pelas trilhas da Gramática de Construções.

3.4 A Elipse sob o olhar da gramática de construções

No Brasil, qualquer trabalho que exista sobre elipse na perspectiva da Gramática de Construções (GC), ainda é bastante restrito e, possivelmente, não foi publicado até o momento. Encontramos alguns autores, a exemplo de Heine (2011), Hilpert (2014); e Goldberg; Perek (2019), que analisaram a elipse, na perspectiva da GC, em outras línguas que não fossem o português e nos ancoramos nesse conhecimento para nosso estudo.

Sob nossa reflexão, a elipse é uma ideia clara de um elemento excluído que obtém seu significado nos outros componentes da oração ou do contexto extralinguístico. Esses elementos, porém, devem ser comuns aos interlocutores para que a elipse seja licenciada. Caso não haja essa possibilidade, a construção não é licenciada e se torna sem sentido, assim como qualquer outra construção quando as formas sintáticas não se conectam. É consenso entre os autores os quais tomamos como suporte que as elipses são adjacentes frente às categorias que as licenciam e, portanto, elas devem estar dentro da estrutura.

Isso posto, compreendemos que a GT defende que o termo elidido precisa ter uma conexão linguística com seu antecedente (anáfora), ao que nós acrescentamos, ou com um

termo subsequente (catáfora), para que ele possa ser interpretado. Contudo, conforme nos apresenta Heine (2010), o referente de uma elipse, por vezes, não é derivado composicionalmente de palavras, pois esse recurso ultrapassa essa fronteira e nem sempre precisa de um referenciador ou de qualquer outro material linguístico que lhe sirva como referente, como exemplificado em (49):

- (49) DOC: Aí, o que o senhor acha das brincadeiras de sua época e as... em relação com as de hoje?
 INF: Eu acho Ø muito diferente.
 DOC: Em que?
 INF: Eu acho Ø bastan’ diferente, porque é tu... tudo diferente em fa... tu... tudo *falan*.
 DOC: Hum. Como o que?
 INF: As *dança* de primeiro era dum jeito, era uma coisa. E hoje, Ø é de *oto*... de *oto* mo... de *oto* sistema, de *ota* moda, né. Os *namoro* de hoje ...Ø Ø de primeiro era só pegava na mão... eh... e Ø de hoje não. Ø É diferente, *né* (ARA - *Corpus PPVC*).

Esse é um típico exemplo de elipses que aparecem na estrutura em duas situações: na primeira, “Eu acho Ø muito diferente”, qualquer leitor percebe que o complemento de “eu acho” é “as brincadeiras”, porque o contexto no qual a fala do documentador está posta conduz a essa interpretação, assim como em “Ø é de *oto*...”. Contudo, em “Os *namoro* de hoje ...Ø Ø de primeiro era só pegava na mão... eh... e Ø de hoje não. Ø É diferente, *né*”, há necessidade de um conhecimento histórico para a inferência das construções elípticas, dado que antigamente o namoro não passava de um toque na mão, o chamado de “fazer a corte”, realidade que recebeu grandes mudanças até chegar aos dias atuais em que, por exemplo, o hábito do casal dormir junto antes do casamento é algo normal.

Assim, ratificamos o que dissemos anteriormente acerca do referente que deve ser o mesmo para os interlocutores. As elipses apresentadas em (49) foram licenciadas mediante *frames* relacionados às diferenças entre as brincadeiras de hoje e as de antigamente compartilhado pelos falantes, caso contrário estariam sem sentido para o receptor da mensagem pelo fato de ele não conhecer o contexto extralinguístico resgatado da experiência de mundo e da cultura de ambos. Toda elipse licenciada advém de propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas, semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais, é o que proporciona a elas o *status* de construção enquanto pareamento forma↔significado.

Heine (2011) é incisiva ao dizer que a GC

[...] fornece uma estrutura particularmente promissora, porque se baseia na ideia geral de que a linguagem consiste em uma rede hierárquica de

pareamento semiótico básico de forma e significado de diferentes graus de complexidade e especificidade, chamadas construções. O lado da forma inclui padrões sintáticos, morfológicos e prosódicos, enquanto o significado é muito mais amplamente definido do que nas teorias modularizadas, incluindo semântica lexical, pragmática e aspectos da estrutura do discurso⁴⁴ (Heine, 2011, p. 63, tradução nossa).

Partindo do pressuposto de que a GC analisa a língua como uma rede com uma estrutura promissora que parte do princípio de que uma construção é um pareamento forma-função é que a autora nos conduz à análise da elipse na língua inglesa, cuja constatação da linguista é que no inglês podem ser encontradas “[...] formas gradientes de omissão de sentenças iniciais em perguntas de sim/não com função de oferta⁴⁵” (Heine, 2011, p. 55, tradução nossa). Como exemplo, a linguista traz:

- (50) Quer um café?
- (51) Você gosta de um café?
- (52) Gosta de café?
- (53) Um café?
- (54) Café?⁴⁶ (Heine, 2011, p. 56, tradução nossa)

Heine (2011) explica que, embora grandes trechos da fala possam ser deixados de fora, todas as formas de fala em (50) a (54) podem ser usadas para comunicar o mesmo conteúdo. As formas reduzidas podem ser consideradas elipses que é um termo altamente sensível à Teoria Construtivista, devido seu uso implicar suposições sobre representações linguísticas e atividades de processamento que tomam uma sentença gramaticalmente completa como base. Nas palavras de Heine (2011):

Além disso, na literatura, o termo "elipses linguísticas" se restringe, principalmente, a um fenômeno muito específico, ou seja, omissões baseadas

⁴⁴Texto original: [...] provides a particularly promising framework, because it is based on the general idea that language consists of a hierarchical network of basic semiotic form-meaning pairings of different degrees of complexity and specificity, called *constructions*. The form side includes syntactic, morphological and prosodic patterns, while meaning is much more broadly defined than in modularized theories, including lexical semantics, pragmatics and aspects of discourse structure.

⁴⁵ Texto original: [...] gradient forms of sentence-initial omissions in *yes/no* interrogatives with offer function can be found.

- (1) ⁴⁶Texto original: *Wouldyoulike somecoffee?*
- (2) *Youlike somecoffee?*
- (3) *Like somecoffee?*
- (4) *Somecoffee?*
- (5) *Coffee?*

em antecedentes em algum tipo de estrutura sintática paralela, em que o elemento ausente é recuperável do contexto linguístico (intrasentencial e intersentencial) circundante⁴⁷ (Heine, 2011, p. 56, tradução nossa).

Mais adiante, Heine (2011) traz vários questionamentos acerca dessa retomada de contexto para entendimento do termo elíptico e levanta a questão do tipo de relacionamento existente entre as formas em cascata, se elas são baseadas em uma versão completa como em (51) ou se elas representam fenômenos diferentes. Embora, toda essa questão ainda seja pouco estudada no Brasil, podemos nos apossar das palavras da autora quando diz que estudos apontam que “[...] a sentença gramaticalmente completa é o ponto de referência e que a estrutura representa algum tipo de redução da sentença completa”⁴⁸ (Heine, 2011, p. 58, tradução nossa). No entanto, muitos autores consideram esses casos de elipse como “elipse fraca”, “situacional”, “pragmática” ou “elipse semântica”. Heine (2011) ainda diz que

[...] encontramos estudos que sugerem que o fenômeno pertence a uma categoria genuinamente diferente da elipse linguística tradicional e o denominam “erosão” (Thrasher 1974), “fragmentos” (Merchant 2004), “sub-sentenças” (Hall, a ser publicado) ou “não sentenças” (Stainton 2006)⁴⁹ (Heine, 2011, p. 58, tradução nossa).

A autora traz à baila, também, os casos das “elipses não baseadas em coordenação”, aquelas em que o contexto situacional parece desempenhar um papel importante no resgate do que foi elidido. Nesses casos, não há nada para ser pronunciado quanto ao aspecto fonológico. Sendo assim, a pesquisadora aponta que há problemas quando uma abordagem sintática tenta explicar a retomada de uma elipse apenas tomando por base processos pautados em regras na faculdade linguística, pois não há abordagem sintática tradicional que possa explicar satisfatoriamente esse tipo de elipse. No entanto, a autora diz que “Uma explicação teórica diferente para elipses não baseadas em coordenação poderia ser de que a redução não ocorre na

⁴⁷Texto original: The terminological situation is complex, however, because ‘ellipsis’ is a highly theory-sensitive term: its use implies assumptions about linguistic representations and processing activities that all take a grammatically complete sentence as a basis. Besides, in the literature the term ‘linguistic ellipsis’ is mostly restricted to a very specific phenomenon, namely antecedent-based omissions within some sort of parallel syntactic structure, where the missing element is recoverable from the surrounding linguistic (intrasentential and intersentential) context.

⁴⁸Texto original: [...]the grammatically complete sentence is the reference point, and that the structure represents some kind of reduction from the full sentence.

⁴⁹Texto original: [...]we also find studies that suggest the phenomenon to belong to a genuinely different category than traditional linguistic ellipsis and term it ‘erosion’ (Thrasher 1974), ‘fragments’ (Merchant 2004), ‘sub-sentences’ (Hall forthcoming) or ‘non-sentences’ (Stainton 2006).

sintaxe, mas primeiro no nível fonológico”⁵⁰ (Heine, 2011, p. 60, tradução nossa), como em (55):

- (55) DOC: Uhum, deve sê legal. Cê falô que gosta de futebol, assim cê é bom de futebol?
 INF: Não. {risos}
 DOC: Não é? Por quê?
 INF: Eu acho que não Ø, né?
 DOC: Cê tá jogando assim, o povo te chama de perna de pau é?
 INF: É {risos}.
 DOC: {risos} Eu sei. Mas quê que cê faz assim, cê joga ni que posição?
 INF: Ø Na zaga.
 DOC: Na zaga?
 INF: É.
 DOC: Cê costuma fazê gol?
 INF: Não. {risos}
 DOC: Não?
 DOC: E essa é sua única diversão?
 INF: É, minha única diversão é essa.
 DOC: Se você fosse jogadô de futebol famoso assim, você gostaria?
 INF: Não.
 DOC: Por que não?
 INF: {risos} Porque não Ø.
 DOC: Por quê?
 INF: Porque eu Ø só esporte mesmo, mas pa falá assim Ø aí jogá Ø.
 (MSS - *Corpus PPVC*)

O que podemos observar em (55) é que o falante em “Porque eu Ø só esporte mesmo, mas pa falá assim Ø aí jogá Ø” utiliza do recurso da elipse para dizer que, apesar de gostar de futebol, de jogar como lazer, ele não quer ser jogador famoso. São elipses em que não há antecedente linguístico explícito nem uma estrutura posposta que possa ajudar na interpretação, são as “elipses não baseadas em coordenação”, nas palavras de Heine (2011), mas que são perfeitamente possíveis de interpretação dado ao que muitos autores chamam de “elipse situacional”, ou seja, as elipses cujo referencial é extralinguístico, conforme dito anteriormente.

Hilpert (2014), nessa linha teórica, acrescenta aos estudos discussão bastante interessante acerca da elipse na Língua Inglesa, a qual podemos tomar como base para nossa pesquisa, considerando as peculiaridades pertinentes a cada idioma, nesse caso, o inglês, estudado por ele, e o português, estudado por nós. Então, apossamo-nos das palavras do autor para dizer que “Para todas essas construções, é bastante simples argumentar que aspectos de

⁵⁰ Texto original: A diferente theoretical explanation for non-coordination-based ellipsis could be that the reduction does not take place in syntax, but first on the phonological level.

sua forma ou significado não podem ser previstos a partir de padrões mais gerais que existem na gramática [...]”⁵¹ (Hilpert, 2014, p. 50, tradução nossa), e, para uma melhor compreensão, ratificamos que o autor se refere à GT da Língua Inglesa, que estendemos à GT da Língua Portuguesa, por sabermos que esse compêndio não dá conta de todos os usos da língua, sendo um deles a elipse, vista apenas como recurso de coesão textual ou de “economia de palavras”, este último preconizado por Cegalla (2008).

Para Hilpert (2014), as elipses, por não possuírem significado próprio, funcionam em diferentes construções e “[...] produzem sentenças com significados que podem ser trabalhados, processando os sentidos das palavras componentes”⁵² (Hilpert, 2014, p. 55, tradução nossa). Ademais, cada palavra ou sentença elidida possui o significado que lhe é dado pelo falante e inferido pelo interlocutor, tomando por base as generalizações da fala que podem ser várias ao mesmo tempo. Em outras palavras, concordamos com o fato de que cada elipse possui um sentido que lhe é atribuído pelo contexto, seja ele linguístico ou extralinguístico. Esses sentidos são, portanto, abstratos e “[...] representam dificuldades para uma análise esquemática”⁵³ (Hilpert, 2014, p. 56, tradução nossa).

No entanto, mesmo vislumbrando todos esses aspectos da elipse, o linguista ainda afirma que “O que permanece como um verdadeiro problema [...] é o caso das construções elípticas”⁵⁴ (Hilpert, 2014, p. 56, tradução nossa), porque esse tipo de construção tem as características das regras tradicionais, ainda que não possua significado próprio, mas adquirido por meio de um referente. O autor ainda enfatiza, a esse respeito, que “Se atribuíssemos graus de ‘sem sentido’ a diferentes construções, esses tipos de construções certamente estariam no topo da lista [...]”⁵⁵ (Hilpert, 2014, p. 56, tradução nossa), porém

[...] generalizações puramente formais, ou seja, construções sem significados, não têm lugar natural na construção. De fato, se a Gramática da Construção deve ser vista como uma verdadeira teoria do conhecimento linguístico, então essa teoria fará a forte afirmação de que não deve haver construções sem significados⁵⁶ (Hilpert, 2014, p. 57, tradução nossa, grifo nosso).

⁵¹ Texto original: At the same time, there are syntactic forms for which it is quite difficult to establish a meaning in anything but the most general of terms.

⁵² Texto original: [...] do not lead to coercion, they do not convey meanings of their own, and they yield sentences with meanings that can be worked out by processing the meanings of the component words.

⁵³ Texto original: pose difficulties for a schematic analysis.

⁵⁴ Texto original: What remains as a true problem [...] is the case of elliptical constructions.

⁵⁵ Texto original: If we were to assign degrees of ‘meaninglessness’ to different constructions, these construction types would surely top the list [...].

⁵⁶ Texto original: [...] purely formal generalisations, that is, constructions without meanings, have no natural place in the construct-i-con. In fact, if Construction Grammar is to be seen as a veritable theory

À luz do que diz Hilpert (2014), se uma construção elíptica é realizada obedecendo aos padrões sintáticos exigidos para que a frase seja gramatical, não podemos considerá-la como “sem sentido”, pois é axiomático que esse tipo de construção traz consigo significância, valor que lhe é agregado incontestavelmente. Logo, se para a GC uma construção é um pareamento forma-significado, e “não deve haver construções sem significados”, fica legitimado que a elipse é uma construção.

No texto “Eclipse na gramática da construção”⁵⁷, Goldberg e Perek (2019) afirmam que “As construções de elipse são padrões formais nos quais certa estrutura sintática tipicamente expressa é omitida”⁵⁸ (Goldberg; Perek, 2019, p.1, tradução nossa). Apontam alguns exemplos de elipse na língua inglesa, a saber: “elipse de frase verbal”⁵⁹, *sluicing*⁶⁰, *gapping*⁶¹, *stripping*⁶² e comparativa⁶³ e chamam atenção para o fato de que todo idioma necessita se equilibrar no tocante à expressividade e ao fato de ser fácil de produzir.

Fundamentados nesses dois princípios é que podemos considerar que a elipse é um dos recursos utilizados pelo falante para estabelecer esse equilíbrio, pois as construções elípticas podem ser motivadas também pela nossa necessidade de expressar nosso pensamento de forma mais econômica. Tendo como premissa de que essa é uma realidade das línguas em geral é que analisamos como relevante salientar que as construções elípticas devem ser recuperáveis no contexto linguístico ou no contexto não linguístico, mesmo que o entendimento fique subentendido no que não foi dito. Afinal,

of linguistic knowledge, then this theory will make the strong claim that there should not be any constructions without meanings.

⁵⁷Texto original: Ellipsis in Construction Grammar

⁵⁸Texto original: ELLIPSIS constructions are formal patterns in which certain syntactic structure typically expressed is omitted.

⁵⁹Na elipse de frase verbal, conhecida também como “[...]elipse de VP, o constituinte elidido é o VP (do inglês *verbal frase*). Em português, esse tipo de elipse se caracteriza por ser licenciado tanto por verbos auxiliares e modais quanto por verbos principais, diferentemente de outras línguas românicas. (10) A: Quem pode ler essa frase para mim? B: João pode [VP ~~ler a frase~~].” (MILHORANCE, 2014, p. 25).

⁶⁰“O *Sluicing* é uma construção elíptica em que a porção sentencial de um constituinte encabeçado por um pronome interrogativo é elidida, deixando explícito somente o elemento _QU. (25) João toca alguma coisa, mas eu não sei o que __ [TP ~~João toca~~].” (MILHORANCE, 2014, p. 25).

⁶¹Em casos de *gapping* “a elipse lacunar ocorre em sentenças de coordenação e caracteriza-se por elidir o verbo principal da segunda sentença. (16) Alguns comeram pão, outros __ [VP ~~comeram~~], biscoito.” (MILHORANCE, 2014, p. 25)

⁶²O *Stripping* é também conhecido como “despojamento” ou como “Elipse do Argumento Nu e pode ser caracterizada por elidir toda a porção sentencial, deixando para trás um remanescente que é, geralmente, acompanhado por uma partícula de polaridade. (19) Maria comprou um presente para João, mas Pedro não __ [TP ~~comprou um presente para João~~].” (MILHORANCE, 2014, p. 25).

⁶³Goldberg e Perek (2019, p. 1) apontam como exemplo de elipse comparativa: “Seus dentes da frente pareciam sobressair mais do que Henry lembrava”.

[...] a elipse é licenciada por um sistema de construções motivadas; ou seja, pareamentos aprendidos de forma e função. Construções específicas capturam prontamente uma variedade de restrições de forma e função, incluindo aquelas relacionadas à semântica, contexto do discurso, registro, gênero e dialeto⁶⁴ (Goldberg; Perek, 2019, p. 2, tradução nossa).

Nesse sentido, compreendemos que uma elipse não é uma lacuna vazia de significado, mas uma construção licenciada em que, embora não haja explicitamente a codificação morfossintática, há um pareamento de forma-significado, interligado a uma semântica, ao contexto do discurso, ao registro, ao gênero e ao dialeto. Resgatando todos esses aspectos nos elementos linguísticos e nos elementos não-linguísticos, haverá possibilidade de compreensão.

À vista disso, os autores nos dizem que “As funções discursivas dessas construções de elipses vão muito além da simples recuperação de algum conteúdo mencionado anteriormente [...]”⁶⁵ (Goldberg; Perek, 2019, p. 11, tradução nossa). É sabido que nem todas as construções que envolvem elipse possuem ligação com termos antecedentes ou posteriores linguísticos, mas, mesmo não havendo esse tipo de *link*, podem ser inteiramente interpretadas, desde que o pretendido seja recuperável pelos aspectos extralinguísticos. Goldberg e Perek (2019) confirmam isso através dos exemplos (56) e (57).

(56) Elise, Casey (Goldberg; Perek, 2019, p. 10)

(57) Desisti e levei a tigela aos lábios. É o novo eu. Para baixo com etiqueta⁶⁶ (Goldberg; Perek, 2019, p. 11).

O exemplo em (56) pode ser tomado sem antecedente linguístico como forma de apresentação de Elise e Casey. Bastante comum, também aqui no Brasil, a utilização do nome próprio, seguido de uma pausa acompanhada de um gesto de mãos, indicando a outra pessoa que também tem apenas seu nome proferido, configurando, assim “Elise, este é Casey! Casey, esta é Elise!”.

Em (57) há uma construção convencional, sem antecedentes linguísticos, e com o verbo principal elíptico. Sua interpretação é possível graças a uma observação construtiva, dado que seu significado não está associado às palavras. Porém, é inteiramente viável afirmar que o falante evidencia que em um determinado momento de sua vida fugiu às regras da etiqueta

⁶⁴Texto original: [...] ellipsis is licensed by a system of motivated constructions; i.e., learned pairings of form and function. Specific constructions readily capture a range of restrictions on form and function, including those related to semantics, discourse context, register, genre, and dialect.

⁶⁵Texto original: The discourse functions of these ellipsis constructions go well beyond simple recovery of some previously mentioned content [...].

⁶⁶Texto original: ‘I gave up and lifted the bowl to my lips. It’s the new me. Down with etiquette.’

social; isso nos conduz a uma outra ocorrência de elipse bastante comum atualmente em que diante de uma fuga às normas de postura alguém solte um “Quem nunca...?” ou, simplesmente “SQN”. Elipse interpretável apenas pelo contexto extralinguístico.

Julgamos, a partir do que foi exposto, que a elipse, vista sob a perspectiva da GC, configura expressões lexicalmente armazenadas, devendo ocorrer com um número limitado de itens lexicais em posição principal, exibindo frequência *type* alta, em uma categoria produtiva. A GC permite, segundo Heine (2011), a incorporação de perspectivas pragmático-contextuais na descrição gramatical e estabelece as tendências de prototipicidade observadas no conhecimento linguístico.

Os autores Heine (2011), Hilpert (2014) e Goldberg e Perek (2019) abordam a elipse na perspectiva da Gramática de Construções (GC). Embora compartilhem da ideia de que a elipse seja um recurso linguístico que envolve a omissão de elementos, os pesquisadores apresentam diferentes visões sobre sua natureza e funcionamento. Heine (2011) destaca a importância do contexto linguístico e extralinguístico para a interpretação da elipse, enquanto Hilpert (2014) enfatiza a necessidade de considerar a elipse como uma construção com significado próprio, e não apenas como uma economia de palavras.

Goldberg e Perek (2019) complementam essas ideias, argumentando que as construções elípticas são padrões formais que envolvem a omissão de estruturas sintáticas tipicamente expressas. Eles destacam que a elipse é motivada pela necessidade de expressar pensamentos de forma mais econômica e que sua interpretação depende do contexto linguístico e extralinguístico. Em geral, os autores concordam que a elipse é uma construção complexa que envolve a interação entre forma e significado, e que sua análise requer uma abordagem multidisciplinar que considere aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos.

3.5 Concluindo

Analizamos a elipse pelo viés da Gramática Tradicional, da Abordagem Linguística, da Linguística Textual e da Gramática de Construções, cujas perspectivas têm um olhar voltado para o fato de que a elipse é a omissão de termo que pode ser recuperado dentro do contexto ou do cotexto. A GT percebe esse contexto restritamente linguístico; a LT concebe a elipse como um elemento de coesão textual, recuperável no contexto do texto, por via anafórica ou catafórica, em uma classificação de “coesão referencial”; já a Abordagem Linguística e a GC notam que o contexto não-linguístico também pode contribuir para a interpretação das construções elípticas.

A Gramática de Construções enfatiza que toda construção deve ser licenciada. Esse licenciamento da elipse acontece quando o falante é capaz de se fazer compreender pelo que (não) está sendo dito. Heine (2011), Hilpert (2014) e Goldberg e Perek (2019) convergem no pensamento de que os termos elípticos são adjacentes frente às categorias que as licenciam, isto é, aos termos aos quais elas se referem, mesmo que estejam apenas no contexto extralinguístico.

Outro aspecto, trazido pela GC através de Hilpert (2014), e que nos é bastante caro, é o fato de que não há construções sem significado. Consequentemente, não podemos admitir uma elipse desprovida de sentido, mesmo porque elas sempre terão uma motivação estabelecida pelo falante. Conforme dissemos anteriormente, à luz de Goldberg e Perek (2019), as construções elípticas ultrapassam as fronteiras do elemento vazio, sempre há perspectiva de interpretação.

Dessa maneira, nossas análises serão ancoradas na perspectiva da Gramática de Construções que considera a língua em uso. Não queremos menosprezar o que nos apontam as outras perspectivas de análise, mesmo porque elas não são dicotômicas, mas se complementam, agregando conhecimentos, conceitos e análises. Porém, consideramos que a língua só é viva quando o falante faz uso de sua gramática e modifica-a, conforme suas necessidades sociocomunicativas. Esse é nossa principal motivação para nos aportar nesse campo tão vasto dessa teoria que abarca a língua em seus mais diversos usos.

4 METODOLOGIA: CAMINHOS A SEREM PERCORRIDOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Um pintor sabe o que fazer pelo puxão do pincel quando ele puxa através de uma mistura de óleos e pelo olhar de lastes coloridas na paleta.

James Elkins

Um falante sabe onde fazer uma elipse quando ele puxa através de outras palavras um misto do querer dizer e querer calar. E cala-se! E diz!

Elenita Barbosa

Neste capítulo, apresentamos o *modus operandi* da nossa pesquisa. Mostramos os *Corpora* utilizados para análise das elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal, na perspectiva da GC; os processos metodológicos e os critérios utilizados na análise dos dados. Dessa forma, na seção 4.1, tratamos da descrição dos *Corpora* Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC) e Português Culto de Vitória da Conquista (*Corpus* PCVC). Em 4.2, apresentamos o método de pesquisa utilizado e, em 4.3, elencamos os procedimentos de análise de dados.

4.1 Os *Corpora*

Os *Corpora* utilizados em nossa pesquisa foram extraídos do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC) e do *Corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (PCVC). Esses dados de fala foram organizados pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e (Socio)funcionalismo – CNPq, Grupo Janus, vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Sociolinguística e em (Socio) Funcionalismo – LAPESF – PPGELin/UESB, em período que compreende os anos de 2011 e 2015. Inspirados do deus Janus⁶⁷, o grupo leva esse nome por ter um olhar na Linguística Histórica (passado) e outro olhar na Sociolinguística e Funcionalismo (presente), conciliando, assim, a perspectiva da Linguística Histórica, da Sociolinguística, do Funcionalismo, do (Socio)funcionalismo e, recentemente, da LFCU, dado que grande parte das pesquisas organizadas pelo Grupo Janus está ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos das teorias baseadas na variação e mudança da língua em uso.

⁶⁷ Janus (ou Jano) é uma divindade romana que possui uma cabeça com duas faces que lhe permite olhar para sentidos opostos, vê o passado e o futuro simultaneamente como se fosse o presente.

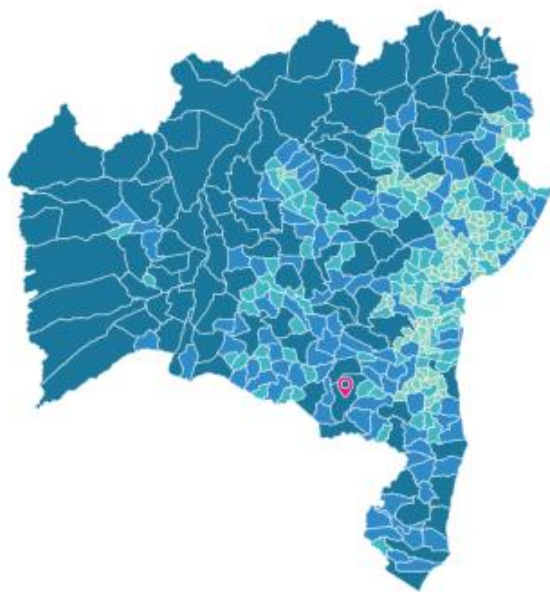
Os *Corpora* foram organizados a partir de um total de 48 (quarenta e oito) gravações com informantes de Vitória da Conquista - BA, sendo que o *Corpus* PPVC foi constituído por entrevistas realizadas com 24 (vinte e quatro) informantes classificados como sem escolaridade ou com até 5 (cinco) anos de escolarização, e o *Corpus* do PCVC foi formado por 24 (vinte e quatro) entrevistas concedidas por falantes com 11 (onze) anos ou mais de escolaridade.

Por conseguinte, fazemos parte, como pesquisadores, do Grupo Janus, do projeto “Estudo de fenômenos linguísticos na perspectiva (sócio) funcionalista, com base na descrição e análise da comunidade de fala de Vitória da Conquista”, cadastrado sob número 34221214.9.0000.00552, no Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), tendo à frente, como responsável, a Prof.^a Dr.^a Valéria Viana Sousa e o Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva, ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* Vitória da Conquista.

Interessante especificarmos que Vitória da Conquista – BA, em tempos remotos, foi habitada por povos indígenas, cujas aldeias que compunham esse território se irradiaram por uma grande faixa, conhecida por Sertão da Ressaca⁶⁸. Fundada em 19 de maio de 1840, Vitória da Conquista conta, atualmente, com uma população estimada de 370.878 (trezentos e setenta mil e oitocentos e setenta e oito) habitantes, distribuída por um território com área de 3.254,186 km², segundo dados do IBGE-2022, e está localizada na região sudoeste da Bahia, como nos mostra a Figura 1:

⁶⁸ Área no sudoeste da Bahia que compreende trechos entre o Rio Pardo e o Rio das Contas, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista.

Figura 1 – Localização de Vitória da Conquista na Bahia



Fonte: Site do IBGE/2022

Apesar de pertencer à região Nordeste do Brasil, e o senso comum indicar que todas as cidades dessa região são quentes, Vitória da Conquista possui clima frio, caracterizando-se como uma das cidades mais frias da Bahia. Terra do biscoito, tem uma variedade inigualável da iguaria vendida em vários pontos da cidade, mas de maneira especial na CEASA, espaço onde possui um galpão dedicado à venda do produto.

4.2 O Método

Nossa pesquisa está centrada em análise na perspectiva sincrônica ou transversal, cujo foco é na investigação das formas e significados utilizados em um determinado momento, pois não seguiremos a temporalidade no decorrer das análises, segundo os princípios de Sampieri *et al* (1998), na tentativa de compreender o sistema linguístico; além disso, a nossa investigação tem um caráter não experimental, pelo fato de os dados não serem manipuladas intencionalmente. A amostra não probabilística será extraída do banco de dados do Português Culto e do Português Popular de Vitória da Conquista - BA, *Corpora* que já fora detalhado na seção 4.1.

Ancorados nessa perspectiva teórica e agregando a LFCU, dedicamo-nos, nesta tese, à investigação das construções com elipse em posição de sujeito, de verbo e de complemento verbal. Diante do exposto, considerando que o número de pesquisas na área ainda é restrito e, resguardados na perspectiva dos postulados do Funcionalismo norte-americano e da Gramática

de Construções (Bybee, 2010; Traugott, Trousdale, 2013), conhecida, no Brasil, como LFCU (Rosário, Oliveira, 2016), é que nos conduzimos pelas seguintes questões-problema: (i) Existem regularidades no delineamento do pareamento de forma-significado nas construções elípticas em posição de sujeito, verbo e complemento verbal? (ii) Em caso afirmativo, de que maneira se caracterizam tais regularidades?

Como resposta para nossos questionamentos, aventamos as hipóteses subsequentes: Para a questão (i) compreendemos que há regularidade no delineamento da forma-significado das construções elípticas. Essa questão será respondida, com comprovação por meio dos dados associados a uma teoria que compreende que uma construção linguística é constituída por um pareamento forma-significado, mesmo que essa construção seja uma elipse. Concernente à segunda questão-problema, hipotetizamos que, apesar de uma elipse não ser uma construção prototípica, por não possuir codificação morfossintática, ela existe devido a fatores cognitivos de domínio geral⁶⁹ (Bybee, 2010); a regularidade da elipse dá-se no ato de fala, quando ela é instanciada e licenciada, no momento em que o falante a utiliza e o interlocutor é capaz de compreendê-la como fenômeno da língua e como termo resgatável do contexto e/ou do cotexto; tais regularidades podem ser categorizadas como: transparentes, semitransparentes e opacas, considerando sua posição em relação ao referente. Assim, estabeleceu-se, na Língua Portuguesa, em um pareamento de forma-significado, incorporado no decorrer do discurso pela omissão de termos.

Os objetivos que norteiam nosso trabalho perpassam pelo objetivo geral que é investigar, em uma perspectiva construcional, as estruturas elípticas em posição de sujeito, de verbo e de complemento verbal na Língua Portuguesa, tomando como amostra os *Corpora* do Português Popular e Culto de Vitória da Conquista; ainda desdobra pelos objetivos específicos, a saber: (i) mapear as construções elípticas de sujeito, de verbo e de complemento verbal nos *Corpora* em uma perspectiva construcional; (ii) analisar as construções gramaticais de elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal, levando em conta a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade; (iii) classificar as elipses conforme o grau de gradiência, tomando por base a posição em relação ao referente; (iv) propor uma rede hierárquica da microconstrução das elipses com base na Gramática de Construções (Traugott; Trousdale, 2013) e na LFCU (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2018; Oliveira; Cezario; 2017; Rosário; Oliveira, 2016).

⁶⁹ Segundo Bybee (2010), o conhecimento linguístico, que envolve o conhecimento de forma e significado, é concebido fundamentalmente do mesmo modo que outros tipos de conhecimento, a exemplo de habilidades cognitivas (como percepção visual, atividade motora, entre outras). Assim, há a compreensão de que os usos linguísticos sejam governados, também, por processos cognitivos de domínio geral.

Para alcançar os objetivos, traçamos caminhos a serem percorridos, a saber: para o objetivo (i), procedemos com o mapeamento de construções gramaticais identificadas nos *Corpora* do PCVC e do PPVC de todos os dados em que aparecerem as formas indicativas de elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal nas entrevistas; para o (ii) realizamos análise dos resultados encontrados nos *Corpora* a partir da frequência *type* e da frequência *token*, considerando a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade. Para essa representatividade, criamos tabelas a partir dos resultados das duas frequências; buscando atender o objetivo (iii), categorizamos as elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal, examinando o grau de gradiência contextual do termo elíptico em relação à proximidade com o termo de resgate, em transparente, semitransparente e opaca, cujos critérios serão melhor especificados mais à frente no Quadro (8); atendendo ao quarto objetivo, propomos a construção de uma rede hierárquica das microconstruções da elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal, a fim de ilustrar as construções elípticas e os três níveis de esquematicidade, sistematizados por Traugott e Trousdale (2021 [2013], p. 48), a saber: esquema, subesquema e microconstrução. Essa rede taxionômica terá a finalidade de mostrar, holística e empiricamente, como o pareamento de forma-significado das elipses se configura na rede.

Prosseguimos com a criação de outras tabelas a partir dos resultados das frequências *type* e *token*, resgatando os processos de categorização, memória rica, analogização e neoanálise, servindo de base na expectativa de validar e aprimorar nosso fenômeno linguístico nos seus termos teórico-metodológicos. Afinal, consoante Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), para essa teoria,

[...] as formas linguísticas são motivadas por fatores de natureza diversa – não apenas comunicativos ou sociais, mas também cognitivos, estruturais e históricos. Esses fatores, em conjunto, atuam de modo diverso nos diferentes contextos de comunicação, complementando-se em uns casos e anulando-se em outros. Isso significa que é importante adotar uma metodologia que leve em conta não apenas a interdependência desses fatores, mas sua atuação contextualmente diferenciada (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013, p. 21).

É por compactuarmos desse pensamento que nos dedicamos a este estudo que trata a elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal em contexto de uso da língua em situações reais de interação social.

Baseados na premissa de que nossa pesquisa está voltada para a perspectiva da Gramática de Construções e nossa análise demanda estratégias e tratamento de dados no modelo

da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), é que almejamos estabelecer um alinhamento entre os métodos qualitativo e quantitativo; escrutinamos, então, dados da língua em uso, coletados através de entrevistas orais. É no panorama de que uma construção tem como metáfora a rede, e que a língua é percebida como uma rede de construções enquanto pareamento simbólico de forma e conteúdo⁷⁰, e ainda, que para se constituir uma construção ou um nó na rede é necessária a convencionalização, é que adotamos para este trabalho de análise da elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal na perspectiva da Gramática de Construções o Método Misto que, consoante Cunha Lacerda (2016), é a associação entre as metodologias quantitativa e qualitativa.

Dessa forma, julgamos importante fazer uma breve caracterização dos princípios que regem a metodologia qualitativa, a metodologia quantitativa e o método misto, visando uma melhor compreensão do processo de escolha pelo método quali-quantitativo.

No que diz respeito à metodologia qualitativa, é fácil notar que ela se dedica a descrever e interpretar o objeto de estudo de forma detalhada a partir do contexto instanciado (Cunha Lacerda, 2016). É nesse método que, consoante Bryman (1998), há uma representatividade considerável da perspectiva do pesquisador sobre determinado objeto, considerando que não apenas o resultado é importante, mas também o processo, a compreensão dos significados que os falantes incutem nas falas, no nosso caso, especialmente, nas elipses. Sendo assim, esse viés de análise propõe as seguintes funções:

[...] a) caracterizar o pareamento entre forma e significado no nível da microconstrução, do subesquema e do esquema; e b) descrever os contextos de uso em que emergem os construtos na língua. Já o levantamento da frequência de uso, que compreende uma análise de natureza quantitativa, se tornaria fundamental se, por exemplo, nosso objetivo fosse comprovar como os construtos, devido à sua alta frequência, passam a ser reconhecidos na língua como padrões microconstrucionais, que se estabelecem a partir de um pareamento simbólico e convencional entre forma e significado; e) [*sic*] compreender a extensibilidade dos níveis mais hierárquicos da rede, atestando que, quanto mais esquemático (com maior número [*sic*] de *slots*) é um subesquema ou um esquema, maior será o número de padrões microconstrucionais sancionados; e f) verificar que, quanto mais produtivo é determinado padrão microconstrucional, maior é a probabilidade de ele servir de exemplar, a partir do mecanismo da analogização – nos termos de Traugott e Trousdale (2013) –, para a emergência de novos padrões microconstrucionais na língua (Cunha Lacerda, 2016, p. 89).

⁷⁰ Por conteúdo, entende-se também função, sentido e significado. Este termo é adotado pelo Grupo de Pesquisa D&G (Discurso e Gramática) da Universidade Federal Fluminense.

Já a metodologia quantitativa mensura os dados estudados, considera a averiguação da recorrência dos usos, buscando eliminar deturpações que possam surgir durante o processo de análise, e isso pode se dar por meio de técnicas estatísticas. Para Traugott e Trousdale (2021, p. 402), os estudos quantitativos “[...] permitem uma abordagem mais pormenorizada da relação entre frequência e fixação e o grau de abstração no qual grupos de falantes parecem organizar seu conhecimento linguístico”. Asseguramos, então, à luz dos autores, que as duas metodologias juntas podem fornecer informações importantes acerca das inovações que emergem no interior das interações comunicativas e que se regularizam na língua, pois elas são complementares. Essa é uma questão bastante pertinente, especialmente, quando se trata de análise de dados da língua em uso.

A partir desses dois métodos de estudo, surge o Método Misto (ou qualiquantitativo), que concilia ambos, intencionando abarcar esses conhecimentos e analisar de forma mais aprimorada o objeto estudado, isto é, faz com que o olhar do pesquisador sobre o objeto pesquisado seja ampliado. Torna-se, então, imprescindível que o pesquisador conheça bem seu objeto de análise, que compreenda seus contextos de uso, que caracterize o pareamento forma↔significado e tenha bem evidenciadas as demais funções propostas pelo método qualitativo, identicamente, a mensuração dos dados proporcionada pelo estudo quantitativo.

Para concretização de nossa pesquisa, detalhamos que nossos dados, envolvendo os *Corpora* PPVC e PCVC, serão constituídos por amostras retiradas, aleatoriamente, de 8 (oito) entrevistas de informantes do Português Culto e 8 (oito) entrevistas de informantes do Português Popular da comunidade conquistense, coletados pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em (Socio)funcionalismo – CNPq, levando em conta a modalidade de interação entre documentador e informante, seguindo a Sociolinguística Laboviana.

Os dados foram capturados em seus contextos, ou seja, foi extraída uma parte maior da ocorrência, buscando localizar com precisão o contexto do uso da elipse de sujeito, de verbo e de complemento, fornecendo, com isso, uma maior condição de análise, como em (58):

- (58) minha mãe cortou o meu cabelo bem machão mesmo, só que Ø ficou assim enroladinho [ININT] eu me lembro como hoje, Ø tenho uma foto desse dia, e eu me lembro que eu tava brincando e eu tava afim de um garoto da rua claro, né, eu era afim de um garoto lá da rua, e eu era muito afinzona dele, aí depois enquanto eu tava lá brincando ele tava aparecendo, Ø Ø com meu vestido amarelo, eu me lembro a cor, aí ele falou “iiiih, alá o menino” tá vestido de vestido, Ø tá vestido de menina que horror, o menino tá vestido de menina, eu num tinha Ø eu num usei

brinco, eu me lembro que eu não tinha brinco eu falei assim “meu deus do céu... eu num sô um menino eu sô uma menina” (DFP – *Corpus PCVC*).

Como é possível observar, uma elipse é compreendida e interpretável no contexto do discurso, pois esse recurso, exatamente por ele ser o que não é dito, por ele não possuir codificação morfosintática, só pode ser resgatado no encadeamento da fala ou da escrita. Por essas razões, optamos pelo destaque de um trecho maior dos pontos de uso das elipses, a fim de que a catalogação, a categorização, a discussão e a argumentação fossem mais precisas; em alguns casos houve necessidade de estender o fragmento à fala do interlocutor.

Após a catalogação dos dados, fizemos a categorização das elipses, contabilizando as frequências *type* e *token*. Os descartes de alguns dados ocorreram quando o informante respondeu apenas “sim” ou “não” para uma pergunta do entrevistador que poderia ser constituída de sujeito e predicado, gerando, assim, elipses de sujeito, de verbo e de complemento, conhecidas como elipse de VP⁷¹, simultaneamente, conforme pode-se observar em (59).

(59) DOC: Abel, você sempre *morô* nesse bairro?
INF: Não Ø (AFSF – *Corpus PCVC*).

Um contexto como o apresentado no exemplo (59) é o típico exemplo da elipse de VP, o interlocutor pergunta se ele sempre morou naquele bairro, ao que AFSF prontamente responde com apenas um “não”, demonstrando que ele já morou em outras localidades diferentes daquele bairro. Nesse caso, a elipse poderia ser preenchida de várias formas, como “Não, (eu) já morei em outros bairros”; “Não, eu não morava nesse bairro”; “Não, (eu) não morei apenas aqui” etc.. Sendo assim, tendo em vista que nosso trabalho envolve as ocorrências de sujeito, de verbo e de complemento verbal, optamos por descartar esse tipo de ocorrência.

A principal dificuldade teórico-metodológica enfrentada incide no levantamento de um embasamento que trate as elipses na perspectiva da Gramática de Construções. Não encontramos na literatura brasileira nenhum enquadre teórico que verse sobre o assunto, optamos, então, por inventariar as funções discursivo-pragmáticas dos contextos de uso dos nossos *corpora*, ancorando-nos nas poucas literaturas estrangeiras.

⁷¹ Elipse de VP é um termo oriundo da gramática gerativa e se refere não só ao objeto, mas a todos os argumentos e adjuntos pertencentes à frase interna da estrutura da sentença.

4.3 procedimentos de análise de dados

Nesta seção, detalhamos como foi o procedimento para a nossa análise dos dados. Dessa forma, explicitamos a análise qualitativa e, a seguir, a análise quantitativa.

4.3.1 Análise qualitativa

Ao procedermos com a análise qualitativa, fomos percebendo a função desempenhada por cada *type* em estudo a partir da situação em que se apresentava. Buscamos, então, identificar as ocorrências que mais se aproximavam uma da outra no contexto de uso para, a partir desse modelo, verificarmos e catalogarmos as que estivessem dentro do mesmo padrão. De posse dessa primeira análise, demonstramos os resultados parciais nos exemplos, aferindo as funções em seus contextos de atuação, o que designamos como microconstruções. Após isso, compendiamos uma visão de cada base de elipse no padrão construcional como subesquema, acompanhado de um comparativo em que as formas do respectivo padrão foram submetidas ao princípio da iconicidade. O esquema, ou seja, o ponto mais abstrato das elipses foi representado tomando por protótipos as construções com sujeito, com verbo e com complemento elípticos, separadamente, como exposto em (a), (b) e (c), respectivamente. A representação em rede será pela categorização criada e adotada por nós, porém segue o padrão construcional a seguir:

- (a) SVO – [$\emptyset$ + V + C]
- (b) SVO – [S + $\emptyset$ + C]
- (c) SVO – [S + V + $\emptyset$]

Em (a), representando a elipse de sujeito em todas as categorias por nós criadas (Quadros 8 e 9), temos a estrutura geral de uma oração, isto é, o esquema geral (+abstrato): Sujeito, Verbo e Complemento (SVO), seguida do subesquema que incorpora a referida elipse: [$\emptyset$ + V + C]. Em outras palavras, temos: $\emptyset$ representando que o sujeito não foi dito, o que não significa que ele está vazio, apenas não foi mencionado pelo falante, mas pode ser resgatado pelo contexto linguístico, pela desinência do verbo ou pelo contexto extralinguístico; V refere-se ao verbo da oração; e C compete a representatividade do/dos complementos.

A estrutura apresentada em (b) segue o mesmo padrão de (a), diferindo apenas que o elemento elíptico deixa de ser o sujeito para ser o verbo, representado, nesse caso, não mais pelo V, mas pelo $\emptyset$, sugerindo que ele é o elemento que se encontra elíptico, com possibilidade de resgate no contexto linguístico, extralinguístico ou em ambos simultaneamente. Seguindo a análise, observamos, então, que em (c) o símbolo que utilizamos para identificação da elipse, $\emptyset$, ocupa a posição do complemento verbal, e o termo elíptico pode ser retomado também na

percepção dos contextos linguístico, extralinguístico ou por meio dos dois. Os colchetes, assim como Traugott; Trousdale (2021 [2013], p. 36) os utiliza para indicar que um “pareamento forma-significado é uma unidade convencionalizada”, também fazemos menção que a elipse, enquanto pareamento de forma↔significado, é uma construção licenciada, instanciada pelos interlocutores. A microconstrução, delineamento de cada elipse, explicita, então, o que fora dito pelo falante, nos mais variados contextos, de cada elipse.

A *posteriori*, na análise que apresentaremos no capítulo 5 desta tese, será mostrada uma visão geral dos padrões supramencionados, retirados dos dados explorados dos *Corpora* PCVC e PPVC, a saber, serão as conclusões a que chegamos com base na teoria estudada por nós e adotada para nossa pesquisa.

Além da categorização dos *types* das elipses (sujeito, verbo e complemento verbal), da criação das redes das construções elípticas⁷² encontradas nos *Corpora* e que serão exibidas na seção subsequente a esta, para nossa análise qualitativa, criamos classificações de cada termo elíptico encontrado em elipse transparente, elipse semitransparente e elipse opaca, tomando como base o termo de resgate de cada elipse, observando cada contexto de uso, como fora mencionado anteriormente nesta mesma seção e como especifica o Quadro 8:

Quadro 8 – Classificação das elipses com base no referente

CATEGORIZAÇÃO	CRITÉRIOS
TRANSPARENTE (T)	quando o termo elíptico estiver no mesmo turno de fala; possuir material linguístico recuperável de forma anafórica no cotexto relativamente próximo do termo de resgate, sendo, dessa forma, facilmente interpretado, sem nenhuma competição com outros termos; estiver na desinência do verbo (quando se tratar de sujeito); quando puder ser substituído por uma forma remissiva gramatical livre ⁷³ em referência a uma palavra já proferida. Esse tipo de elipse é [-marcada]; [+localizável]; [+composicional].
SEMITRANSPARENTE (ST)	quando a distância entre o referente e a elipse for intermediária ou grande (em um processo contínuo) dentro do turno de fala, mas exigir que o interlocutor use a função psicológica para localizar o referente, a fim de que compreenda o que fora dito; quando expressar ambiguidade semântica; quando o termo referenciador estiver em posição catafórica, for resgatado de

⁷² Em termos de esclarecimentos, vale dizer que as elipses foram agrupadas em rede de construção, obedecendo o critério dos *types*, como especificado em (a), (b) e (c). Assim, serão mostradas três redes que compreenderão cada *type* separadamente.

⁷³ Termo utilizado por Koch (2022, p. 38-39) como sendo aquelas formas “[...] que não acompanham um nome dentro de um grupo nominal, mas que podem ser utilizadas para zer remissão, anafórica ou cataforicamente, a um ou mais constituintes do universo textual. A estes ficaria reservada a denominação genérica de ‘pronomes’ ou de pró-formas”. Para nossa classificação, a posição catafórica não se encaixa nas elipses transparentes, mas nas semitransparentes.

	enunciado dito pelo receptor e, por isso, para ser interpretada carece do contexto e do cotexto ⁷⁴ , simultaneamente. Essas elipses são [+marcadas], [+localizáveis], [+composicionais].
OPACA (O)	são aquelas que não possuem material linguístico como referente, ou seja, aquelas cujo resgate se dá pelo contexto sem antecedente linguístico, mas apenas a definitude de fala favorece a interpretação pela força-ilocucionária abarcada pela elipse; ou, ainda, se houver um termo já citado com a mesma morfologia, a mesma função sintática e a mesma fonologia, mas não tiver a mesma semântica, nem a mesma propriedade pragmática e discursivo funcional. Esse tipo é [+marcada]; [-localizável]; [-composicional].

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Queremos salientar que essa classificação não é estanque, mas faz parte de um *continuum*, de forma gradiente, ou seja, não tem como estabelecer limites na categorização, cada categoria vai surgindo a partir da perda de traços da anterior e de ganhos de novos traços, podendo ser ilustrada da seguinte forma:

Transparente	⇒	Semitransparente	⇒	Opaca
contexto próximo		contexto intermediário/distante		contexto extralinguístico

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A nomenclatura adotada por nós dá-se, especialmente, para facilitar a análise de todas as elipses, em uma compreensão de que elas podem estar evidenciadas na circunstância da fala ou apenas nas adjacências do que é dito, facilitando que outros pesquisadores ou mesmo interessados pela categorização descortinem os três contextos de forma mais efetiva, mais factual. Consideramos importante esclarecer ainda que os graus de gradiência foram operacionalizados a partir de uma inquietação de nossa parte no que se refere à posição da elipse em relação ao seu referente e o que isso representa no processo sociocomunicativo.

4.3.2 Análise quantitativa

A quantificação de nossos resultados se dará por número de ocorrências e por seus respectivos percentuais, tomando por base a classificação elaborada por nós, apresentada na Tabela 1, uma vez que precisaremos contabilizar a frequência *token*. Assim como qualquer outra

⁷⁴ Contexto – Segundo Marcuschi (2008, p. 87), as relações contextuais “[...] se estabelecem entre o texto e sua situacionalidade ou inserção cultural, social, histórica e cognitiva (o que envolve os conhecimentos individuais e coletivos)”.

construção, a construção com elipse está sempre a serviço dos falantes, no próprio inventário da língua, como recurso relevante no cumprimento das funções discursivo-pragmáticas. Isso se dá pelo fato de, embora não possuírem codificação, as elipses representarem uma correspondência simbólica com significado em momentos de interação social, ou melhor dizendo, em situação real de uso da língua. Levando em consideração que a LFCU analisa padrões construcionais da língua em uso, nossa análise nessa perspectiva quantitativa busca contabilizar o uso de ocorrência de elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal nos *Corpora* em análise e, para isso, fizemos uso do programa *Antconc*, do qual trataremos na seção 4.3.2.1.

4.3.2.1 Programa Antconc

O programa *Antconc* foi criado por Lawrence Anthony, é uma das ferramentas utilizadas pela Linguística de *Corpus*, é gratuita para análise de *corpus*, de concordância e de texto, é fácil de ser manuseada, qualquer pessoa tem livre acesso e a entrada se dá pelo *link* <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>, no qual em apenas uma janela de entrada é factível o acesso a diferentes opções de análise que permitem ver o contexto em que uma construção se insere, a quantidade de vezes que ela aparece e tantas outras informações de quantificação que o pesquisador queira saber. No caso das elipses, foi contabilizada a quantidade de vezes em que cada *type* aparece (sujeito, verbo e complemento verbal) e foi calculada a proporção da categorização feita por nós. Em outras palavras, foi possível mensurar o total de sujeitos transparentes, semitransparentes e opacos; de verbos transparentes, semitransparentes e opacos; e de complementos verbais transparentes, semitransparentes e opacos.

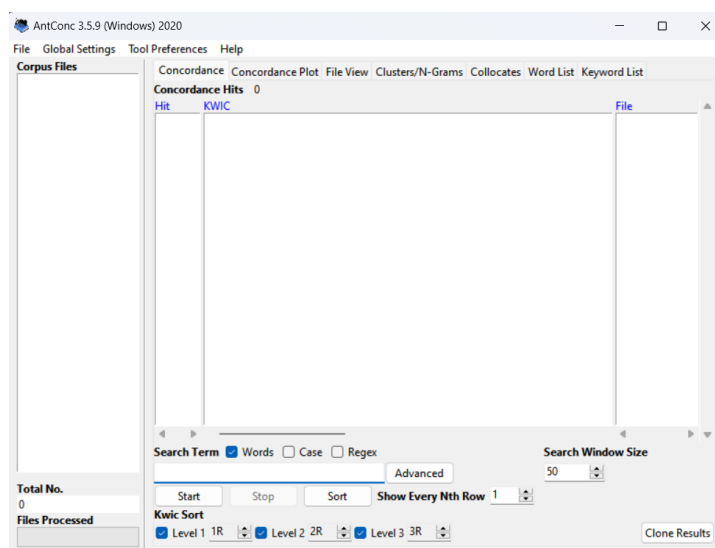
Para o alcance desses dados fizemos a primeira rodada que nos apresentou a quantificação dos *types*; a segunda rodada para totalizar apenas os sujeitos transparentes; a terceira rodada para o cômputo dos sujeitos semitransparentes; a quarta rodada verificamos o total de sujeitos opacos. A partir da segunda rodada que já contabiliza os números dos *types* específicos procedemos com os mesmos protocolos, obtivemos, assim, os números relacionados às classificações dos verbos e dos complementos verbais, totalizando 10 (dez) sequências de análises.

A seguir, apresentamos uma sucessão de imagens que mostram cada passo percorrido para o alcance dos resultados que serão apresentados no capítulo 5 desta tese.

Figura 2 – Tela inicial do site *Antconc*

Fonte: site <https://www.laurenceanthony.net/> (2024)

Ao acessar a página apresentada na Figura 2, o internauta faz a opção pela versão de sua preferência. Nesse caso optamos pela versão *Antconc 3.5.9 (Windows)* 2020, cuja entrada se dá no “*Windows (instalador) (4.2.4)*”, que, ao ser acionado abre a página expressa na Figura 3:

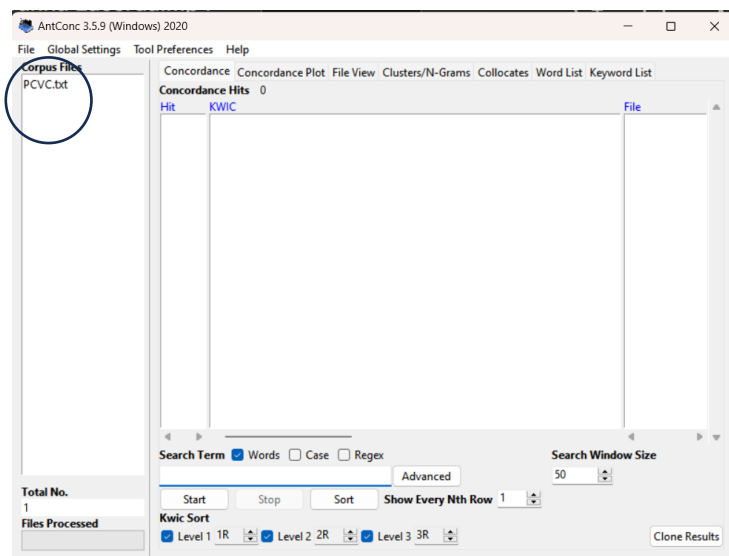
Figura 3 – Tela inicial do programa *Antconc 4.2.4*

Fonte: Programa *Antconc* (2024)

Nessa janela, começamos, então, a exportar para o programa os arquivos com os dados para a quantificação. No entanto, é necessário que esses arquivos estejam convertidos e salvos em formato “*.txt*” (texto sem formatação) ou “*.html*”, posto que apenas nesses formatos os dados são lidos pelo *AntConc*. Para importar o arquivo basta abrir a aba “*file*”, acessar “*open file(s)*”

que o usuário será direcionado para seus arquivos. Devemos clicar sobre aquele com o qual iremos trabalhar que ele, automaticamente, será transportado para o programa.

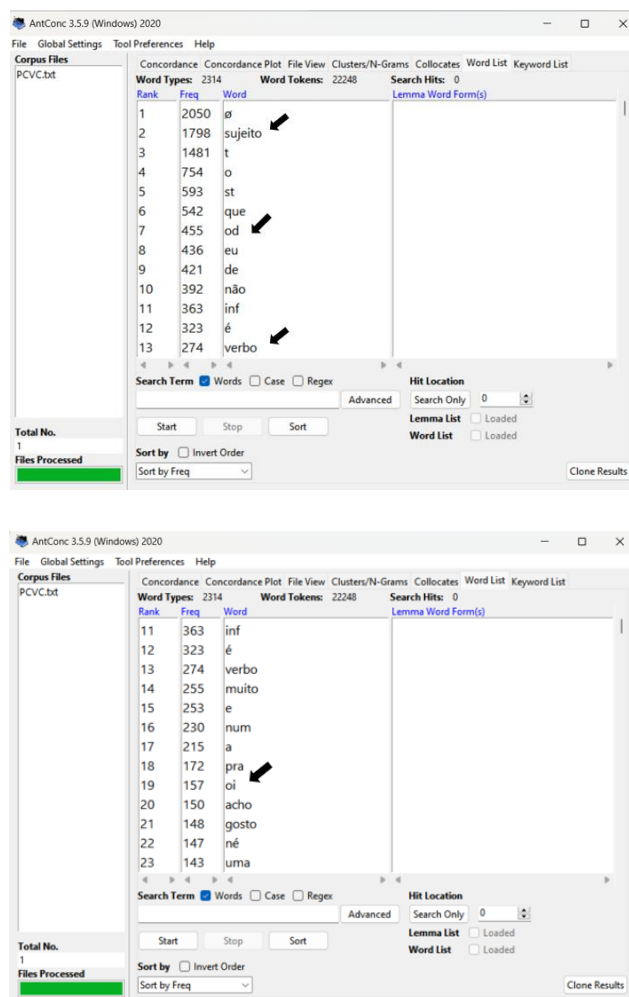
Figura 4 – Tela com o arquivo que será usado na rodada 1



Fonte: Programa *Antconc* (2024)

De posse do arquivo do *Corpus* PCVC no programa, procedemos da seguinte forma com a primeira rodada: (i) clique na aba “*Word List*”, aparecerão três colunas: “*Rank*”, “*Freq*” e “*Word*”, elas darão a informação do número total de palavras do *corpus*, a frequência *token* de cada uma delas e a lista dessas palavras, respectivamente. Foi nesse processo que encontramos a quantificação das elipses de sujeito, de verbo e de complemento presentes no *Corpora* PCVC e PPVC, sendo que, na primeira rodada, escolhemos trabalhar apenas com o primeiro e depois com o outro, como mostra a Figura 5:

Figura 5 – Primeira rodada para quantificação dos types de sujeito, verbo e complemento verbal (PCVC)



Fonte: Programa *Antconc* (2024)

De posse do resultado geral dos *types* de sujeito, de verbo e de complemento verbal, que atingiu o número de 4.723 (quatro mil, setecentos e vinte e três) ocorrências das elipses objeto deste estudo, vamos para as próximas rodadas em busca dos números referentes à cada categorização elaborada por nós para cada *type*.

5 ANÁLISE DOS DADOS: O SILÊNCIO NÃO SIGNIFICA VAZIO

É sempre bom lembrar
que um copo vazio está cheio de ar.
Que o ar no copo ocupa o lugar do vinho,
que o vinho busca ocupar o lugar da dor.
Que a dor ocupa metade da verdade,
a verdadeira natureza interior.

Chico Buarque

Nossos dados foram analisados com base nos pressupostos teórico-metodológicos da GC e da LFCU, conforme apresentados no capítulo 2. Este capítulo é dedicado à apresentação dos nossos resultados, com reflexão acerca das nossas hipóteses e está distribuído da seguinte forma: Na seção 5.1, conceituamos a elipse na perspectiva da GC e da LFCU; na seção 5.2, temos a apresentação dos aspectos quantitativos das frequências *token* e *type* das elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal; em 5.3 tratamos da abordagem acerca dos aspectos formais (fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos) que os tipos de elipse estudados abarcam; na seção seguinte, 5.4, trabalhamos com as características funcionais (semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos) apresentados por essas construções; em 5.5, trazemos a rede de construção das elipses especificadas em 5.1; e, na seção 5.6, apresentamos nossas impressões acerca da análise.

5.1 Conceituando a Elipse com base na GC e na LFCU

Faz-se necessário, inicialmente, rememorarmos a valiosa colaboração que a GT, a abordagem linguística, na visão prescritiva da língua, e a LT fornecem para nossa análise. A GT aborda a elipse como facilmente recuperável, e o é, considerando que esse fenômeno é instanciado no encadeamento do discurso. Nas palavras de Cunha e Cintra (2008), a elipse é usada para concisão ou rapidez de um enunciado, mas os autores não fazem referência aos significados que as elipses conciliam nos contextos de fala.

Na perspectiva da Abordagem Linguística, a elipse é notada como fenômeno de omissão de um termo que pode ser compreendido no contexto ou na situação de uso (Camara Jr., 1986). Neves (2018b, p. 1154) menciona a elipse como “[...] extremamente funcional no uso regular da linguagem [...]”, porém dá ênfase ao fenômeno enquanto elemento de coesão textual. Nessa ótica, a autora, assim como Azeredo (2008), não faz alusão ao significado que a elipse abarca no contexto de uso, mesmo reconhecendo-a como recurso relevante na língua.

Para a LT, a elipse é um elemento de coesão textual, anafórica ou catafórica. O fenômeno é um tipo especial de substituição, posto que substitui um componente com função sintática específica, exercendo uma relação gramatical. Nessa perspectiva, os estudos sobre a elipse vão ao encontro do que apresentam nossos dados, mas não se limitam a isso.

Antecedendo as análises qualitativa e quantitativa que pretendemos fazer acerca dos dados coletados, julgamos necessário resgatar alguns conceitos da elipse nas perspectivas da GC e da LFCU, tomando por base os estudos realizados para a construção desta tese. Para estabelecermos o conceito a que nos propomos, reconhecemos como inegável que todos os falantes, independentemente do nível de escolaridade e da modalidade da qual fazem uso, operacionalizam as elipses em seus diversos contextos sociocomunicativos e, por isso, esse recurso não deve, nem pode, ser analisado fora do uso efetivo da língua nas mais diversas modalidades, conforme preconiza o Funcionalismo Clássico, cujos princípios são adotados pela LFCU.

Assim compreendemos a elipse como:

- (i) *Fenômeno da língua*;
- (ii) *Princípio da economia*;
- (iii) Elemento que possui *conectividade* com um termo antecedente (anafórico) ou posterior (catafórico);
- (iv) Possui *iconicidade* fonológica, morfológica e semântica no cotexto e no contexto de uso;
- (v) *Elemento de Coesão textual*;
- (vi) *Pareamento* $F \leftrightarrow S$.

Pautados nessa concepção, percebemos que as elipses são um *fenômeno da língua* baseado em contextos linguísticos e extralinguísticos, cuja simbiose entre discurso e gramática justifica, assim como os demais fatos da língua, uma investigação simultânea e não fragmentada ou isolada, tanto da estrutura linguística quanto das funções que a elipse absorve no ato da comunicação.

A subjetividade, a intersubjetividade e a economia linguística estão intimamente ligadas à elipse pelo *princípio da economia*, posto que o termo elíptico agrega significado no ato da fala, e o emissor tendencia a falar apenas o que ele considera salutar para a compreensão do ouvinte que fará as inferências/interpretações partindo do que lhe foi exposto, conforme evidenciaremos na análise a seguir. Vale ressaltar que a elipse existe pela necessidade que temos de expressar nosso pensamento de forma mais econômica, e ela se realiza no ato de fala, exatamente pela relação que desempenha entre o discurso e a gramática.

Partindo desses princípios, reconhecemos que a elipse deve, também, ser categorizada como um recurso que está relacionado à *conectividade*, dado que é necessário haver uma conexão entre esse fenômeno e o termo elidido, já que a elipse deve ser resgatada no contexto de fala, seja ele linguístico ou extralinguístico. Isso nos condiciona a adotar essa premissa, uma vez que a LFCU analisa a língua a partir desses dois contextos. Além disso, não é difícil perceber que todas as elipses existem no encadeamento do discurso, o que as impõe a estabelecerem um robusto elo com o elemento ao qual se referem.

Em nossos estudos, argumentamos, ainda, o fato de as elipses possuírem *base de iconicidade*, uma das motivações desencadeadas pelo Funcionalismo, adotada também pela GC e pela LFCU. As elipses, assim como qualquer estrutura da língua, cumprem um papel sociocomunicativo e, dessa forma, acumulam motivação semântica, morfológica e fonética no contexto ao qual estão inseridas, como em (60):

- (60) INF: Assim, na verdade eu acho que a religião do candomblé é uma religião de chamado, você é chamado para o candomblé e desde criança eu tenho essa curiosidade, eu via vídeos, Ø Ø o povo falando, eu sempre tive vontade de ir e *sabê* como é que Ø era e Ø nunca tive essa acessibilidade até que na época que eu Ø espírita aí um amigo meu me chamou pra ir, aí eu resolvi ir Ø aproveitei a oportunidade, aí eu fui, aí chegando lá eu fiquei, Ø já tinha sonhado com o *lugá*, Ø que Ø já tinha Ø, sei lá, Ø parecia que era ali Ø o *lugá* que eu deveria *ficá*, aí Ø acabei entrando na religião e tal... Ø resolveu bastante alguns problemas que eu tinha, Ø foi muito ótimo, Ø tá sendo muito ótimo (PUGB – *Corpus PCVC*).

Nesse excerto, apontamos várias elipses, categorizadas como elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal, sendo que todas elas possuem iconicidade, ou seja, motivação de uso, seja por economia linguística, pela semântica de *frames*, pela memória enriquecida, para evitar redundância, para dar ênfase a um outro termo, ou para chamar atenção para a semântica do que estava sendo dito. Nenhuma das elipses estabelecidas pelo informante PUGB é arbitrária, elas são morfológica, fonológica e semanticamente motivadas pelo contexto linguístico e/ou extralinguístico, assim como já mencionamos nesta tese.

À vista disso, advogamos que o contexto sanciona o significado da elipse, especialmente quando às circunstâncias de uso estão abarcados outros recursos, como: tom de voz, gestos, expressão fácil etc., encontrados, especificamente, na oralidade, e que cooperam, de forma inquestionável, na captação da carga semântica que se une às informações enciclopédicas, culturais, sociais etc., à semântica de *frames* e à memória enriquecida, que é organizada no feixe de exemplares de cada falante, para constituir o significado na sua totalidade. Tudo isso faz

com que se estabeleça uma relação muito próxima com a *cognição*, posto que ela é o resultado das relações sociais, culturais, históricas entre outras.

Considerando todos esses aspectos pelos quais as elipses perpassam, é que as conceituamos como um *pareamento forma ↔ significado*, nos moldes apontados por Traugott e Tousdale (2013) e por Croft (2001). Para a GC, não existe construção sem significado, assim como não há elipse sem sentido, como protagonizou Hilpert (2014, p. 57) ao afirmar que “[...] construções sem significado não têm lugar natural na construção”. Isso nos legitima dizer que a elipse é uma construção. Sobre essa questão, retomaremos mais adiante nas análises dos dados, propriamente dita.

Não obstante, cumpre-nos trazer um fragmento que ratifique o que dissemos até aqui. Vejamos o exemplo (61):

(61) INF: Ø Num sei Ø... assim, o filme ele é muito bonito, e ele fala assim da, da outra vida. Então assim pra mim, Ø me marcou porque eu num, Ø num sei se é porque eu acredito Ø, Ø num sei o quê que é, que a pessoa mesmo depois que morre, ela ainda vi...vive ali né, então...aquele filme me marcou, todas as vezes que Ø passa, onde for eu quero assistir Ø (ACMG – *Corpus PCVC*).

Seguindo os mesmos passos da conceituação, vamos observar a presença dos princípios de análise apontados por nós. Primeiro, vamos investigar as elipses desse contexto de fala sob a perspectiva de serem um *fenômeno linguístico*: o fragmento (61) é um trecho de efetivo uso da língua retirado de uma das entrevistas que compõem nossos *Corpora* e é constituído por 8 (oito) elipses, sendo elas de sujeito e de complemento. Analisando o contexto em que cada uma se encontra, podemos depreender que o informante fez uso de um fenômeno natural da língua, seguindo motivações inerentes que nos favorecem analisar o que o levou a lançar mão de tal recurso em sua fala. Todas as elipses, exceto duas, “Num sei Ø” e “num sei se é porque eu acredito Ø”, podem ser resgatadas do contexto linguístico, o que não exige muito esforço do ouvinte para a interpretação do que está sendo dito.

Conforme mencionado anteriormente, o emissor sente-se mais à vontade para dizer somente aquilo que avalia como imprescindível, cabendo ao ouvinte fazer a inferência retomando o contexto e o cotexto. Esse artifício facilita para o falante que não quer dizer tudo, utilizando do princípio da *economia linguística*, sem, contudo, causar prejuízo ao ato comunicativo. Para exemplificar, utilizamos “Ø Num sei...”, que já designa o sujeito na terminação do verbo, logo, expressar o sujeito duas vezes é desnecessário, e o emissor faz sua opção pelo fenômeno da economia linguística. Mas ele (o sujeito) está presente na forma verbal

(sei), é desnecessária a repetição, injustificável, mas, logicamente, o falante não faz essa análise ao proceder com a construção, é um processo natural, espontâneo. A esse tipo de elipse abordada como sujeito oculto, desinencial ou elíptico, resgatável da desinência verbal, que tem como característica ser [-marcada], [+localizável], [+composicional] nós categorizamos como elipse transparente nos moldes apresentados no capítulo que antecede este.

A *conectividade* entre os termos elididos é clara em (61), especialmente, porque quase todos eles possuem o elemento referenciador, seja na desinência verbal ou por meio de um elemento referencial anafórico. Vale evidenciar que, quando o elemento de referência está no contexto linguístico, chamamos de *elipse transparente*; quando ele está distante do elemento elidido, anafórico ou em posição catafórica, ou na fala do interlocutor, classificamo-lo de *elipse semitransparente*; e, quando ele está no contexto extralinguístico, conceituamo-lo como *elipse opaca*⁷⁵. Embora já tenhamos apresentado esses critérios no Quadro 8, no capítulo que trata da Metodologia, julgamos prudente, para fins de detalhamento e de expansão de critérios e melhor compreensão dos critérios, apresentá-lo novamente, Quadro 9, mais bem detalhado.

Quadro 9 – Classificação das elipses em relação ao termo referente

Crítérios	Transparente	Semitransparente	Opaca
Distância do termo elidido em relação ao referente	➤ o termo elíptico estiver no mesmo turno de fala; ➤ possuir material linguístico recuperável de forma anafórica no contexto em posição próxima do termo de resgate, sendo, dessa forma, facilmente interpretável, sem nenhuma competição com outros termos; ➤ estiver na desinência do verbo (quando se tratar de sujeito); ➤ puder ser substituído por uma forma remissiva gramatical	➤ a distância entre o referente e a elipse for intermediária ou grande (em um processo contínuo) dentro do turno de fala, mas exigir que o interlocutor use a função psicológica para localizar o referente, a fim de que compreenda o que fora dito; ➤ o termo referenciador estiver em posição catafórica, for resgatado de enunciado dito pelo	➤ não possuir material linguístico como referente, ou seja, são as elipses, cujo resgate se dá pelo contexto sem antecedente linguístico, mas a definitude⁷⁸ e o contexto de fala favorecem a interpretação pela força-ilocucionária abarcada pelo termo elíptico; ➤ o referente é semântico-discursivamente marginal, sendo

⁷⁵ Essa nomenclatura adotada por nós dá-se, especialmente, para facilitar a análise de todas as elipses, em uma compreensão de que elas podem estar evidenciadas na circunstância da fala ou apenas nas adjacências do que é dito. Além de ser uma conceituação relevante para nosso estudo e facilitar para que outras pessoas descortinem os contextos de forma mais efetiva, mais factual.

⁷⁸ Segundo Givón (2001, p. 399), “O falante codifica um sintagma nominal definido se supõe que o ouvinte é capaz de atribuir-lhe referência única, devido à acessibilidade dêitica da situação ou à acessibilidade do referencial do arquivo permanente[...]”.

	livre ⁷⁶ em referência a uma palavra já proferida; ➤ o referente é semanticamente central para o entendimento do enunciado.	receptor e, por isso, para ser interpretada carece do contexto e do contexto ⁷⁷ , simultaneamente; ➤ o referente contribui de forma periférica ou complementar para a construção do sentido.	recuperado apenas por inferências indiretas.
Ambiguidade do termo elidido	➤ o elemento elidido não possui ambiguidade semântica; ➤ o termo elíptico está diretamente ligado ao foco pragmático do enunciado, com função discursiva clara e central; ➤ a elipse contribui para a continuidade e fluidez do texto ou diálogo.	➤ o elemento elidido pode expressar ambiguidade semântica; ➤ o termo elíptico tem relevância pragmática indireta, mas ainda compreensível dentro do discurso; ➤ a elipse introduz pequenas rupturas na coerência, mas ainda é interpretável com esforço adicional.	➤ havendo um termo já citado com a mesma morfologia, a mesma função sintática e a mesma fonologia, mas não tiver a mesma semântica, nem a mesma propriedade pragmática e discursivo funcional; ➤ a relação pragmática entre o termo elíptico e o discurso é obscura ou negligenciável, dificultando sua interpretação; ➤ a elipse compromete significativamente a coerência textual, dificultando sua recuperação.
Traços do termo elidido	[-marcada]; [+localizável]; [+ composicional]	[+marcada]; [+localizável]; [+composicional]	[+marcada]; [-localizável]; [- composicional].

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nesse prisma, tomando por base o exposto no Quadro 9, tomemos por exemplo as elipses em (61): “[...] assim, o filme ele é muito bonito, e ele fala assim da, da outra vida. Então assim pra mim, Ø me marcou porque eu num [...] aquele filme me marcou, todas as vezes que Ø passa, onde for eu quero assistir Ø”. As três elipses do trecho destacado possuem conectividade com a palavra “filme” presente um pouco antes dos dois contextos de elipse.

⁷⁶ Termo cunhado por Koch (2022, p. 38-39) como sendo aquelas formas “[...] que não acompanham um nome dentro de um grupo nominal, mas que podem ser utilizadas para remissão, anafórica ou cataforicamente, a um ou mais constituintes do universo textual. A estes ficaria reservada a denominação genérica de ‘pronomes’ ou de pró-formas”. Para nossa classificação, a posição catafórica não se encaixa nas elipses transparentes, mas nas semitransparentes.

⁷⁷ Contexto – Segundo Marcuschi (2008, p. 87), as relações contextuais “[...] se estabelecem entre o texto e sua situacionalidade ou inserção cultural, social, histórica e cognitiva (o que envolve os conhecimentos individuais e coletivos)”.

Assim sendo, observamos que os termos elípticos se encontram no mesmo turno de fala do emissor; possuem material linguístico facilmente recuperável, anaforicamente; em “Ø me marcou porque eu num”, “todas as vezes que Ø passa” e “onde for eu quero assistir Ø” pode haver substituição da palavra “filme” por uma forma remissiva gramatical livre, a saber: “ele”, “ele” e “-lo”, respectivamente; não há possibilidade de ambiguidade semântica; os traços dessas elipses são: [-marcada], [+localizável] e [+composicional], estabelecendo, assim, uma conectividade bastante forte, o que as categoriza como transparentes. Nesses casos, compreendemos que há, claramente, uma preocupação com a coesão textual. Embora o falante pudesse lançar mão das substituições pelas proformas, o que também evitaria a repetição que tornaria sua fala enfadonha, redundante; ele, então, opta pela omissão dos termos que auxilia na leveza e na coesão do texto.

Assim como a conectividade, a *iconicidade* também é um dos princípios que marcam fortemente as elipses construídas no fragmento. Há um encadeamento do discurso sem atropelos, sem embaraços de qualquer ordem, a fala flui justamente por que cada elipse contida em (61) tem uma motivação semântica, morfológica e fonética, ou seja, cada elipse está sancionada pelo seu contexto, é regulamentada, referendada, constitui-se naturalmente como pareamento de forma↔significado, e isso fica bastante evidente no exemplo supramencionado.

Tomemos, ainda, como ilustração os trechos: “Num sei Ø...” e “num sei se é porque eu acredito Ø [...]”, ambos não possuem termo de referência, por isso o resgate se dá pelo contexto, cabendo ao interlocutor inferir que, em “Num sei Ø...”, trata-se de uma dúvida acerca do que provocou que o filme “*Ghost*” marcasse positivamente o falante, a definitude sinalizada e a força ilocucionária conduzem à interpretação do termo elíptico.

Em “[...] num sei se é porque eu acredito Ø [...]”, o fragmento, apesar de não possuir elemento de resgate no contexto linguístico, mas no contexto do filme “*Ghost*” que aborda sobre questões espirituais, e, na fala, o informante faz esse resgate da obra, sua motivação para a elipse foi ativada por compreender que o seu interlocutor conhecia o enredo do filme. Por conseguinte, as duas elipses são [-localizáveis], [+marcadas], [- composicionais] e, devido aos traços identificados são categorizadas como opacas.

Nas seções seguintes, abordamos as frequências *type* e *token* dos dados analisados.

5.2 Panoramas quantitativos das frequências *token* e *type*

Nossos *Corpora*, já detalhados na seção 4, que trata da metodologia utilizada para esta tese, são compostos por 16 (dezesseis) entrevistas, sendo que 8 (oito) delas com falantes sem

escolaridade ou com até 5 (cinco) anos de escolarização (*Corpus PPVC*) e 8 (oito) com falantes com 11 (onze) anos ou mais de escolaridade (*Corpus PCVC*)⁷⁹.

Para contextualizar nossa análise, retomamos o capítulo 3 “Ancorando nos diversos olhares sobre a elipse”, quando trazemos o posicionamento de Bechara (2009, p. 108) ao desconsiderar, rigidamente, a elipse de sujeito, ao dizer que “[...] não se pode falar, a rigor, de elipse do sujeito, quando aparece apenas o núcleo verbal da oração (Estudo, Brincamos), já que ele aparece sempre presente na forma verbal flexionada no morfema que representa o sujeito gramatical (1.^a, 2.^a e 3.^a pessoas, do singular ou plural)”. Bechara (2009) justifica seu posicionamento por compreender que quando o sujeito é omitido, mas aparece na desinência do verbo, o sujeito gramatical está representado no morfema de número e de pessoa, o que, para ele, não caracteriza elipse. Defende que tal fenômeno se refere à expansão do sujeito gramatical, e que deixar o sujeito explícito ou não é uma questão não exigida pela GT. Contudo, para nosso estudo, optamos por seguir os princípios adotados por Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2008), que não excluem a elipse de sujeito.

Em se tratando de nossos dados, encontramos tanto no PPVC quanto no PCVC ocorrências de frequências *type* e *token* das elipses, o que, nas palavras de Traugott e Trousdale (2021 [2013]), representam a quantidade dos padrões construcionais presentes em uma construção e a quantidade de vezes que um mesmo padrão construcional aparece no construto, respectivamente.

No primeiro momento, contabilizamos a frequência *token* das elipses de forma geral, através do programa *AntConc*, cujos números serão mostrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Frequência *token* das elipses encontradas nos Corpora PPVC e PCVC

<i>CORPUS</i>	<i>FREQUÊNCIA</i>	<i>%</i>
PPVC	2.043	43
PCVC	2.680	57
TOTAL DAS FREQUÊNCIAS	4.723	

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Com base nos dados apontados na Tabela 1, fica evidenciado que a elipse, a rigor, cumpre um papel salutar nos textos. Importante lembrar que, como nossos *Corpora* são constituídos de entrevistas orais, embora saibamos da presença marcante desse recurso nas duas modalidades de interação sociocomunicativa, nossa pesquisa centra-se na modalidade falada.

⁷⁹ A estratificação social por meio da variável nível de escolaridade está mantida na tese em função dos *Corpora* obedecerem aos moldes sociolinguísticos labovianos.

Os oito informantes de cada *Corpus* construíram suas falas, utilizando um total de 4.723 (quatro mil, setecentos e vinte e três) elipses, englobando as de sujeito, de verbo e de complemento. Desse total, 2.680 (dois mil, seiscentos e oitenta) elipses foram realizadas pelos falantes do PCVC, e 2043 (dois mil e quarenta e três) elipses serviram como recurso aos falantes do PPVC.

Ainda que saibamos que essa estratificação não é salutar para pesquisas de cunho funcionalista, queremos chamar atenção para o fato da relevância das elipses nas falas de todos os falantes, independente da escolaridade. Tendo em vista que o PCVC apresenta um número ligeiramente maior, equivalente a 637 (seiscentos e trinta e sete) elipses, podemos considerar que os falantes desse *Corpus* utilizam mais a elipse pelo fato de serem mais escolarizados, e não se prenderem ao uso da elipse apenas como um recurso de uso limitado. Entretanto, esse tipo de análise cabe a um estudo mais detalhado e de cunho sociolinguístico, o que não é nosso caso.

No tocante à frequência *type*, apresentamos uma análise quantitativa, com uma categorização das elipses da seguinte forma: (i) sujeito; (ii) verbo; e (iii) complemento verbal, cujos dados serão mostrados na Tabela 2:

Tabela 2 – Número de ocorrências da frequência *type* nos *Corpora* PPVC e PCVC

ELIPSES	FREQUÊNCIA	%
De sujeito	3.222	68
De verbo	437	9
De complemento verbal	1.064	23
TOTAL DAS FREQUÊNCIAS	4.723	

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Conforme podemos observar na Tabela 2, a elipse mais frequente, nos *Corpora* analisados, é a de sujeito, com 3.222 (três mil, duzentas e vinte e duas) realizações. Perguntamos se o fato de ela poder ser resgatada pela desinência verbal, por meio do morfema de número/pessoa contribui para essa alta frequência e avaliamos que sim, pois, se a elipse existe para nos ajudar a expressar nosso pensamento de forma mais econômica, essa é uma valiosa oportunidade. O falante julga, a nosso ver, que explicitar o sujeito uma vez que ele pode ser expresso pelo verbo é redundância e traz repetições desnecessárias, e não o expressar facilita a fala, além de torná-la menos cansativa, favorecer a coesão textual em alguns contextos e economizar tempo e palavras. Dessa forma, percebemos que a inexistência da desinência verbal apontando para a localização do sujeito é uma restrição para o uso desse tipo de elipse. Vejamos no excerto (62):

(62) INF: Ø Considero feliz... graças a Deus... Ø considero feliz (ARA – *Corpus PPVC*).

Em (62) temos casos de elipse de sujeito e de complemento verbal, porém, neste ponto da análise, ateremo-nos aos *types* que se referem aos sujeitos das duas orações. Se analisarmos o fragmento apenas pelo que expomos da fala do informante, já fica evidente que o sujeito está em primeira pessoa, tanto na primeira quanto na segunda elipse demarcada por Ø, posto que a desinência verbal (-o) é de 1ª pessoa do singular (eu). Caso o falante quisesse explicitar os elementos sintáticos elípticos, teríamos: “*Eu* me considero feliz... graças a Deus... *Eu* me considero feliz”. Haveria uma repetição do pronome “Eu” desnecessária, visto que o falante expressaria o sujeito por 6 (seis) vezes no mesmo turno de fala, posto que houve repetição da sentença, ou seja, o sujeito estaria marcado em (Eu), na proforma (me) e na desinência verbal (-o), é essa reincidência do termo que foi evitada com a elipse que deu à fala melhor sonoridade, melhor eloquência e eliminação da prolixidade. Aqui os princípios da economia linguística, da iconicidade, da conectividade, associados à subjetividade foram suficientes para a comunicação.

O fato de, gramaticalmente, o sujeito estar presente no verbo, por si só, não justificaria a elipse, pois se assim fosse, todos os sujeitos poderiam ser elípticos, e isso não é possível, uma vez que toda elipse precisa de um referente linguístico ou extralinguístico, mesmo que em alguns casos a identificação seja possível na desinência do verbo e em outros não. Em se tratando de oralidade, essa referência ao sujeito poderá ser feita, ainda, via gestos (mostrar, especialmente, com as mãos o sujeito ao qual se refere), via contexto de uso (referindo-se a uma pessoa que esteja no mesmo ambiente e que seja do conhecimento dos interlocutores etc.).

Durante a quantificação dos *types* das elipses de sujeito, também realizada pelo programa *AntConc*, quando ele nos aponta uma frequência tão alta desse tipo de elipse em relação às outras ocorrências, buscamos compreender o que favorece o uso da elipse nesse contexto e, conseqüentemente, quais são as restrições de uso, eis algumas delas apresentadas no Quadro 10:

Quadro 10 – Elementos favorecedores e restritivos da elipse de sujeito

FAVORECE	RESTRINGE
➤ Elemento de referência no turno de fala	➤ Ausência de elemento de referência
➤ Verbo flexionado na pessoa do sujeito	➤ Verbo flexionado em outra pessoa que não seja a do sujeito
➤ Não houver ênfase semântica no sujeito	➤ Houver ênfase semântica no sujeito

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Notamos que a presença do elemento referenciador no turno de fala é o maior motivador da elipse de sujeito, embora isso não seja regra, posto que muitos resgates são realizados do turno de fala do receptor que, no caso desta tese, é o entrevistador, assunto que será retomado na seção 5.4 que versará sobre os aspectos formais e funcionais das elipses. Verbo flexionado na pessoa do sujeito mesmo com ênfase no sujeito também motiva o uso da elipse, sendo que este último foi o menos encontrado.

A elipse com segunda maior ocorrência é a de complemento verbal, envolvendo o objeto direto e o objeto indireto, ou seja, esse tipo de elipse ocorre após verbos transitivos diretos e verbos transitivos indiretos. Foram 1.064 (um mil e sessenta e quatro) frequências *types* presentes nos *Corpora* por nós analisados até aqui. Diferentemente do sujeito, os complementos verbais não podem ser expressos por meio de desinências de nenhum outro elemento, mas as elipses desse *type* também podem ser resgadas de contextos linguísticos e extralinguísticos. Em (63) temos um bom exemplo de elipse de complemento verbal.

(63)INF: Não, no momento eu não teria Ø. (ASFS – *Corpus PCVC*)

O termo elíptico no exemplo (63) é o que complementaria o sentido do verbo “ter”, que, por opção do falante, ficou elíptico, mas pode ser resgatado do turno de fala do documentador/entrevistador: “Se fosse para você escolher hoje uma profissão qual você escolheria?”, o falante fez uma permuta da forma verbal “escolheria” para “teria”, o que não traz implicações semânticas que comprometam o contexto. A resposta completa estaria em torno de: “*Não, no momento eu não escolheria nenhuma outra profissão*”, que repetiria a informação já contida no turno de fala anterior. O falante, então, opta pela elipse que lhe trouxe um certo conforto ao se expressar, mais uma vez leva-nos à compreensão da relação entre esse recurso e os princípios já evidenciados.

Nos dados analisados, encontramos alguns aspectos que favorecem a elipse de complemento, conforme Quadro 11:

Quadro 11 – Elementos favorecedores e restritivos da elipse de complemento

FAVORECE	RESTRINGE
➤ Elemento referenciador no turno de fala	➤ Não houver elemento referenciador
➤ Verbo transitivo direto	➤ Verbo transitivo indireto
➤ Intenção semântica a ser interpretada pelo interlocutor de forma subjetiva	➤ Não houver possibilidade de interpretação do termo elidido.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A Tabela 3 aponta os *tokens* de verbos transitivos diretos e indiretos, comprovando o exposto no Quadro 11:

Tabela 3 – Frequência *token* das ocorrências de elipse com verbos transitivos diretos e indiretos

VERBOS TRANSITIVOS DIRETOS	VERBOS TRANSITIVOS INDIRETOS
816	248
DIFERENÇA ENTRE OS DOIS TIPOS DE VERBO	
568	

Elaborado pela autora (2024)

Pela Tabela 3, é possível perceber uma diferença de 568 (quinhentos e sessenta e oito) ocorrências de elipse em relação ao verbo transitivo direto e o transitivo indireto, valor significativo, que motiva o uso da elipse de verbo. Observamos, ainda, que o verbo transitivo indireto com o qual mais se construiu elipse de complemento foi “gostar”.

Em terceira posição de frequência *type*, estão as elipses de verbo com 437 (quatrocentas e trinta e sete) ocorrências. O verbo não é tão simples de ser omitido, mas, apesar de estar em uma frequência mais baixa, os números apresentam-se consideráveis e informam que esse tipo de elipse pode ser instanciado tal como as outras, além de também precisar do referente, seja ele linguístico seja extralinguístico.

Em (64), podemos observar a construção com verbo elidido:

(64) INF: Ah, meus pais... Ø maravilhosos (ACMG – *Corpus PCVC*).

O verbo elíptico em (64) trata-se de um verbo de ligação identificado pela palavra “maravilhosos” que cumpre função de predicativo do sujeito, nesse contexto. O falante optou pela elipse, que, na nossa classificação, é opaca por possuir traços [+marcada], [-localizável], [-composicional], por compreender que a informação mais importante está justamente no termo que qualifica os pais; ele traz, por meio da elipse, uma ênfase semântica para a expressão que foi dita (maravilhosos). Não entendemos que se trata de economia linguística, mas de uma boa oportunidade de uso da definitude e da força ilocucionária, posto que o contexto contribui para que o interlocutor faça a inferência mental daquilo que o falante supostamente queria dizer. Além disso, há um conteúdo proposicional e suas condições de acesso e interpretação estão subjacentes à lógica ilocucionária. É por meio dela que o informante ACMG dá peso ao que é dito acerca do que os pais representam para ele. Julgamos que, nesse caso, a iconicidade e a

conectividade se avultam como relevantes, e o princípio da economia alia-se ao propósito de agregar valor extra ao termo seguinte.

Analisando os dados que se referem aos verbos elididos, notamos que alguns aspectos que os envolvem podem favorecer o uso da elipse, como mostra o Quadro 12:

Quadro 12 – Elementos favorecedores e restritivos da elipse de verbo

FAVORECE	RESTRINGE
➤ Elemento de referência no turno de fala	➤ Ausência de elemento de referência
➤ Verbo na primeira pessoa do singular	➤ Verbo flexionado em outras pessoas que não sejam a primeira do singular
➤ Houver ênfase semântica no predicativo do sujeito	➤ A ênfase semântica não estiver no predicativo do sujeito
➤ Verbo de ligação	➤ Verbo significativo sem elemento referente

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O Quadro 12 representa os contextos que favorecem e os que desfavorecem o uso das elipses de verbo. Notamos que os verbos de ligação, especialmente aqueles cujo uso aponta para uma ênfase na carga semântica do predicativo do sujeito, contribuem para a realização da elipse. No entanto, encontramos em nossos dados casos de elipse com verbos significativos, porém um estudo mais acurado desses elementos restritivos e favorecedores poderá ser realizado em um outro momento de forma mais detalhada.

5.3 Aspectos formais e funcionais: a elipse como construção

Ao pensarmos nos aspectos formais e funcionais de uma construção, estamos mencionando o fato de que toda construção compreende um nó em torno de uma rede taxonômica, hierarquicamente organizada. Diante do objeto ao qual se dedica nosso estudo, é possível que alguém questione como uma lacuna pode constituir esse nó.

Nos moldes de Traugott e Trousdale (2021 [2013]), uma construção corresponde ao pareamento forma↔significado representado pelo modelo simbólico $[[F]] \leftrightarrow [[S]]$, já explicitado no capítulo 2, seção 2.4.4.1. Partindo, então, dessa premissa, analisamos as elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal como construções dotadas do aparato necessário para se constituírem enquanto nó na rede de construções. A rede à qual pertence uma elipse vai depender da “supercategoria” à qual ela está conectada, ou seja, cada termo omitido estará ligado a um determinado elemento, seja no contexto linguístico seja no extralinguístico, e esse elemento, por sua vez, está categorizado conforme a sua generalização, que são os conceitos mais esquemáticos. A essa dinamicidade da elipse é que se atribui a fluidez de seu uso.

5.3.1 Propriedades construcionais da elipse: Forma

Para que possamos justificar o que estamos advogando, iremos trabalhar com as propriedades construcionais de Croft (2001), mostrando a elipse em cada uma delas:

1. Propriedade sintática – envolve a estrutura sintática em que o termo omitido está inserido. Voltando para nossa pesquisa, referimo-nos às funções de sujeito, de verbo e de complemento verbal, pois nenhum termo elíptico é obsoleto, pelo contrário, é necessário, por razões já expostas, apenas não ser dito, porém carece de ser resgatado, conforme mostraremos nos exemplos (65), (66) e (67):

(65)INF: que a professora era... era... era vingativa Ø fazia o ca... a pessoa estudá mesmo... ou Ø estudava, ou Ø caía no bolo. Era assim, e se chegasse mei-dia Ø num desse a lição, então Ø ficava preso. Ø só soltava uma hora da tarde. Todos os dias era assim... (EFO – *Corpus PPVC*).

(66)INF: Olha eu num sei assim... claro que não, sabe? Que é... o... não fala corretamente, hoje usa muita é... principalmente os jovens Ø muita gíria... (JBDF – *Corpus PCVC*).

(67)INF: Bom, eu não gosto Ø, mas se é obrigado a morar porque a lá onde é que eu moro, minha terra, não dá mais pra eu ir pra lá eu tenho é ficar aqui [...] (EJR – *Corpus PPVC*).

Em (65), temos elipse de sujeito; em (66), elipse de verbo, e em (67), elipse de complemento, exemplos que nos ajudarão a compreender o encaixamento das elipses na propriedade sintática. Não é difícil percebermos que os elementos elididos em (64) constituem sintagmas nominais, com função de sujeito, pertencentes à supercategoria de nomes/pessoa, cujo preenchimento pode se dar, tranquilamente, com base nos contextos linguísticos e extralinguísticos, usando o nome ou uma pró-forma, ou pela desinência do verbo.

Já em (66), constata-se a ausência do verbo, cuja supercategoria é a própria classe de verbos (transitividade, número, pessoa, modo, tempo e voz), e, nesse caso, com fácil identificação de preenchimento pelo contexto extralinguístico que se processa com a forma verbal “falam”, “dizem”, “usam”.

No que diz respeito ao exemplo (67), há uma elipse de complemento verbal. O contexto da resposta ocorre a partir da pergunta do entrevistador que deseja saber se o entrevistado gosta de morar em um determinado lugar, ao que ele responde “[...] eu não gosto Ø”. O contexto linguístico resgatado do turno de fala anterior nos remete ao preenchimento da elipse que seria o objeto indireto “de morar aqui”.

Com base no arrazoado no aspecto sintático da forma de uma construção, constatamos que a elipse cumpre, tranquilamente, os requisitos apresentados. A seguir, traremos a propriedade da morfologia.

2. Propriedade morfológica – essa propriedade, em se tratando de elipse, remete à classe gramatical da construção. No Quadro 4⁸⁰, no capítulo “Do Estruturalismo ao Funcionalismo, eis que nasce a Linguística Funcional Centrada no Uso: pressupostos teóricos”, seção 2.4.4.1, apresentamos a propriedade morfológica enquanto dimensão, isto é, quanto ao tamanho, as construções podem ser: atômicas - o termo refere-se às “construções monomorfêmicas, como desinência, ou palavra simples, destituída de vogal temática ou outro constituinte gramatical”); complexas (diz respeito às construções de *chunks*/partes analisáveis); ou intermediárias (são aquelas com partes parcialmente analisáveis) (Traugott; Trousdale (2021 [2013])). Contudo, no que diz respeito às elipses, há a omissão de um termo que cumpre uma função sintática específica, podendo ser, para este estudo, um substantivo/palavra substantivada (um SN)) ou um verbo. Em outras palavras, ao elidirmos um sujeito ou um complemento verbal, omitimos uma palavra pertencente à classe gramatical dos substantivos e, ao criarmos a elipse de verbo, somente um verbo poderá preencher, sintaticamente, aquela lacuna. Façamos essa análise a partir do exemplo (68):

(68)INF: Hoje em dia Ø tá melhor, as coisa tá facilitano (RTN – *Corpus PPVC*).

O fragmento posto em (68) está inserido em um contexto de discussão acerca das dificuldades apresentadas pela vida cotidiana, e o informante afirma que, atualmente, as tecnologias têm facilitado a vida das pessoas. O entrevistado, então, omite o sujeito que poderia ser “a vida”, “as coisas”, termos resgatados do cotexto em posição distante, ou “a situação” (tomado do contexto), ou ainda, por um sintagma nominal mais extenso, como “Viver a vida hoje em dia”, resgatado do contexto e do cotexto. Qualquer uma das opções seria licenciada para a interpretação da elipse, o que nos conduz a dizer que temos, nesse caso, uma construção elíptica de um SN que cumpre função de sujeito, dado a caracterização do preenchimento da elipse.

3. Propriedade fonológica – talvez essa seja a propriedade mais complexa ao se referir à elipse enquanto construção, pois, em uma análise mais superficial, parece que em uma elipse

⁸⁰ Embora o Quadro 4 faça referência às dimensões das construções, optamos por trabalhar com as classes das palavras (nome e verbo), posto que fazemos alusão aos termos elípticos. Assim, analisamos o preenchimento a partir da função sintática que o termo elidido ocupa.

não há nada a que possa ser atribuído a característica de palavra. No entanto, podemos analisar essa propriedade, no tocante à elipse, pela vertente de que a lacuna é a própria categoria fonológica da elipse que é correferencial a um termo anteriormente citado, ou inferencialmente evocado. Desse modo, fonologicamente, a elipse é a lacuna, é a não codificação fonológica que abarca o contexto de uso e da prosódia que lhe é impressa nos atos de fala, constituindo, assim, em sua mente o que (não) fora dito. Sabemos que, na fala, além da prosódia há também as expressões gestuais, como: corporais e faciais que contribuem, significativamente, para a interpretação do termo elidido. Mediante todo esse arcabouço que gira em torno do que é fisicamente dito e do que é dito por meio da elipse, os interlocutores formatam e instanciam a construção. Vejamos o exemplo (69):

(69) INF: Ø Ø Boa. A gente num... assim, num tinha aquela coisa de... de eu contá tudo pra ela, mas Ø era uma relação muito boa (ASA – *Corpus PCVC*).

No excerto (69), temos duas elipses de sujeito e uma de verbo. Na primeira e na segunda, a entrevistada omite o sujeito e o verbo e coloca a carga semântica na palavra “Boa” que cumpre função de predicativo do sujeito, já que o qualifica, mesmo que o termo esteja elidido, mas é resgatável do turno de fala do interlocutor; o verbo “era”, classificado, nesse caso, como verbo de ligação por servir de elo entre o sujeito e o predicativo também é recuperável da fala do entrevistador. A terceira elipse interpretável da mesma forma, pode ser preenchida pelo sujeito “Minha relação com minha mãe” ou “Nossa relação”. Vejamos que os três termos elípticos são interpretáveis sem dificuldade, posto que a compreensão pode se dar pelo resgate dos termos no contexto de fala, na força ilocucionária depositada em “Boa” e, certamente, pela definitude expressa pelo locutor, o que dá ao interlocutor a condição de formatar na sua mente o que fora dito pela elipse.

5.3.2 Propriedades construcionais da elipse: Significado

Forma e significado concebem o pareamento das construções. Em 5.3.1, esboçamos as propriedades da forma, com base em Croft (2001). Nesta seção, prosseguimos com o mesmo propósito de mostrar a relação da elipse com as propriedades do sentido. Inicialmente, é importante salientar que a relação entre forma e significado é interna à construção. As propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais constituem um feixe de extrema

relevância para nós, pois as elipses têm um encaixe perfeito nesse paradigma, uma vez que a elas acumulam sentidos diversos que são advindos dos elementos de referenciadores.

1. Propriedade semântica – as elipses, como já fora dito anteriormente, só existem no encadeamento do discurso; em outras palavras, é na ordenação sequencial dos fatos que a elipse se processa. É necessário que haja não só paralelismo das propriedades da forma para as construções se efetivarem, mas também valor semântico que se refere ao significado atribuído a cada palavra em um determinado contexto. Ele é fundamental para a compreensão de um termo dentro de um texto. Dessa forma, palavras como sentido, referência, denotação, conotação são expressões veiculadas à semântica de uma palavra, contudo, é interessante rememorar que não são sinônimas, especialmente porque não existe sinonímia perfeita (Goldberg, 1995).

Em se tratando de significado, devemos lembrar que uma palavra, inclusive as elípticas, podem ser usadas de maneira literal ou de maneira figurada. Os sentidos figurados se convencionalizam no contexto do uso. Assim, no caso das elipses, um termo pode conter o sentido de seu referente no cotexto ou pode agregar significado no contexto extralinguístico a partir da semântica de *frames* e da memória enriquecida, estabelecendo conexão com o sentido que abarca do contexto da fala. Tomemos como exemplo o fragmento (70):

(70)INF: O que eu faço hoje, é... Ø assim, mais o que eu ensino a eles que Ø tem que *estudá* mais, que Ø tem que entrar numa faculdade, que eu num tive oportunidade de entrá numa faculdade, né? Então eu falo sempre pra eles que hoje Ø tem que ter Ø, porque... hoje quem tem o segundo grau, quem tem o curso técnico precisa mais e ... Ø vou sempre mostrando a eles nas coisas que eles *precisa* né, fazer, é estudar (ACMG – *Corpus PCVC*).

No fragmento de fala, exposto em (70), encontramos seis elipses, sendo: duas de complemento verbal e quatro de sujeito. Dessas, quatro podem ser interpretadas a partir do cotexto; uma do contexto; e uma, de ambos: cotexto e contexto. A primeira elipse “O que eu faço hoje, é... Ø” é de complemento verbal, tem a semântica agregada a partir de um elemento posposto (posição catafórica), ficando exposta a interpretação de o que a mãe faz é ensinar aos filhos que eles têm de estudar. A segunda e a terceira elipses presentes em “eu ensino a eles que Ø tem que *estudá* mais, que Ø tem que entrar numa faculdade”, são elipses de sujeito que têm como referente o elemento dêitico “eles” que, semanticamente, representa os filhos, termo constante na fala do interlocutor. A quarta elipse “Então eu falo sempre pra eles que hoje Ø tem que ter”, também de sujeito, compreende uma semântica um pouco diferenciada, posto que pode ser preenchida com “eles”, referindo-se a filhos ou com “a gente”, tendo o falante

posicionando-se também como sujeito no contexto de fala. Um ou outro preenchimento não compromete a semântica da oração. Em “tem que ter Ø”, a estrutura conduz à interpretação de que, sendo “eles” ou “a gente”, é necessário ter uma faculdade, no sentido de graduação. Já em “Ø vou sempre mostrando a eles”, a semântica do termo elidido está impetrada na desinência da forma verbal “vou”. Nenhum termo é sem sentido, todos são dotados de significado seja literal ou com possibilidade de outros encaixes. Como já fora dito em outros contextos desta tese, nenhuma construção é sem sentido.

2. Propriedades pragmáticas – o ser humano tem uma grande capacidade de uso da linguagem, que não se limita apenas ao reconhecimento do significado das palavras ou aos significados que elas conquistam nos contextos de uso. É preciso perceber a intenção que o falante tem ao dizer algo, o que ele põe de sentido na construção. Assim, a pragmática de uma expressão linguística não se concentra somente no código e na semântica, mas muito mais na intencionalidade comunicativa. Posto isso, é que a compreensão da construção elíptica evidencia informações implícitas compreensíveis a partir de uma estrutura.

Na verdade, é por meio da pragmática que o discurso usado pelo falante induz/conduz o ouvinte às inferências das elipses, a partir da semântica de *frames* e da memória enriquecida que traz feixes de exemplares que irão direcionar ao significado do que fora (não) fora dito. São inferências realizadas conforme a interação entre os interlocutores, são expressões licenciadas pelo contexto. Vejamos o exemplo (71):

(71) INF: Ø Era malina demais. E... um dia chegô um bocado de soldado que Gulhermino robô cem vaca d’uma vez de meu pai e Ø mandô matá meu pai. Aí eu botei Ø pra fora, viu? (ELC – *Corpus PPVC*).

O exemplo (71) inicia com uma elipse de sujeito realizada já para causar um impacto favorecido pela pragmática. A entrevistadora pergunta sobre histórias da infância da informante, e ela prontamente responde, atribuindo a ela mesma (inferência resgatada do contexto de fala do interlocutor) uma qualificação, cuja intenção é demonstrar que ela é alguém determinada, de pulso forte, proativa, significado complementado pelo restante do contexto linguístico. Na fala da entrevistada, o ouvinte é conduzido pela força-ilocucionária a perceber o sentimento de rancor que ela expressa. Além disso, ela usa palavras/expressões como “bocado de soldado”; “Gulhermino robô cem vacas...”; “mandô matá meu pai”; “botei pra fora”, o que ratifica a compreensão do (não) dito.

Em “Ø mandô matá meu pai” há uma inferência sentimental transferida para a flexão verbal “mandô”, afinal era o pai da informante o alvo de Guilhermino, ela quis mostrar para o entrevistador, por meio do tom de voz, dos gestos, e da elipse, a sua mágoa. Logo adiante, ela diz “Aí eu botei Ø pra fora, viu?”, ou seja, sua determinação anunciada desde o primeiro momento é referendada quando ela energicamente informa que colocou os capangas de Guilhermino para correr, e essa interpretação de que se trata dos capangas é feita pela pragmática expressa em todo o contexto de fala e que colabora, em demasia, com o significado da elipse. É a pragmática contribuindo para que a elipse se configure enquanto construção.

3. Propriedades discursivo-funcionais – o ato discursivo é a base para se alcançar o significado do que (não) é dito. Desde o início desta tese, mencionamos que a elipse só existe no encadeamento do discurso, exatamente porque é, no contexto de fala, que nós, na condição de falantes, inserimos os significados dos termos e, com a elipse, o processo não é diferente. Como se trata de termos não codificados morfossintaticamente, a elipse traz consigo significados abstraídos do contexto e do cotexto, cujos exemplos já mostrados comprovam tal afirmação. Agrega-se ao ato discursivo a pragmática e a semântica abarcada por cada elipse ou palavra em seu contexto de uso. No fragmento de entrevista (72), poderemos reforçar o que já está evidente em exemplos anteriores:

(72) INF: Ø...é tudo *jove*, né? Adolescente ainda... mas graças a Deus e nós fui na luta, né? Ø *Trabaiano*... Ø *tentano* {ININT}... nós... com esse tempo todo... sessenta anos nós *vivemo*... na vida conjugal, né? Graças a Deus nesse sessenta ano' foi treze filho, dez já ...já morreu ou... três já morreu e dez já é vivo então esses filho mora tudo [ni] São Paulo e graças a Deus... naquele tempo todos os [dois] tinha vergonha na cara que meu pai falava tanto a moça como o rapaz, né? Ø Tinha palavra de vergonha a forma de namorá era diferente do dia de hoje que não pode nem que... não pode nem compará naquela época, né? No ano de... de cinquenta e um cinquenta e dois então nós *casemo* e nós [foi *viveno*] na luta difícil, né? Ø *Trabaiano* junto na lavôra... e os filho foi *criano*... e Ø foi *casano* e Ø foi... Ø e Ø foi *ino* embora {risos} (JAP – Corpus PPVC).

Nesse fragmento (72), há nove elipses, sendo oito de sujeito e uma de complemento. Nenhuma delas é passível de interpretação se não estiver na sequência do discurso. Em um contexto dialógico, essa sequência se dá não apenas no turno de fala de cada interlocutor, mas no conjunto da situação em que o discurso é posto, afinal uma fala puxa a outra.

Nas três primeiras construções elípticas “Ø...é tudo *jove*, né? Adolescente ainda... mas graças a Deus e nós fui na luta, né? Ø *Trabaiano*... Ø *tentano*”, o preenchimento pode se dar pelas formas “nós” (referindo ao casal); “eu e minha mulher” (como a esposa era geralmente

mencionada), resgatados do contexto de turnos de fala anteriores quando o falante vai desenrolando o diálogo para explicar por que começou a trabalhar muito cedo.

Já em “Ø Tinha palavra de vergonha”, o desenrolar do discurso nos conduz à compreensão de que o falante se referia a “tanto a moça quanto o rapaz” dito anteriormente. Em “Ø *Trabaiano* junto na lavôra...”, a elipse é licenciada ao retomar o dêitico “nós” dito no primeiro momento. É um resgate que se processa pelo contexto de fala. Mais à frente, o informante diz “Ø foi *casano* e Ø foi... e Ø foi *ino* embora”, provocando a inferência do termo “filhos” de forma anafórica. E, em última análise, temos “foi... Ø”, cujo resgate catafórico é do termo embora. É percebido, então, que não se pode analisar construções desarticuladas do uso. Forma e significado complementam-se para que uma construção se efetive e favoreça a comunicação. Semântica, pragmática e a propriedade discursivo-funcional estão voltadas para a organização que o falante faz, vislumbrando o sentido da palavra, o que ela agrega a partir da intenção comunicativa e da organização que o falante faz de sua fala.

Importante ratificar que toda construção regulariza, obrigatoriamente, uma harmonia e uma simetria entre as ideias do que está sendo dito, mesmo que o dito seja por meio de uma elipse, ou seja, é irrevogável a necessidade de estabelecer um encadeamento semântico lógico do termo elidido e a ideia central do texto. Logo, todas as propriedades, sejam de forma ou de significado, não podem ser percebidas na construção isoladamente, mas elas se organizam em torno do todo.

Por todo o exposto nesta seção e mais tudo aquilo que a complementa das seções anteriores, é que advogamos que a elipse é uma construção regular com pareamento de forma↔significado. Por defendermos essa assertiva, passaremos, na seção 5.4, a analisar a elipse no contexto de uso, mostrando o exemplo, discutindo a aplicabilidade desse recurso e categorizando-as segundo os parâmetros adotados por nós.

5.4 O papel das elipses no contexto de uso: análise qualitativa

Após mostrar, por meio dos dados, que as elipses se constituem como pareamento de forma↔significado, nossa segunda análise versa sobre a função da elipse no contexto de fala e acerca da posição de cada uma em relação ao termo a que se refere. Nosso propósito é comprovar que as elipses estão para além da coesão textual e que elas cumprem papel relevante nos usos dos quais os falantes fazem delas. Além do mais, não podemos deixar passar em branco a versatilidade desse recurso ainda pouco estudado e pouco reconhecido.

Em se tratando de estudo da língua, voltado para uma análise funcionalista, é evidente que não podemos fazê-lo de forma fragmentada, fora de contexto, como já fora dito nos capítulos anteriores. Nesta seção, cumpre-nos a missão de validar nossa proposta de classificação dos termos elípticos em transparente, semitransparente e opaca, tomando como parâmetro a posição da elipse em relação ao termo de resgate, além de confirmar que o papel das elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal, no efetivo uso da língua, não é apenas de coesão textual.

Nossa análise será procedida em seções, a saber: serão analisadas, na seção 5.4.1, as elipses transparentes; na seção 5.4.2, as elipses semitransparentes; e na seção 5.4.3, as elipses opacas, todas envolvendo as três funções estudadas por nós: sujeito, verbo e complemento verbal. Importante esclarecer que analisamos todas as elipses dos dados dos *Corpora* PPVC e PCVC, classificamo-las conforme a função sintática e, posteriormente, categorizamo-las nos critérios detalhados no Quadro 9, e todas elas se enquadram nessa categorização proposta por nós. Nosso resultado quantitativo da frequência *token* dessa categorização está representado na Tabela 4:

Tabela 4 – Percentual por categorização final

FREQUÊNCIA TOKEN – PPVC / PCVC	FREQUÊNCIA TYPES	CATEGORIZAÇÃO DOS TYPES	TOTAL	%
4.723	Elipse de sujeito	Transparente	2.186	67,8
		Semitransparente	524	16,3
		Opaca	512	15,9
	Elipse de verbo	Transparente	148	33,9
		Semitransparente	156	35,7
		Opaca	133	30,4
	Elipse de complemento	Transparente	270	25,4
		Semitransparente	375	35,2
		Opaca	419	39,4

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A Tabela 4 sistematiza os números encontrados por nós nos *Corpora* com os quais trabalhamos. Foram 4.723 (quatro mil, setecentos e vinte e três) elipses, sendo 3.222 (três mil, duzentas e vinte e duas) elipses de sujeito, que, analisadas conforme a posição em relação ao referente, ficaram assim distribuídas: 2.186 (duas mil, cento e oitenta e seis) transparentes; 524 (quinhentas e vinte e quatro) semitransparentes; e 512 (quinhentas e doze) opacas. As elipses de complemento verbal compreenderam um total de 1.064 (um mil e sessenta e quatro) ocorrências, sendo: 270 (duzentas e setenta) transparentes; 375 (trezentas e setenta e cinco) semitransparentes; e 419 (quatrocentas e dezenove) opacas. Em um total de 437 (quatrocentas

e trinta e sete) de frequência *token*, estão as elipses de verbo, cuja categorização compreende: 148 (cento e quarenta e oito) elipses transparentes; 156 (cento e cinquenta e seis) semitransparentes; e 133 (cento e trinta e três) opacas.

Como a elipse existe no encadeamento do discurso, em alguns exemplos será imperativo retomarmos o turno de fala do entrevistador para que o uso da elipse seja compreendido; em outros casos, não será necessário. Outro aspecto que deve ser considerado é que esta categorização faz parte de um *continuum*, não sendo, portanto, fechada em si mesma. À medida em que o termo elíptico vai perdendo alguns traços vai se aproximando de outros, o que justifica as três classificações: traços que apontam para uma maior proximidade do referente conferem à elipse a classificação de transparente; quando essa proximidade vai se distanciando, a elipse passa a ser semitransparente; quando não há elemento de referência no contexto linguístico, a elipse sofre um desbotamento quanto ao seu referente, exigindo um maior esforço para que seja compreendida, assim ela é categorizada como opaca, conforme mostrado no Quadro 13:

Quadro 13 – Representação da gradiência da categorização das elipses

Transparente	⇒	Semitransparente	⇒	Opaca
<i>ah...Ø faço doutorado em Memória</i> (resgate da desinência verbal)		<i>Bonecos, Power Rangers eh... soldados, eu tinha muito Ø.</i> (elipse com ambiguidade semântica: muitos bonecos ou brinquedos favoritos?)		<i>num misturava... Ø</i> (resgate do contexto extralinguístico)
contexto próximo		contexto intermediário/distante		contexto extralinguístico

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 13 representa a gradiência da classificação das elipses, apontando que esse processo não se dá de forma estanque, desmembrada uma da outra, mas é ininterrupto, frequente, ou seja, termo elidido mais próximo do referente, transparente, mais distante, semitransparente e sem termo de resgate no cotexto, opaca. Esclarecido esse percurso, passemos à análise.

5.4.1 Elipses transparentes

Como evidenciado no Quadro 9, a elipse transparente é aquela cujo termo de regate está no mesmo turno de fala ou na desinência verbal; possui material linguístico anafórico; pode ser substituído por uma forma remissiva gramatical livre; não possui ambiguidade e os traços são: [-marcada]; [+localizável]; [+composicional].

Examinemos o que nos aponta o exemplo (73), focando, primeiramente, nos casos de elipse transparentes:

(73)INF: Primeiro emprego... meu primeiro emprego foi num banco né... então... eu... eu... é... Ø foi uma experiência BOa é... eu fiquei... Ø fui selecionado entre alguns alunos do ensino médio de Vitoria da Conquista pra... para trabalhar no banco do Nordeste. Eu fiquei lá por dois anos e... Ø foi uma experiência boa né... Ø é uma experiência de estágio; trabalhava meio período [mais] ali eu aprendi muito né... e... Ø descobri que não queria ser bancário {risos} né por mais tenha sido uma experiência boa né... não... é... não me realizava é... com...n'aquela profissão Ø não não me realizaria, depois eu me... descobri como professor mesmo né... Ø acabei é.. é... entrando na docência e... é... Ø encontrei aquilo que eu gostaria de fazer pra... é... ao longo da vida né... (HFDS – *Corpus PCVC*).

No fragmento (73), fica evidente a presença das várias elipses de sujeito em contextos de resgate anafórico e de percepção por meio da desinência verbal. É justamente pela diversidade de circunstâncias que cada elipse agrega um significado, abstraído na sua singularidade. Vejamos que em “... Ø foi uma experiência Boa [...]”, o termo elidido tem a função sintática de sujeito; esse sujeito, especificamente, embora não possa ser depreendido da desinência do verbo, pois ela não daria a informação necessária, afinal qualquer elemento substantivo ou substantivado, ou seja, qualquer sintagma nominal que pudesse ser percebido como de terceira pessoa do singular, poderia ocupar esse lugar. Contudo, há, anteriormente, um elemento linguístico “meu primeiro emprego”, presente no mesmo turno de fala que é resgatado para a interpretação da elipse, é o sujeito da oração, em posição anafórica. Caso fosse preenchido pela forma remissiva “ele”, como preconizado por Koch (2022), quando se refere à questão como coesão textual, a prosódia da construção perderia força, o que modificaria a carga semântica depositada na forma como a construção se deu. Logo temos uma elipse que se encaixa nos padrões da categorização: [+localizável], [-marcada] e [+composicional].

A elipse de sujeito identificada em “Ø fui selecionado entre alguns alunos do ensino médio de Vitoria da Conquista...” já nos possibilita resgatá-la pela desinência verbal que está em primeira pessoa do singular (fui), assim será preenchida por “eu”, o que já é bastante para percebermos que se trata de uma elipse transparente, dado que ela está cristalina, facilmente acessível, ou seja, caracteriza-se como [-marcada], [+localizável] e [+composicional].

Em “Ø foi uma experiência boa né...”, o elemento de resgate não está morfologicamente codificado, mas está próximo do termo elidido, identificado pelo contexto linguístico no mesmo turno de fala, em posição anafórica, mesmo que, para que essa recapitulação do sujeito aconteça, o receptor precise estar atento à fala para fazer a interpretação necessária e perceber que se trata de algo que já fora dito. Essa elipse poderia ser preenchida pela forma dêitica “essa”, referindo-se ao primeiro emprego e concordando em gênero com “experiência boa”. Os

critérios analisados fazem-nos perceber os traços de [-marcada], [+localizável] e [+composicional].

Seguindo com a análise das elipses encontradas no fragmento (72), temos: “Ø é uma experiência de estágio”. Interessante observar que esse informante é um usuário em potencial da elipse, o mesmo sujeito elíptico na oração anterior é o termo omitido nesse trecho. Refere-se à informação “meu primeiro emprego”. No entanto, ele troca o tempo verbal “era”, pretérito perfeito do indicativo, pela forma “é”, presente do indicativo, o que poderia trazer uma certa confusão ao ouvinte, mas a interpretação do termo elíptico torna-se fácil pelo fato de o contexto estar voltado para a informação anaforicamente posta, não haver ambiguidade, uma vez que o recurso utilizado tem iconicidade morfológica, fonológica, semântica e sintática com o referente. O falante evita a repetição, que pode também ser um caso de coesão textual, mas entendemos que seja muito mais para ratificar que a experiência foi boa, apesar de ter sido “apenas um estágio”. Os traços dessa elipse são [-marcada], [+localizável] e [+composicional].

O trecho “... Ø descobri que...” traz a forma verbal “descobri” que se refere à primeira pessoa do singular. Logo, é inequívoco afirmar que o sujeito é “eu”. A omissão do sujeito analisável pela desinência do verbo não encaixa no parâmetro de coesão textual, mas de economia linguística, pois, na concepção do falante, é desnecessária a repetição da informação por meio da elipse cascata (Goldberg; Perek, 2019); aciona a memória enriquecida que oferece o feixe de exemplares relacionados ao conhecimento gramatical de que essa terminação aponta para uma determinada pessoa verbal, o que evita ambiguidade. Essa informação é suficiente para a categorização de uma elipse transparente, posto que ela é [-marcada], [+localizável] e [+composicional].

Acompanhando a análise, deparamo-nos com “n’aquela profissão Ø não não me realizaria” que traz a forma verbal “realizaria”, que tanto pode fazer referência à primeira pessoa do singular (eu) do futuro do presente do indicativo, quanto à terceira pessoa de mesmo tempo e modo. Contudo, há uma informação que direciona o sujeito para a primeira pessoa, o “me” que se associa à informação trazida pela elipse e, juntos, se consolidam na primeira pessoa. Nossa análise é que, além da inferenciação pragmática que é posta na construção, da semântica de *frame*, da economia linguística, da expressividade, há também a iconicidade, a conectividade com o termo de resgate, todas essas características se unem e colaboram a percepção de que há nessa construção uma elipse [-marcada], [+localizável] e [+composicional].

As duas últimas elipses podem ser analisadas concomitantemente, já que apresentam características, na forma e no significado, semelhantes, posto que em “Ø acabei é...” e em “[...] Ø encontrei aquilo que eu gostaria de fazer [...]” o que nos direciona na identificação da elipse

são as terminações verbais (*acabei* e *encontrei*), que pertencem unicamente à primeira pessoa do singular. Sendo elas resgatadas no cotexto, depreendendo dos mesmos critérios de iconicidade, conectividade, economia linguística e do fato de serem [+localizável], [-marcada] e [+composicional].

A seguir, trazemos um exemplo em que aparecem elipses transparentes de verbo. Vejamos:

(74) Eh... eu trabalhei na roça trinta e cinco *ano*, Ø no pesado, Ø foice, Ø machado, mas Ø pra mim *mesm*, *né*, *nera pros oto* não, era pra mim *mesm*. *E, quond'a* gente tinha muito trabalho, a gente botava mais um camarada pra *ajuda* ... era (ARA – *Corpus PPVC*).

Pelo fato de os três primeiros contextos de elipse, em (74), possuírem as mesmas características sintáticas, semânticas e fonéticas, os analisaremos em bloco. Em contexto de verbo, encontramos as elipses “Ø no pesado”, “Ø foice” e “Ø machado”, cujo elemento de resgate é a forma verbal “trabalhei”, verbo intransitivo, expressa logo no início do turno de fala, o que nos leva à compreensão de que o informante ARA trabalhou no pesado, trabalhou de foice, roçando, e trabalhou de machado. Essa é mais uma construção de elipse em cascata (Goldberg; Perek, 2019), posto que o falante poderia ter dito “Eu trabalhei no pesado”; “Eu trabalhei de foice”; “Eu trabalhei de machado”, mas ele elimina o sujeito e o verbo que já fora mostrado anteriormente e diz apenas “pesado”; “foice” e “machado” e não há nenhum prejuízo na semântica da construção. O que nos permite categorizar essas elipses em transparentes é, justamente, a proximidade com o termo de resgate no contexto de fala, não haver possibilidade de ambiguidade e ela possuir os traços [-marcada], [+localizável] e [+composicional].

Com traços parecidos, divergindo apenas na semântica que lhe é atribuída está a construção realizada em “mas Ø pra mim *mesm*”. O sentido aqui perpassa por uma adversativa que visa frisar que todos os trabalhos realizados foram em benefício próprio e não para terceiros, eis o motivo de toda a carga semântica ser transferida para “pra mim *mesm*”. Contudo, a forma verbal elíptica, “trabalhei”, tem os mesmos traços sintáticos das ocorrências anteriores, o que favorece a elipse transparente: [-marcada], [+localizável] e [+composicional].

Em (75), exporemos mais um contexto de elipse transparente de verbo, para fins de deixar clara a questão:

- (75) INF: Uhm, conhecê mesmo não Ø. Ø Itapetinga superficialmente, porque minha irmã mora lá, de vez em quando eu apareço por lá. Já fui Jequié, mas coisa muito rápida, não deu pra conhecê. Já fui em Guanambi, mas tem muitos anos, realmente não conheço. Eh... Ø Ilhéus, conheço Ilhéus, Ø Itabuna. Uhm... dêxa eu vê assim mais algum aqui por perto. Acho que só (ASA – *Corpus PCVC*).

No fragmento de fala (75), é bastante evidente que o falante opta por fazer a omissão do verbo “conhecer”. No primeiro contexto “Uhm, conhecê mesmo não Ø.”, a elipse não representa uma coesão textual, uma vez que o falante deveria usar “Uhm, conhecê mesmo não *conheço*”. Elidir somente o complemento de “conheço” não foi a opção do entrevistado, ele julgou desnecessário repetir, usou da economia linguística para se expressar. A elipse do verbo possui uma forte conectividade com o “conhecê” que aparece logo anteriormente, portanto, trata-se de uma elipse transparente ([+localizável], [-marcada], [+composicional]). Isso acontece em “Ø Itapetinga superficialmente”, “Ø Ilhéus” e “Ø Itabuna”. Todas as elipses que aparecem podem ser interpretadas com a flexão verbal “conheço”, uma vez que a conectividade se centra no primeiro verbo da fala, facilitando o resgate pela semântica de *frame*, a motivação é a não repetição do termo elidido por optar pela elipse cascata (Goldberg; Perek, 2019), pela economia linguística e pela coesão textual.

Como nos excertos apresentados anteriormente não apareceu nenhum caso de elipse transparente de complemento, cabe-nos apontar mais um exemplo com esse contexto para análise e elucidação.

- (76) INF: Primêro emprego? Foi algo satisfatório, que eu com meu primêro emprego consegui ganhá a minha independência financêra tal, e uma coisa que eu sempre tenho em mente mesmo... mesmo assim, meus pais me dando assim às vezes dinhêro, eu num me sinto bem, eu prefiro, eu gosto de tê o meu Ø, entendeu? (JLS – *Corpus PCVC*).

Em (76) temos um caso de elipse transparente de complemento verbal, o núcleo do objeto indireto, em “eu gosto de tê o meu Ø”. Essa elipse é realizada com intenção de estabelecer a coesão textual, evitando, assim a repetição do vocábulo “dinheiro”, uma vez que o falante considera a omissão do termo mais adequada para este evento comunicativo. A elipse atende ao princípio da conectividade com o termo que está em posição anafórica, garantindo a iconicidade sintática, morfológica, fonológica e semântica.

Em (77) trazemos um excerto de fala em que o falante faz a elipse transparente de complemento verbal como objeto direto:

(77)INF: Porque tem água aí quand'... quando chove nós tem água quando *num* tem Ø a maioria passa aperto principalmente esse povo da roça, né? (EFO – *Corpus PPVC*).

A elipse realizada no fragmento (77), “quando chove nós tem água quando *num* tem Ø”, é transparente de objeto direto, complementaria a forma verbal “ter”. Porém o falante opta pela omissão do termo, concretizando um caso de coesão textual, associado ao desejo de enfatizar a situação de necessidade de água pela qual passa “o povo” da zona rural de Vitória da Conquista. Assim, notamos que não é apenas um caso de omitir o termo para não haver redundância, mas para dar um impacto semântico.

Para maior elucidação da nossa análise, resgatamos dos nossos dados a fala (78):

(78)INF: [...] nós só tem uma coisa porque Deus dá Ø Ø (EFO – *Corpus PPVC*).

Em (78) temos um contexto de fala onde aparecem duas elipses transparentes que completam a forma verbal “dá”, posto que o verbo “dar” exige complemento de objeto direto e indireto. A não agentividade de “coisa”, nesse caso, favoreceu o uso da elipse dupla, cuja interpretação seria “Deus dá essa coisa a nós”. É a proximidade dos termos de resgate que constituem a iconicidade dessa realização que ganha traços de [-marcada], [+localizável] e [+composicional].

As elipses transparentes são facilmente localizadas, por isso não são marcadas, passando, muitas vezes, despercebidas pelos interlocutores, e possuem a mesma composicionalidade do referente, isto é, ela se encaixa no mesmo padrão semântico, fonológico e morfológico, sem nenhuma perda. Passemos a analisar as elipses semitransparentes.

5.4.2 Elipses Semitransparentes

As elipses semitransparentes são aquelas cujo resgate se dá em ambos os contextos que envolvem a fala: o linguístico e o extralinguístico; pode haver ambiguidade semântica; o elemento referente não deve estar próximo da elipse ou estará posicionado no turno de fala do interlocutor, ou, ainda, em posição catafórica, seus traços são [+marcadas]; [+localizáveis]; [+composicionais]. A partir do exposto, passemos a analisar este bloco que também constará com os três *types* de elipse por nós estudados: sujeito, verbo e complemento.

(79)DOC: É... o que você acha das opções de lazer em Conquista?

INF: É... eu acho que há poucas Ø né eu acho que poderia... ser melhor né... muito pouca coisa também é isso eu não sou muito dado a... é... as formas de lazer eu não tenho... eu não gosto muito de... de... sair eu não gosto muito de... de... lugares com muita gente esse tipo de coisa então é... mais eu acho que pra quem gosta tem pouca opção num é Ø poderia ser melhor eu acho que falta também é... praças melhores em Conquista é... lugares em que é... que fosse possível, por exemplo, a... pesca, eu gosto muito de pesca esportiva e... aqui não tem lugar num tem opção tem lugares até mais acho que deveria ter mais opção é... esse tipo de coisa né... que poderia ser feito além de... de... outras que... que... pra atender as preferências de outras pessoas (HFDS – *Corpus PCVC*).

No contexto do exemplo (79), aparecem duas elipses que se encaixam nos critérios de semitransparentes. A primeira “eu acho que há poucas Ø né” é uma elipse de complemento verbal, classificado sintaticamente como objeto direto. A interpretação é realizada a partir da fala do interlocutor que questiona o que o entrevistado acha das opções de lazer da cidade, ao que ele responde que são poucas. Essa elipse, então, é marcada pelo fato de o receptor precisar acionar informações anteriormente passadas por ele próprio, e isso faz com que a composicionalidade dessa elipse não seja total, mas parcial, o que a caracteriza também como [+marcada] e [+localizável].

No segundo contexto de elipse no excerto “Ø poderia ser melhor”, é realizada uma elipse de sujeito que pode ser preenchida com o sintagma nominal “o lazer em Conquista”, também resgatado da fala do entrevistador, no mesmo contexto de preenchimento da primeira. O falante usa do princípio da economia, estabelece uma conectividade com algo já mencionado, há iconicidade sintática, morfológica e fonológica e não é elemento de coesão textual, posto que esse sujeito, embora o referente seja localizado sem muita dificuldade, está distante da elipse.

O exemplo (80) traz um contexto de elipse semitransparente de verbo. Vejamos:

(80)DOC: E... e no Pará, tem o que de interessante?

INF: [Lá] de interessante só Ø a roça. A gente vai *pa* fazenda vê ... vê os gado, tomar banho de açude, eh... (ARA – *Corpus PPVC*).

Consta, em (80), uma elipse semitransparente de verbo, “de interessante só Ø a roça” classificada como transitivo direto, com termo de resgate na fala do entrevistador que pergunta o que tem de interessante no Pará. O informante compreende que se realizar a construção com a presença do verbo, a carga semântica, marcada pela pragmática e pela propriedade discursivo funcional, perderá força. O que ele pretende é dizer que não há nada de interessante a não ser a

roça, é direto e incisivo na sua resposta. Uma elipse, como qualquer outra, com forma e significado, mesmo não sendo codificada morfossintaticamente. Essa elipse tem traços [+marcada], [+localizável] e [+composicional].

(81)DOC: Mas esses... esses livros que você lia, lia por vontade própria ou porque os professores...

INF: Não. Eu gostava Ø. Porque... eh... Ø alimentava (JLS – *Corpus PCVC*).

Um exemplo de elipse de complemento verbal, objeto indireto, ambos semitransparentes, aparece em (81). “Eu gostava Ø.” É a resposta que o informante JLS dá ao entrevistador ao ser perguntado se os livros que ele havia lido tinham sido “por vontade própria ou porque algum professor...”, deixando subentendido “solicitava”. Como o complemento do verbo *gostar* está na fala do entrevistador, esse elemento foi elidido pela compreensão de que repeti-lo seria tornar a fala cansativa, levando o falante a optar pela economia linguística, uma vez que há iconicidade e conectividade com o referente, o termo é carregado de informatividade, e a semântica de *frames* contribui para a interpretação.

O outro contexto “Ø alimentava” trata-se de uma elipse de sujeito, com verbo na terceira pessoa do singular. A elipse pode ser preenchida por ele/ela, cujo resgate está na fala do interlocutor. O informante ratifica seu prazer em ler, dizendo que o livro o alimentava. Há, nessa elipse, uma intenção clara de trazer a carga semântica para o verbo intransitivo “alimentava”, que era o que dava ao informante o prazer em ler. Tanto a semântica de *frames* quanto o princípio da memória enriquecida, a conectividade, a iconicidade, a expressividade da economia maximizada são motivações acionadas, nesse caso. Claramente, trata-se de uma elipse semitr transparente.

A seguir, temos dois casos de elipse semitr transparente em posição catafórica, os quais iremos analisar.

(82)INF: Assim, eu trabalho atualmente como editor aí... e... também faço a... normalização técnica, a revisão técnica dos textos que... são submetidos a publicação, né, que são... é... selecionados pelos editais, é... essa normalização técnica é o que? É... você fazer... Ø adequar o texto ao padrão gráfico da editora e também colocá-lo perante as normas, que a... que as edições UESB adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, né, a ABNT, então a gente faz essa revisão e também a... a... o editor ele tem... além de toda a parte de revisão, ele tem... ele também finaliza os vídeos né, a... a... a revisão gráfica, aquela correção final também juntos com os revisores de linguagem a gente prepara o... Ø né...

também chamado *copydesk* da publicação dos periódicos e dos livros (JBDF – *Corpus PCVC*).

Em (82), são abordadas duas elipses semitransparentes de complemento, às quais dedicamos essa análise. Na primeira elipse “É... você fazer... Ø”, percebemos que o informante apossa de um termo elíptico para garantir que o pensamento seja reformulado para dar uma explicação para a função que ele exerce no trabalho. Essa elipse ganha significado na informação que está posposta a ela na oração, ou seja, o significado vem através de um elemento catafórico, o que leva ao acionamento da intersubjetividade, mesmo que momentaneamente. Nesse caso, além de o elemento referente ser catafórico, a informação não está evidente, é preciso buscar o contexto extralinguístico que se agrega ao linguístico para se estabelecer a compreensão. Pelo exposto, caracterizamos a elipse como semitransparente [+localizável], [+marcada] e [+composicional).

No fragmento da fala “a gente prepara o... Ø né... também chamado *copydesque* da publicação dos periódicos e dos livros”, há mais uma elipse de complemento de tomada de significado catafórico, porém com clara presença do elemento referenciador no contexto linguístico. Por isso, trata-se de uma elipse semitransparente [+localizável], [+marcada], [+composicional], pois o referente está posposto à elipse, esta é usada para buscar o termo adequado, a fim de que haja compreensão do interlocutor. Fica evidente, então, que a elipse cumpre também o importante papel de contribuir na reformulação do pensamento.

Em (83), temos mais um excerto para análise:

(83)DOC: Ótimo... a senhora tem vontade de morá [em] ôtro lugá?

INF: Agora *num* [tem] Ø não mas antigamente Ø tinha... Ø [muita]... agora não (MLSS – *Corpus PPVC*).

Nesse fragmento de fala (83), a primeira elipse semitransparente é de complemento verbal, objeto direto, e aparece em “Agora *num* [tem] Ø não”. A fala se processa para responder à entrevistadora que pergunta se a entrevistada tem vontade de morar em outro lugar. Ela toma o referente do turno anterior e faz as elipses dos termos que ela julga desnecessário falar. Não vemos como um caso de coesão textual, mas de economia linguística, ela usa da subjetividade para dizer que no momento, provavelmente, ela quis dizer “atualmente”, ela não tem vontade de morar de outro lugar. A flexão verbal “tem”, utilizada em terceira pessoa não favorece a interpretação real da elipse, mas o contexto linguístico extraído sim.

A outra elipse encontrada em (83) é de sujeito “mas antigamente Ø tinha...”. Possui referente ambíguo na desinência do verbo, mas o contexto linguístico resgatado do turno de fala

anterior auxilia na localização do referente, uma vez que a pergunta está em segunda pessoa “a senhora”, logo a resposta será em primeira pessoa “eu”, o que confere à esta elipse a categorização de semitransparente com traços [+marcada], [+localizável] e [+composicional].

Uma terceira elipse é realizada “tinha... Ø [muita]...”, também semitransparente, de complemento verbal, com referente no turno de fala do interlocutor. A informante julga que não há necessidade de dizer as mesmas informações constantes na pergunta. Por isso, opta pela omissão do termo. Mais uma vez, não se trata de coesão textual, mas de despreferência (Castilho, 2012). Essa elipse, assim como as outras deste fragmento, traz os traços de [+marcada], [+localizável] e [+composicional].

A elipse a ser mostrada em (84) é de sujeito, com referente resgatável do turno de fala do interlocutor. Vejamos:

(84) DOC: E os Conquistenses, o que você acha das pessoas que moram aqui?

INF: Ø São pessoas legais (AFSF – *Corpus PCVC*).

A entrevistadora perguntou o que o informante acha dos vizinhos. Ele diz “Ø São pessoas legais”. A ênfase que ele quer dar é na adjetivação que ele irá atribuir a seus vizinhos, e sua principal motivação é trazer para a forma elíptica o que já havia sido mencionado na fala do interlocutor, e o fez, de forma que, embora o referente esteja fora do contexto, é resgatável com tranquilidade. Os traços da elipse são [+marcada], [+localizável] e [+composicional].

Em (85), temos um exemplo de elipse de sujeito e de verbo.

(85) DOC: O que você costuma fazer nesse lugar?

INF: ahn... Ø Ø me divertir (AFSF – *Corpus PCVC*).

O fragmento (85) também envolve a fala do entrevistador, posto que o falante realizou a resposta, omitindo sujeito e verbo com foco codificado apenas no complemento verbal. Utilizando uma elipse cascata (Goldberg; Perek, 2014), o informante AFSF diz apenas “... Ø Ø me divertir”, quando poderia ter dito “Eu costumo ir lá para me divertir”. Então, ele omite as funções sintáticas que ele julga já terem sido mencionadas e sem as quais não há comprometimento da comunicação. Nesse caso, ele aciona algumas motivações competidoras, a exemplo de: expressividade maximizada, isto é, ele consegue se comunicar bem com poucas palavras; iconicidade em ambos os contextos; semântica de *frames*; memória enriquecida e

conectividade. Essas elipses possuem traços de [+marcada], [+localizável] e [+composicional].

(86)DOC: Cê falô que na... recentemente cê viajô. Cê foi pra onde?

INF: Não eh... Ø Ø foi só pra descansá mesmo. Aí eu saí e fui em Itapetinga (ASA – *Corpus PPVC*).

Vejamos que, em (86), o entrevistador questiona sobre o local para onde o informante viajou recentemente, e ele faz uma elipse em uma posição sintática de sujeito e de verbo: “Ø foi só pra descansá mesmo”, omitindo o sujeito semitransparente “eu” e uma forma verbal intransitiva “viajei” também semitransparente, exatamente por ambas as elipses estarem posicionadas em relação ao referente com traços da referida categorização, uma vez que tais termos se encontram no contexto linguístico do interlocutor. São duas elipses licenciadas por instanciarem-se e permitirem a comunicação. Assim, os traços são: [+marcada], [+localizável] e [+composicional].

É relevante dizer que nos dados analisados não encontramos nenhum contexto em que aparecesse elíptico um verbo transitivo direto e indireto, com a mesma categorização de semitransparente.

As elipses semitransparentes carregam consigo a característica de não serem tão fáceis de localizar, uma vez que haverá uma certa distância entre o termo elidido e o referente; pode haver presença de ambiguidade semântica; a elisão ocorrer antes do referente (posição catafórica); o falante precisar acionar a semântica de *frames* e a memória enriquecida que vão lhe favorecer a interpretação do termo.

5.4.3 Elipses Opacas

As elipses opacas são aquelas que não possuem material linguístico como referente, mas podem ser interpretadas a partir do contexto extralinguístico por meio da força-ilocucionária e da definitude de fala. Seus traços são [+marcadas]; [-localizáveis]; [-composicionais]. Vamos ao exemplo (87):

(87)INF: [eles] não tinha condições de pa... de pa... de pagá Ø não coitado agora [cê podia dizê] que era tudo ladrão, né? (EFO – *Corpus PPVC*).

Em (87), há uma elipse em “não tinha condições de pa... de pa... de pagá Ø não” que categorizamos como opaca por se enquadrar nos padrões adotados por nós, explicitados anteriormente. Ela se classifica sintaticamente como complemento verbal, sendo um objeto direto. Não há elemento referencial, exceto o contexto extralinguístico, posto que a conversa envolve um roubo que ocorreu no estabelecimento do informante e depois ele se encontra com a pessoa suspeita. A força-ilocucionária e a definitude que marcam a pragmática e a propriedade discursivo-funcional é que trazem sentido para o termo elidido, tornando esta elipse [+marcada], [-localizável] e [-composicional]. Outro exemplo de elipse opaca, desta vez com complemento de objeto indireto, está em (88):

(88)INF: {risos} não. Ø Soltêro. Ainda (JLS – *Corpus PCVC*).

O documentador pergunta ao entrevistado se ele é casado e, prontamente, ele responde “soltêro”. Omite, então, sujeito e verbo, resgatados do contexto extralinguístico. As elipses são utilizadas não como economia linguística, nem como coesão textual, mas para que toda a carga semântica, retratada na força-ilocucionária e na definitude, fosse abarcada pelo qualificador, ratificado pelo “ainda”. É como se o informante não estivesse (muito) satisfeito com sua condição civil e estivesse esperando a pessoa certa, que poderá surgir a qualquer momento, para se casar. Ambas as elipses são [+marcadas], [-localizáveis] e [-composicionais].

(89)[...] alguns não gostam Ø (PUGB- *Corpus PCVC*).

O informante PUGB realiza uma elipse opaca de objeto indireto em “[...] alguns não gostam Ø” para explicar que alguns familiares dele não gostam que ele frequente uma determinada religião de matriz africana. O uso dessa elipse, nesse contexto de fala, não se justifica pela coesão textual, pois o falante quis impetrar toda semântica da expressão no verbo gostar. Ele opta por elidir o complemento, que não tem elemento referente no contexto linguístico, mas no extralinguístico; a definitude da fala e a força-ilocucionária dão acesso à interpretação do termo elidido, tornando-o instanciado para esse contexto. Todas essas características apontam para os traços de [+marcada], [-localizável] e [-composicional].

Em (90), mostraremos mais excertos analisados.

(90)Eh... Ø tem que cumprir algumas horas de trabalho (ASA – *Corpus PCVC*)

O informante foi questionado sobre em que se baseava a rotina de trabalho, ao que ele responde “Ø tem que cumprir algumas horas de trabalho”. Este sujeito elíptico torna-se opaco devido ao fato de o resgate ser apenas extralinguístico. O interlocutor aciona sua função psicológica para conseguir entender quer o informante está falando de si. Não se trata de coesão textual, mas de adaptação da fala para garantir que o princípio da economia linguística e da expressividade máxima não sejam empecilho para a interpretação. Nesses casos, a semântica de *frames* e a memória enriquecida são acionadas para garantir o entendimento do que foi comunicado, da forma como foi dito. É justamente esse pacote de motivações competidoras que garante o instanciamento dessa elipse que tem traços [+marcada], [-localizável] e [-composicional].

(91) INF: *crima* Ø bom, *crima* Ø frio, bom (ASA – Corpus PCVC)

Interessante percebermos que o informante ASA faz duas elipses opacas de verbo “*crima* Ø bom” e “*crima* Ø frio” para responder sobre o que acha do clima de Vitória da Conquista. Fica evidente que ele considera o clima da cidade bom porque é frio, e isso o impele a transferir toda a carga semântica do verbo de ligação para os adjetivos “bom” e “frio”. É mais uma elipse de despreferência de um termo para valorização de outro. Como o verbo elidido não pode ser resgatado do contexto linguístico, mas situacional, graças à memória enriquecida e à semântica de *frames*, e à iconicidade sintática, morfológica e fonológica que estabelece com os outros termos, ele pode ser elidido e transfere o significado para o predicativo do sujeito. A essa elipse de verbo, nesse contexto de uso, são atribuídos os traços [+marcada], [-localizável] e [-composicional].

(92) Ø São segmentos da bíblia (ASA – Corpus PCVC)

O sujeito elíptico nesse contexto de uso é opaco pelo fato de sua conectividade semântica, sua iconicidade, sua pragmática estarem voltadas para o contexto situacional apenas, uma vez que não há nenhum referente codificado que estabeleça elo com o termo elidido. O informante utiliza apenas “são segmentos da bíblia” para conceituar a religião à qual ele frequenta, e o interlocutor é capaz de compreender por ter no ato comunicativo condições de acionar sua função psicológica e, junto com ela, acionar os princípios citados e interpretar a fala. Temos, claramente, uma elipse com traços [+marcada], [-localizável] e [-composicional].

(93) Inf: Não. Não pretendo desistir Ø. Em nome de Jesus, eu quero continuar Ø até o fim (SSC – *Corpus PPVC*).

Duas elipses opacas de complemento compõem o fragmento (93): “Não pretendo desistir Ø” e “eu quero continuar Ø”. A conversa gira em torno de o informante ter voltado a estudar, que recebia apoio da família etc., ao que ele informa que não pretende desistir, é o contexto extralinguístico, auxiliado pela semântica de *frames*, pela memória enriquecida pela força-ilocucionária e pela definitude que estabelece uma conexão com conectividade e a iconicidade para conduzir a interpretação de que se trata de desistir de estudar e continuar estudando.

A título de explicação, por não termos apresentado nenhuma elipse de complemento verbal duplo com a mesma categorização, como o fizemos nas elipses transparentes, informamos que não conseguimos localizar nenhum caso de elipse opaca de complemento verbal em que ocorre a omissão do objeto direto e indireto no mesmo contexto de uso.

As elipses opacas, por não possuírem elemento de resgate no contexto linguístico, exigem mais do interlocutor, posto que ele precisa compreender bastante, por meio da função psicológica, o que está sendo dito para interpretar a elipse com precisão, identificando, dessa maneira, a (inter)subjetividade presente.

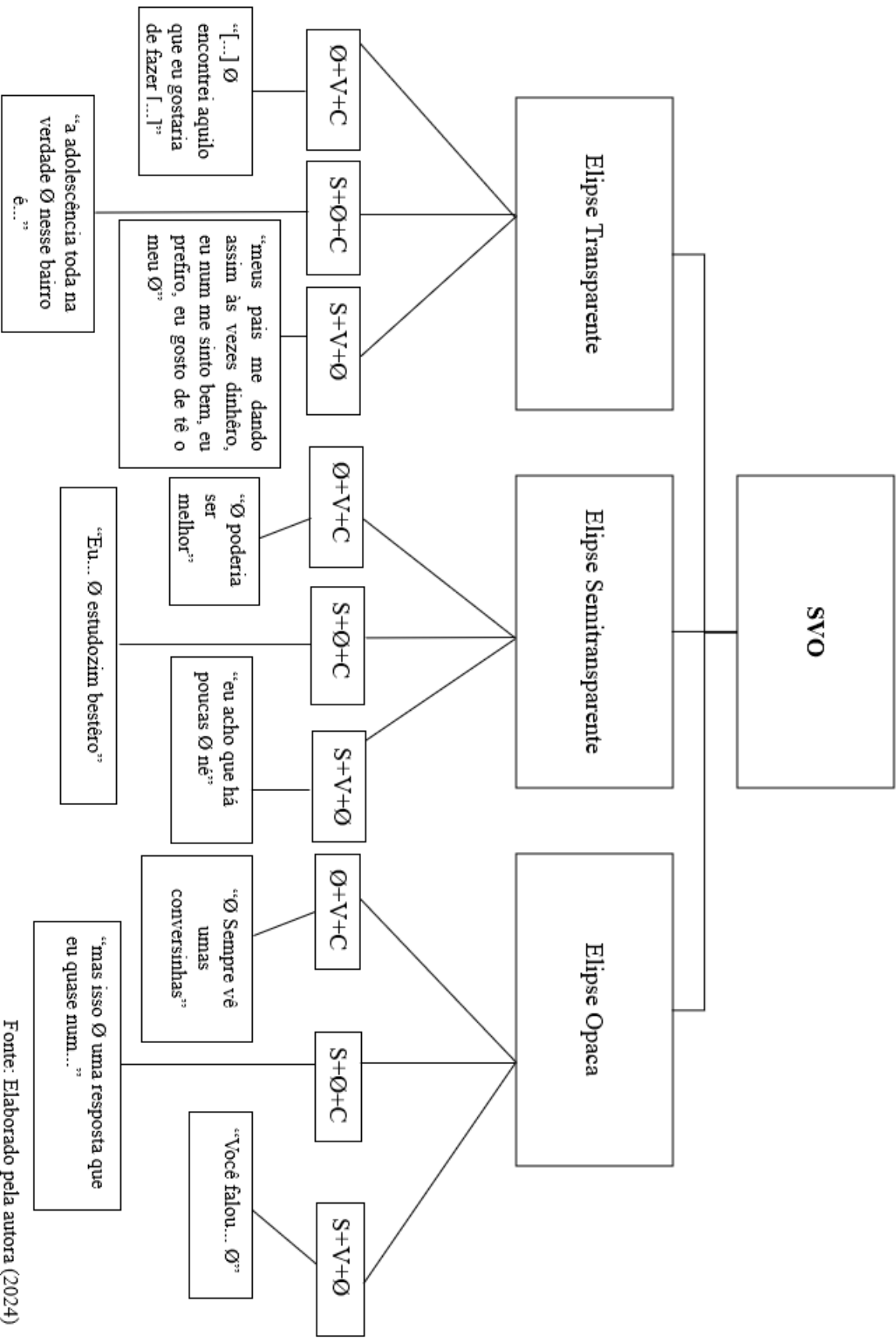
Os dados mostram que o falante faz uso da elipse em contextos diferentes e para os mais diversos fins. É uma estratégia de fala riquíssima, independentemente do contexto, uma vez que abarca qualquer termo da oração, desde que ele possa ser resgatado de forma linguística ou extralinguística, ou, ainda, nas duas possibilidades.

5.5 A elipse em rede

Como a língua é metaforicamente entendida como uma rede de construções, e toda construção é um pareamento de forma ↔ significado, apresentamos abaixo a rede de construção das elipses. Antes, porém, gostaríamos de esclarecer a composição da nossa rede: representamos, no primeiro nível o esquema mais geral e abstrato de uma construção: [SVO] Sujeito, Verbo e Complemento, no qual se encaixam as microconstruções expostas na rede. No segundo nível está o subesquema 1 de cada categorização de elipse criada por nós, sendo: Elipse Transparente; Elipse Semitransparente; e Elipse Opaca; Já no terceiro nível, lançamos o subesquema 2, que ilustrará as classificações sintáticas de cada elipse, dentro do padrão de critérios adotados por nós para categorização em relação ao termo referencial. As

microconstruções, constructos, ou ocorrências, são expostas no quarto nível, consoante a classificação sintática: elipse de sujeito; elipse de verbo; e elipse de complemento.

A seguir apresentamos a rede de construções das elipses:



Uma rede de construções representa a língua nos seus mais variados usos. Apresentamos, dessa forma, o modelo das elipses de sujeito, verbo e complemento em vários contextos e elaboramos uma classificação que observa o uso das elipses, considerando a posição que ela ocupa em relação ao termo ao qual ela remete. Todas as elipses são motivadas, o que lhes confere forma e significado.

Uma construção com ou sem codificação morfossintática só é licenciada se se constituir enquanto forma↔significado, pois não há espaço para formas sem sentido dentro de uma construção. Nosso estudo nos capacita e nos permite afirmar que a elipse é uma construção, uma vez que é um recurso regular da língua, em virtude de que todos os falantes o utilizam.

A rede aqui representada foca nos contextos restritos dos usos das elipses por considerarmos desnecessários repetirmos o fragmento completo, uma vez que apresentamos apenas os usos. A seguir apresentamos nossas considerações finais acerca da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na palavra, a comunicação se realiza. No
silêncio, ela se completa. Pois a
compreensão se concretiza a partir do
silêncio. Há poder em ambos e a sabedoria
é usar bem esses dois tempos da
comunicação.

Dentro de uma composição as pausas são
tão importantes quanto os sons. Uma boa
orquestra é aquela que executa bem as
dinâmicas das pausas e das continuidades.
Mesmo no silêncio da pausa a canção
continua.

Pe. Fábio de Melo

O discurso do Pe. Fábio de Melo ecoa bem aos nossos ouvidos - seja para falar da elipse que comunica no silêncio, “Pois a compreensão se concretiza a partir do silêncio”, seja para evidenciar que “[...] sabedoria é usar bem esses dois tempos da comunicação”: a palavra física e a palavra silenciada.

Chegamos ao epílogo desta pesquisa, é o momento de sintetizarmos as reflexões e resumirmos toda a investigação até aqui processada, principalmente com o objetivo de respondermos às questões formuladas no início deste estudo:

- i) Existem regularidades no delineamento do pareamento de forma-significado nas construções elípticas em posição de sujeito, de verbo e de complemento verbal?
- ii) Em caso afirmativo, de que maneira se caracterizam tais regularidades e como elas podem ser categorizadas?

Este estudo investigou a regularidade das construções elípticas, hipotetizando que elas apresentam um pareamento forma-significado, apesar de não possuírem codificação morfossintática. Baseado nas teorias da Gramática de Construções (GC) e da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), o estudo propôs que a regularidade dessas construções surge durante o ato de fala, quando o falante as utiliza e o interlocutor as compreende, o que foi comprovado. À vista disso criamos uma categorização de três categorias das elipses, tomando como premissa sua posição em relação ao termo de referência, ou, sua relação com o contexto e o cotexto: transparente, semitransparente e opaca.

Buscando responder à primeira pergunta e já apresentando argumentos para a segunda questão, faz-se necessário retomarmos a discussão que fizemos acerca dessa regularidade das

elipses. Todas as elipses se processam no encadeamento do discurso e é na realização da língua por meio da fala que são percebidas as regularidades presentes nas construções. Essa premissa concede-nos o direito de assumir a defesa de que as elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal possuem regularidade no delineamento no pareamento de forma↔significado, o que confirma nossa primeira hipótese.

No que diz respeito à forma, ficou comprovado que as elipses envolvidas em nossa pesquisa ocorreram respeitando a função sintática da palavra dentro do contexto e com possibilidade de resgate, considerando a natureza específica que cada uma desempenha, apontando que, mesmo não estando codificada morfossintaticamente, nenhuma elipse licenciada é obsoleta; morfologicamente, ficou evidenciado que cada termo elíptico remete a uma construção com função específica recuperada do contexto linguístico ou situacional, considerando a classe gramatical desse termo. Logo, elas poderão ser: substantivo/palavra substantivada ou verbo, isto é, a função sintática que a elipse ocupa é quem direcionará para essa caracterização. No que se refere à fonologia que envolve as elipses, analisamos pelo prisma de que os interlocutores instanciam, referendam a elipse dando-lhe o *status* de construção quando, mentalmente, lhe atribuem significado, pois só podemos dar sentido àquilo que existe, e a elipse, ao ser resgatada, agrega não apenas função sintática e tamanho, mas a prosódia, as expressões corporais e faciais também têm grande contribuição para esse resgate, e é justamente nesse ponto que a palavra não dita ganha expressão fonológica na mente do usuário da língua.

Relativo ao significado que envolve a semântica, a pragmática e o discurso-funcional, fizemos ao longo do texto um detalhamento do quanto dessas três propriedades é trazido pelas elipses. Esses três eixos são bastante interligados e possuem um elo inquestionável com os contextos de elipse, consequentemente, são eles que licenciam o sentido desse recurso, originando na intenção de fala do locutor e recaindo no discursivo-funcional, em uma relação de intercambiada entre os interlocutores. Em outras palavras, dissemos que toda e qualquer construção regulariza uma harmonia e uma simetria entre as ideias do que está sendo dito, mesmo que o dito esteja em uma elipse, isto é, não seja codificado morfossintaticamente. A ideia central de um texto que utiliza a elipse é preservada por meio do encadeamento semântico do termo elidido. Logo, todas as propriedades, sejam de forma ou de significado, não podem ser percebidas na construção isoladamente, mas elas se organizam em torno do todo, e toda construção deve ser analisada holisticamente, observando a intenção comunicativa que a permeia. Por tudo que foi

ostentado é que resguardamos a regularidade das elipses enquanto pareamento forma↔significado.

O objetivo geral que nos direcionou nesta pesquisa foi:

- Investigar, em uma perspectiva construcional, as estruturas elípticas em posição de sujeito, de verbo e de complemento verbal na Língua Portuguesa, tomando como amostra os *Corpora* do Português Popular e Culto de Vitória da Conquista.

Apoiados nas vertentes da Gramática de Construções e da Linguística Funcional Centrada no Uso, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- Mapear as construções elípticas de sujeito, de verbo e de complemento verbal nos *Corpora* em uma perspectiva construcional;
- Analisar as construções gramaticais de elipse de sujeito, de verbo e de complemento verbal, levando em conta a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade;
- Classificar as elipses conforme o grau de gradiência, tomando por base a posição em relação ao elemento de referência;
- Propor uma rede hierárquica da microconstrução das elipses com base na Gramática de Construções (Traugott; Trousdale, 2013) e na LFCU (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2018; Oliveira; Cezario; 2017; Rosário; Oliveira, 2016).

Buscando atender ao primeiro objetivo, mapeamos manualmente as elipses que foram quantificadas pelo programa *AntConc* em 4.723 (quatro mil, setecentas e vinte e três) ocorrências. Desse total, 3.222 (três mil, duzentas e vinte e duas) são elipses de sujeito; 437 (quatrocentas e trinta e sete) elipses de verbo; e 1.064 (um mil e sessenta e quatro) elipses de complemento verbal. Após essa contabilização e em providência referente ao segundo objetivo, passamos a analisar o contexto de uso de cada uma, sua relação de proximidade com o elemento referente, compreendendo o grau de esquematicidade, de produtividade e de composicionalidade de todas elas.

Foi nesse contexto da pesquisa que, para respaldar o terceiro objetivo, categorizamos as elipses encontradas em: transparentes, semitransparentes e opacas, considerando o grau de gradiência contextual do termo elíptico em relação à proximidade com o termo de resgate, posto que a elipse transparente é percebida quando o termo elíptico está próximo do termo de resgate, sendo facilmente interpretada; a elipse semitr transparente é quando essa distância é intermediária, isto é, está dentro do turno de fala, mas exige que o interlocutor busque pelo termo de resgate, a fim de que compreenda o que fora dito; elipse opaca é quando não há termo de resgate, ele está fora do contexto, ou seja, encontra-se no contexto extralinguístico, gera

ambiguidade de interpretação. Evidenciamos, então que quanto mais opaco, mais dependente de conhecimento compartilhado, ou seja, mais inferencial, mais ambíguo, mais dependente. Nessa perspectiva, mostramos, por meio dos dados, que a elipse vai de um *continuum* de omissão do referente (transparente) até a opacidade (opaca).

Para acatar o quarto objetivo, construímos a rede taxonômica das elipses estudadas, sendo o primeiro nível o esquema geral (SVO); o segundo nível de subesquema 1 (elipses transparentes; elipses semitransparentes; e elipses opacas); o terceiro nível, o subesquema 2 que envolve cada *type* de elipse e, por último, as microconstruções de cada *type*. A rede das construções elípticas está na página 146.

É fácil perceber que as elipses possuem significado, elas abarcam o sentido das sentenças às quais estão correlacionadas, podendo ser eles transparentes, semitransparentes ou opacos. Assim, não há construção sem sentido, porém em todas as construções elípticas licenciadas há um repertório de forma ↔ significado. O que salientamos nessa construção do repertório é que cada falante determina, individualmente, as generalizações de sua fala. O ouvinte/interlocutor, por sua vez, faz as inferenciações a partir da sua semântica de *frame* e da sua memória enriquecida.

O que não nos deixa dúvidas é que as construções realizadas com elipses compartilham aspectos formais e funcionais, advindos de outras construções no mesmo contexto, linguístico ou extralinguístico, e exibem perfis que são compartilhados pelo esquema mais geral. Com a análise que fizemos, foi possível notar que a elipse pode ser “facilmente” resgatável no contexto de uso, quando há elemento referente, anafórico ou catafórico, como preconiza a GT (Cunha; Cintra, 2008; Cegalla, 2008; Bechara, 2009; e Rocha Lima, 2011), porém nem sempre há necessidade de elemento explícito para que o falante lance mão desse subterfúgio na fala.

As gramáticas de abordagem linguística, por sua vez, analisam a elipse de maneira parecida com a GT, embora admitam que a elipse pode ser resgatada do contexto linguístico, mas também pode ser recuperada do contexto situacional (Camara Jr., 1986): demanda uma certa habilidade do interlocutor para que haja a compreensão do que (não) fora dito por meio da elipse. Castilho (2012) trata a elipse como um processo de “desativação” em um momento de “abandono” de um termo dito pela forma não dita, o que ele chama de “vazio pragmático”. Neves (2018b) aborda sobre a funcionalidade das elipses no uso regular da linguagem, mas se restringe no aspecto de que a elipse é apenas um elemento de coesão textual.

A Linguística Textual (LT) analisa a elipse como recurso de coesão textual, permitindo a omissão de palavras ou frases recuperáveis pelo contexto. Autores como Koch (1988), Fávero (2007) e Antunes (2005) destacam sua importância na construção da textualidade, identificando

tipos de elipse (nominal, verbal e oracional). No entanto, não mencionam a carga semântica que cada palavra ou expressão elíptica incorpora no contexto de uso. A elipse transcende sua função estilística, revelando complexidade semântica e relevância na expressividade linguística.

O que percebemos, então, é que a GT, a TL e a LT dão uma grande contribuição para nosso estudo, especialmente, porque cada uma delas aborda conhecimentos que não devem, nem podem, ser descartados, ou seja, essas teorias complementam-se mediante tal estudo. A elipse não apenas cumpre função limitada, mas ultrapassa a fronteira da coesão textual, pois, se houvesse essa demarcação, não se justificariam os diversos usos que o falante faz dela nos mais diversos contextos, além de que a retomada do elemento elíptico só seria possível dentro do contexto linguístico, e os dados mostram-nos que a elipse não possui limites de uso, tanto no aspecto da forma quanto do significado. Além do mais, a elipse, quando utilizada no efetivo uso da fala, nem sempre necessita de material linguístico para interpretação.

Ao analisarmos a elipse no viés da GC é como se um leque de possibilidades se abrisse para tal fenômeno, posto que a elipse é multifuncional, tanto na forma quanto no significado. Fica esclarecido que as elipses, apesar de não possuírem codificação morfossintática, constituem uma construção nos moldes da Gramática de Construções como pareamento de forma ↔ significado, pois, ao serem retomadas por elemento linguístico ou extralinguístico, podem ser constituídas, tanto na mente do falante quanto na mente do ouvinte, palavra dotada de significado.

Para concluir, vale lembrar que a elipse é utilizada como um recurso da linguagem que é um mecanismo de interação social. Assim, ela está para o ato comunicativo, atendendo as necessidades comunicativas do falante, ao que o interlocutor interpreta pelo fato de estar inserido em um contexto de fala no qual ele é capaz de fazer as inferências para participar ativamente daquele momento interativo, mesmo que esse termo dito seja através de uma elipse que ganha forma e significado no encadeamento do discurso.

Esperamos que este estudo abra novas possibilidades para outras pesquisas voltadas para a elipse, a exemplo da análise detalhada das restrições de uso; as variáveis linguísticas e sociais que as favorecem; entre outros aspectos de grande relevância, especialmente por tão pouco estudada nos espaços escolares. Estudar a elipse foi um grande desafio, especialmente pelo fato de a temática não receber, ao menos no Brasil, a atenção merecida mediante a grandiosidade de seus usos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Amanda Moreno Fonseca. **A (inter)subjetividade presente em construções subordinadas subjetivas**: uma abordagem centrada no uso. Dissertação (Mestrado). UESB, Vitória da Conquista, 2023. 117p.
- ANDRADE, Amanda Moreno Fonseca; BARBOSA, Elenita Alves; SOUSA, Valéria Viana. O processo de (inter)subjetividade nas elipses das falas conquistenses. **Revista Philologus**, Ano 27, n. 79 Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2021.
- ANDRADE, Maria Aparecida da Silva. Construções gramaticais com *ir* no português brasileiro contemporâneo. **Tese (doutorado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Natal, RN, 2017.
- ANTUNES, Irandé. Recursos da substituição. *In*: ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 117-124
- AZEREDO, José Carlos. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRYMAN, Alan. Quantitative and qualitative research strategies in knowing the social world. *In*: MAY, Tim; WILLIAMS, Malcolm (Eds.). **Knowing the social world**. Philadelphia: Open University Press, 1998, p. 139-156.
- BYBEE, Joan. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. *In*: JOSEPH, Brian.; JANDA, Richard (Ed.). **The Handbook of Historical Linguistics**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2003, p. 602-623.
- BYBEE, Joan. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, Joan. **Língua, Uso e Cognição**. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016 [2010].
- CAMARA JÚNIOR, José Mattoso. **Dicionário de Linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 13. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da Língua Portuguesa**. 48.ed. ver. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (Org). **Linguística centrada no uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013.

CHISHMAN, Rove. Convergências entre semântica de frames e lexicografia. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, Set./Dez. 2016, p. 547-559.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Coimbra: Arménio Amado. 1978.

CROFT, William. **Radical construction grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, William; CRUSE, D. Alan. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CULICOVER, Peter W.; JACKENDOFF, Ray. Same-except: A domain-general cognitive relation and how language expresses it. **Language**. Volume 88, nº 2, Jun. 2012, p. 305-340.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. **Revista Linguística** / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume Especial, dez de 2016, p. 83-101.

DIEWALD, Gabriele. **Context types in grammaticalization as constructions**. *Constructions*, Special V1 /2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. Série Princípios. Editora Ática. 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Linguística textual**: introdução. 10.ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.

FILLMORE, Charles J.; Frame Semantics. *In*: THE LINGUISTIC Society of Korea (Ed.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-138.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. *In*: MARTELOTTA, M. E. **Manual de Linguística** (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 157-176.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica.; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: CEZÁRIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (Orgs.). **Linguística centrada no uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 13-44.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SILVA, José Romerito. Resenha de "Gradience, gradualness and grammaticalization: How do they interact?". **Revista Linguística** / Revista

do Programa de PósGraduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 9, número 2, dezembro de 2013, p. 154-157.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; TAVARES, Maria Alice. Linguística funcional e ensino de gramática. *In*: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; TAVARES, Maria Alice (Orgs). **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal – RN. EDUFRN, 2016, p. 12-58.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da. Gramática de Construções: princípios básicos e contribuições. *In*: OLIVEIRA, Mariangela Rios; CEZARIO, Maria Maura (Orgs.) **Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes**. Niterói: Eduff, 2017, p. 17-44.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. **Variação e mudança linguística em perspectiva construcional**. Natal: EDUFRN, 2018.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. v.1. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions: a construction approach to argument structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele E. Constructionist approaches. *In*: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme (orgs.) **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013. Tradução C. L. Schwenk.

GOLDBERG, Adele E. Compositionality. **The Routledge Handbook of Semantic**. Princeton University, United States. Jun de 2015, p. 419-433.

GOLDBERG, Adele E.; PEREK, Florent. **Ellipsis in Construction Grammar**. Oxford Handbooks Online. Fevereiro de 2019.

HEINE, Lena. Non-coordination-based ellipsis from a Construction Grammar perspective: The case of the coffee construction. **Cognitive Linguistics**. 2011. V. 22: Edição 1, p. 55-80.

HILPERT, Martin. **Construction Grammar and its application to English**. Edinburgh University Press. 2014. p. 50-73.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. *In*: Traugott, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1991. V. 1 p. 17-35

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça cidades e estados do Brasil**: Vitória da Conquista. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 06 Set. 2024.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística** (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.127-140.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. Principais mecanismos de coesão textual em português. **Cad. Est. Ling.** Campinas (15): 73-80. jul./dez. 1988.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

LANGACKER, Ronald W. **Cognitive Grammar: A Basic Introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.

MACKENZIE, J. Lachlan. Objetividade, subjetividade e intersubjetividade na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. *In*: OLIVEIRA, Mariangela Rios; CEZARIO, Maria Maura (Org.) **Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes**. Niterói: Eduff, 2017, p. 47-65.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MILHORANCE, Ludmila Pimenta Salles. **Resolução de anáfora no contexto do sluicing: o caso do português brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Pacífica Universidade Católica do rio de Janeiro, Departamento de Letra, 2014.

MIRANDA, Neuza Salim; BERNARDO, Flávia Cristina. *Frames*, discurso e valores. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, Jan./Jun. de 2013, p. 81-97.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018a.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018b.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Arquitetura construcional e a competição pelo uso. *In*: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. **Variação e mudança linguística em perspectiva construcional**. Natal: EDUFRN, 2018, p. 105-136.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Arbitrariedade e iconicidade: (inter)subjetividade, metáfora e metonímia. *In*: ROSÁRIO, Ivo da Costa. (Org.). **Introdução à linguística funcional centrada no uso: teoria, método e aplicação**. Niterói: Eduff, 2022, p. 69-94

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; CEZARIO, Maria Maura. Gramática de construções: princípios básicos e contribuições. *In*: OLIVEIRA, Mariangela Rios de; CEZARIO, Maria Maura. (Org.). **Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes**. Niterói: Eduff, 2017, p. 17-45.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PINHEIRO, Diogo; ALONSO, Karen. 30 anos (ou mais) de Gramática de Construções: primeiros apontamentos para uma história do movimento construcionista (ou: 1988: o ano que não terminou). **Revista Linguística**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 6-29. jan.-abr. 2018.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. **Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Niterói, 2012.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Linguística Funcional Centrada no Uso e Gramática de Construções: hierarquia construcional e domínios gerais. *In*: ROSÁRIO, I. da C. (Org.). **Introdução à linguística funcional centrada no uso: teoria, método e aplicação**. Niterói: Eduff, 2022, p. 95-121

ROSÁRIO, Ivo da Costa do; OLIVEIRA, Mariangela Rios. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. **Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online)**, v. 60, 2016. p. 233-259.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática das construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. **Veredas, revista de estudos linguísticos**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Editora UFJF. V. 6, n. 1, jan./jun. 2002, p. 63-74

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodología de la Investigación**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].

SOUSA, Valéria Viana. **Os (des)caminhos do você: uma análise sobre a variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome você**. Tese de doutorado em Letras. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Revisiting subjectification and intersubjectification. *In*: CUYCKENS, H., DAVIDSE, K., VANDELANOTTE, L. (eds.). **Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization**. (Topics in English Linguistics.). Berlin and New York, Mouton de Gruyter. 2010, p. 1-23

TRAUGOTT, Elizabeth Closs.; TROUSDALE, Graeme. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. **Construcionalização e mudanças construcionais**. Tradução Taísa Peres de Oliveira e Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021 [2013].

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VIEIRA, Caio Aguiar. **A arquitetura construcional do que nem na língua portuguesa: uma relação entre uso, cognição e (inter)subjetividade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGLin. Vitória da Conquista, 2020.

WILSON, Victoria; MARTELOTTA, Mário Eduardo. Arbitrariedade e iconicidade. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística** (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 71-85.

WIEDEMER, Marcos Luiz; OLIVEIRA, Vinicius Maciel de. Graus de esquematicidade e produtividade: a relação entre gradiência e extensibilidade. **Revista Só Letras**, nº. 37 – 2019.1, p. 59-82.